

Ministério da Educação – MEC
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES
Diretoria de Educação a Distância – DED
Universidade Aberta do Brasil – UAB
Programa Nacional de Formação em Administração Pública – PNAP
Bacharelado em Administração Pública

INTRODUÇÃO À ECONOMIA

Carlos Magno Mendes
Cícero Antônio de Oliveira Tredezini
Fernando Tadeu de Miranda Borges
Mayra Batista Bitencourt Fagundes



© 2009. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Todos os direitos reservados.

A responsabilidade pelo conteúdo e imagens desta obra é do(s) respectivo(s) autor(es). O conteúdo desta obra foi licenciado temporária e gratuitamente para utilização no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil, através da UFSC. O leitor se compromete a utilizar o conteúdo desta obra para aprendizado pessoal, sendo que a reprodução e distribuição ficarão limitadas ao âmbito interno dos cursos. A citação desta obra em trabalhos acadêmicos e/ou profissionais poderá ser feita com indicação da fonte. A cópia desta obra sem autorização expressa ou com intuito de lucro constitui crime contra a propriedade intelectual, com sanções previstas no Código Penal, artigo 184, Parágrafos 1º ao 3º, sem prejuízo das sanções cíveis cabíveis à espécie.

161 Introdução à economia / Carlos Magno Mendes ...[et al.]. - Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.
170p. : il.

Inclui bibliografia
Bacharelado em Administração Pública
ISBN: 978-85-61608-72-9

1. Economia - Estudo e ensino. 2. História econômica. 3. Política monetária. 4. Comércio internacional. 5. Desenvolvimento econômico. 6. Educação a distância. I. Mendes, Carlos Magno. II. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Brasil). III. Universidade Aberta do Brasil. IV. Título.

CDU: 330

Catálogo na publicação por: Onélia Silva Guimarães CRB-14/071

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Fernando Haddad

PRESIDENTE DA CAPES

Jorge Almeida Guimarães

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

REITOR

Álvaro Toubes Prata

VICE-REITOR

Carlos Alberto Justo da Silva

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

DIRETOR

Ricardo José de Araújo Oliveira

VICE-DIRETOR

Alexandre Marino Costa

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA ADMINISTRAÇÃO

CHEFE DO DEPARTAMENTO

João Nilo Linhares

SUBCHEFE DO DEPARTAMENTO

Gilberto de Oliveira Moritz

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Carlos Eduardo Bielschowsky

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

DIRETOR DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Celso José da Costa

COORDENAÇÃO GERAL DE ARTICULAÇÃO ACADÊMICA

Nara Maria Pimentel

COORDENAÇÃO GERAL DE SUPERVISÃO E FOMENTO

Grace Tavares Vieira

COORDENAÇÃO GERAL DE INFRAESTRUTURA DE POLOS

Francisco das Chagas Miranda Silva

COORDENAÇÃO GERAL DE POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO

Adi Balbinot Junior

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO – PNAP

Alexandre Marino Costa
Claudinê Jordão de Carvalho
Eliane Moreira Sá de Souza
Marcos Tanure Sanabio
Maria Aparecida da Silva
Marina Isabel de Almeida
Oreste Preti
Teresa Cristina Janes Carneiro

METODOLOGIA PARA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Universidade Federal de Mato Grosso

COORDENAÇÃO TÉCNICA – DED

André Valente de Barros Barreto
Soraya Matos de Vasconcelos
Tatiane Michelin
Tatiane Pacanaro Trinca

AUTORES DO CONTEÚDO

Carlos Magno Mendes
Cícero Antônio de Oliveira Tredezini
Fernando Tadeu de Miranda Borges
Mayra Batista Bitencourt Fagundes

EQUIPE DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS DIDÁTICOS CAD/UFSC

Coordenador do Projeto
Alexandre Marino Costa

Coordenação de Produção de Recursos Didáticos
Denise Aparecida Bunn

Supervisão de Produção de Recursos Didáticos
Flavia Maria de Oliveira

Designer Instrucional
Denise Aparecida Bunn
Andreza Regina Lopes da Silva

Supervisora Administrativa
Erika Alessandra Salmeron Silva

Capa
Alexandre Noronha

Ilustração
Igor Baranenko

Projeto Gráfico e Finalização
Annye Cristiny Tessaro

Editoração
Rita Castelan

Revisão Textual
Sergio Meira

PREFÁCIO

Os dois principais desafios da atualidade na área educacional do país são a qualificação dos professores que atuam nas escolas de educação básica e a qualificação do quadro funcional atuante na gestão do Estado Brasileiro, nas várias instâncias administrativas. O Ministério da Educação está enfrentando o primeiro desafio através do Plano Nacional de Formação de Professores, que tem como objetivo qualificar mais de 300.000 professores em exercício nas escolas de ensino fundamental e médio, sendo metade desse esforço realizado pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Em relação ao segundo desafio, o MEC, por meio da UAB/CAPES, lança o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP). Esse Programa engloba um curso de bacharelado e três especializações (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde) e visa colaborar com o esforço de qualificação dos gestores públicos brasileiros, com especial atenção no atendimento ao interior do país, através dos Polos da UAB.

O PNAP é um Programa com características especiais. Em primeiro lugar, tal Programa surgiu do esforço e da reflexão de uma rede composta pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), do Ministério do Planejamento, pelo Ministério da Saúde, pelo Conselho Federal de Administração, pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) e por mais de 20 instituições públicas de ensino superior, vinculadas à UAB, que colaboraram na elaboração do Projeto Político Pedagógico dos cursos. Em segundo lugar, esse Projeto será aplicado por todas as instituições e pretende manter um padrão de qualidade em todo o país, mas abrindo

margem para que cada Instituição, que ofertará os cursos, possa incluir assuntos em atendimento às diversidades econômicas e culturais de sua região.

Outro elemento importante é a construção coletiva do material didático. A UAB colocará à disposição das instituições um material didático mínimo de referência para todas as disciplinas obrigatórias e para algumas optativas. Esse material está sendo elaborado por profissionais experientes da área da administração pública de mais de 30 diferentes instituições, com apoio de equipe multidisciplinar. Por último, a produção coletiva antecipada dos materiais didáticos libera o corpo docente das instituições para uma dedicação maior ao processo de gestão acadêmica dos cursos; uniformiza um elevado patamar de qualidade para o material didático e garante o desenvolvimento ininterrupto dos cursos, sem paralisações que sempre comprometem o entusiasmo dos alunos.

Por tudo isso, estamos seguros de que mais um importante passo em direção à democratização do ensino superior público e de qualidade está sendo dado, desta vez contribuindo também para a melhoria da gestão pública brasileira, compromisso deste governo.

Celso José da Costa
Diretor de Educação a Distância
Coordenador Nacional da UAB
CAPES-MEC

SUMÁRIO

Apresentação.....	11
-------------------	----

Unidade 1 – Conceitos fundamentais da Economia

O significado de Economia.....	17
Explicação sobre o sentido de escassez na economia.....	19
Tomada de decisões.....	20
Funcionamento das economias.....	22
Bens e serviços.....	23
Agentes econômicos.....	26

Unidade 2 – Evolução do pensamento econômico

O pensamento econômico em diferentes épocas e escolas.....	33
Economia Medieval ou Economia da Idade Média.....	33
Mercantilismo.....	34
Escola Fisiocrata.....	35
Escola Clássica.....	38
Escola Marxista.....	43
Escola Neoclássica.....	45
Escola Keynesiana.....	46

Unidade 3 – Mensuração da atividade econômica

O objetivo da análise econômica.....	57
Evolução dos sistemas econômicos.....	61
Funcionamento de uma economia de mercado.....	65
Mercado.....	68
Estrutura de mercado.....	79

Unidade 4 – Introdução à Teoria Monetária

Introdução à Teoria Monetária.....	99
Princípios de Teoria Monetária.....	99
Tipos de moeda.....	100
Política monetária.....	101
Demanda de moeda.....	102
Oferta de moeda.....	104
Funções do Banco Central.....	106
Instrumentos de política monetária.....	108

Unidade 5 – Noções de comércio internacional

Noções de comércio internacional.....	117
Os determinantes do comércio internacional.....	117
Taxa de câmbio.....	121
Balanço de pagamentos.....	123
O papel da Organização Mundial do Comércio (OMC).....	125

Unidade 6 – Desenvolvimento econômico e funções do setor público

Desenvolvimento econômico: tópicos introdutórios.....	131
Guerra Fria.....	134
A economia brasileira e o desenvolvimento econômico.....	134
Fontes de financiamento.....	135
Fontes de crescimento.....	139
Funções do setor público.....	141
Intervenção governamental.....	141
O setor público nas correntes do pensamento econômico.....	144
Por que regular?.....	148
O que é política fiscal?.....	152
Déficit e Superávit.....	153
Opções de política fiscal.....	154
Financiamento.....	157
Política fiscal e taxa de juros.....	158
Tributação.....	158
Qualidade de Vida X Distribuição de Renda.....	160
Referências.....	165
Minicurrículo.....	171

APRESENTAÇÃO

Caro estudante do Curso de Graduação em Administração Pública, convidamos você a embarcar nessa viagem que é o estudo da disciplina *Introdução à Economia*, parte integrante do Módulo Básico do Curso de Administração Pública.

Acreditamos no significado social da administração pública, e foi com esse espírito que construímos o presente livro de *Introdução à Economia*. Logo, esperamos que o livro por nós produzido o envolva e que, ao final deste percurso, você se sinta ainda mais motivado para aprofundar os conhecimentos adquiridos.

O estudo da Economia é algo envolvente e apaixonante, pois está muito ligado ao nosso cotidiano, aos nossos problemas domésticos e profissionais, por isso fique tranquilo, pois para compreender Economia não há segredo e nem fórmula mágica, basta apenas que você se coloque em atitude de: disposição, curiosidade, determinação e interesse.

O estudo da Economia envolve juízos de valor. Embora tenhamos os nossos, esperamos que você se sinta à vontade para cultivar aquele que lhe fale mais de perto. Queremos que você seja livre e acredite no que for melhor para a construção de um mundo mais justo, solidário e fraterno.

No mundo de hoje, vivemos conectados. Contudo, veja você, o fato de estarmos conectados não significa que estejamos integrados; muito pelo contrário, precisamos fazer alguma coisa rapidamente para conquistar, por meio do desenvolvimento sustentável, o nosso lugar e espaço na rede mundial do conhecimento.

Todos (você e nós) temos muita pressa e, na maioria das vezes, sequer conseguimos avaliar o real motivo disso tudo, porém, um fato parece comprovar esta nossa concepção: ninguém no mundo quer “perder” tempo. Há uma racionalidade instalada pela técnica que domina nossos movimentos e sentidos, como relógio invisível tendendo a nos governar de forma direta e indireta, tal qual a batida de um coração. Neste sentido contamos com a tecnologia da informação para auxiliar na velocidade da comunicação instantânea e regular o nosso mundo econômico, político, social e administrativo o tempo todo.

Há uma nova forma de trabalho em curso que ocupa tecnologia avançada e que pode ser realizada sem tempo fixado e lugar estabelecido, levando ao aumento da produtividade em rede. Veja, por exemplo, os cursos de educação a distância. A ampliação do desenvolvimento tecnológico está aí, e como favorável ao seu crescimento, não acreditamos ser a tecnologia a responsável pelo aumento do desemprego na economia.

Uma das explicações para o desemprego pode ser a de que, no sistema econômico em que vivemos – devido à capacidade ilimitada do desenvolvimento tecnológico e à limitada capacidade aquisitiva, em algum momento –, certa tendência ao decréscimo da taxa de lucro pode vir a colocar o sistema em risco. Procurando entender o caráter contraditório dessa lógica, muitos estudiosos, dentro do seu tempo, examinaram o funcionamento da Economia.

Lembramos a você que é na forma de apropriação do que é produzido, redistribuindo-o de maneira igualitária e transparente, que poderemos superar as desigualdades e romper, de uma vez por todas, com as barreiras que vêm dificultando o acesso dos excluídos do jogo econômico. Trata-se de ruptura difícil, pois os interesses são muitos e as oportunidades não são iguais para todas as pessoas.

Mas será que esse processo, esse movimento social e histórico da Economia, que é sentido por todos nós na carne e no bolso, é compreendido? O que você ouve nos telejornais, nos bate-papos com amigos, ou lê em revistas e jornais sobre os aspectos econômicos da realidade brasileira e mundial, como é entendido por você? Pois, a Economia abarca diferentes áreas do

conhecimento, como, por exemplo, Administração, Ciências Contábeis, Geografia, História, Direito, Estatística, Matemática, Engenharias, Meio Ambiente, Sociologia, Filosofia, Política, Turismo, Educação, Urbanismo, entre outras. Você sabia disso?

Como podemos observar, a Economia precisa trabalhar interdisciplinarmente para poder enfrentar os desafios postos às análises econômicas, que requerem diagnósticos precisos. Logo, todos nós contribuímos na construção do conhecimento da Economia, com nossos valores culturais. É preciso que você traga consigo uma ideia do quanto a nossa participação na feitura e construção do mundo tem importância. Aliás, cabe lembrar que todos somos produtores e consumidores de conhecimentos. Observamos que as diversidades precisam ser respeitadas e que não temos a verdade, apenas a procuramos intensamente, num mundo de muitos tempos dentro de um tempo.

A Economia está nos mais diversos lugares e espaços, sendo uma ciência que envolve, como já dissemos, muitos juízos de valor. Para saber um pouco mais a respeito dessa área de conhecimento, convidamos você a nos acompanhar e elaborar conosco os conhecimentos necessários à formação do administrador público.

O objetivo central dessa disciplina é despertar seu interesse pelo estudo da Economia e ampliar seus conhecimentos com os principais conceitos, pressupostos e teorias que compõem a ciência econômica. Esperamos que este livro o auxilie na aplicação dos conhecimentos apreendidos junto aos problemas locais, estaduais e nacionais e também na construção de uma nova percepção do domínio do conhecimento, tendo em vista o maior entendimento do presente, a partir do passado, com vistas à prospecção de um futuro melhor e menos desigual, tendo compreensão dinâmica da totalidade.

Por meio de uma linguagem acessível, procuramos mesclar nossa visão teórica com exemplos do dia a dia. Esses conceitos, concepções e teorias serão apresentados ao longo do livro nas seis Unidades que o integram:

Unidade 1 – Conceitos Fundamentais da Economia;

Unidade 2 – Evolução do pensamento econômico;

Unidade 3 – Mensuração da atividade econômica;
Unidade 4 – Introdução à teoria monetária;
Unidade 5 – Noções de comércio internacional; e
Unidade 6 – Desenvolvimento econômico e funções do setor público.

Esperamos que os estudos desses temas auxiliem você na aplicação dos conhecimentos apreendidos. Para você, futuro bacharel em Administração Pública, um bom curso de Introdução à Economia!

Professores Carlos Magno Mendes, Cícero Antônio de Oliveira Tredezini, Fernando Tadeu de Miranda Borges e Mayra Batista Bitencourt Fagundes

UNIDADE 1

CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA ECONOMIA

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Ao finalizar esta Unidade você deverá ser capaz de:

- ▶ Identificar todos os discursos dentro das escolas de pensamento econômico existentes;
- ▶ Enumerar os juízos de valor professados;
- ▶ Entender o funcionamento da economia tendo em conta o modo de produção; e
- ▶ Discutir os permanentes desafios que surgem o tempo todo.

O SIGNIFICADO DE ECONOMIA

Caro estudante!

Nesta primeira Unidade do livro de *Introdução à Economia*, faremos uma abordagem de alguns conceitos que consideramos básicos no estudo da Economia, além de apresentarmos temas variados sobre o funcionamento do sistema econômico que, devido à escassez, precisa tomar decisões corretas sob pena de todos perdermos. Atualmente, com a velocidade das transformações e a redução das distâncias, o mundo ficou mais próximo, e com isso os problemas afligem a todos com maior rapidez.

Nos dias de hoje, quando andamos pela cidade, percebemos grande movimento no comércio. Centenas de pessoas enchem as lojas, despertando contentamento enorme nos vendedores. Os compradores também demonstram parecer contentes, pois as lojas oferecem uma infinidade de produtos, desde roupas de todos os tipos até equipamentos eletrônicos mais sofisticados, de modo a satisfazer a todos os gostos.

Veja que essa variedade de bens satisfaz a vontade do consumidor desde o mais exigente e mais rico até o menos exigente e com menor poder de compra. O importante é que muitos produtos milhares de pessoas podem comprar todos os dias. Essa cena pode ser vista em qualquer cidade do Brasil e do mundo.

A disciplina *Introdução à Economia*, que estamos iniciando, se interessa, em grande medida, por essas coisas ditas comuns. Então mãos à obra!



Saiba mais Alfred Marshall (1842-1924)



Considerado um pensador da economia com contribuições às teorias da demanda e da utilidade. Matemático, se dedicou aos estudos econômicos e lecionou Economia na Universidade de Cambridge. Seu livro *Princípios de Economia Política*, lançado no final do Século XIX, influenciou o desenvolvimento de novas pesquisas e deixou marcas nos ensinamentos da Economia Neoclássica no Século XX. Fonte: Hunt (2005).

No Século XIX, Alfred Marshall disse que a Economia procura estudar os negócios comuns da vida da humanidade. Por negócios comuns, podemos entender as cenas comuns da vida econômica.

Mas, o que vem a ser a Economia? Como funciona nosso sistema econômico? Quando e por que o sistema econômico entra em crise, ocasionando mudanças de comportamento das pessoas e empresas? Você saberia responder?

Etimologicamente, a palavra “economia” vem dos termos gregos *oikós* (casa) e *nomos* (norma, lei). Pode ser compreendida como “administração da casa”, pois, administrar uma casa é algo bastante comum na vida das pessoas. Portanto, é interessante essa aproximação do mundo da casa com o mundo da economia.

Em outras palavras, podemos dizer que a Economia estuda a maneira como se administram os recursos disponíveis com o objetivo de produzir bens e serviços, e como distribuí-los para seu consumo entre os membros da sociedade.

Agora é sua vez. Faça uma reflexão a partir de: como você e sua família tomam decisões no dia a dia? Que tarefas cada membro deve desempenhar e o que cada um vai receber em troca? Quem vai preparar o almoço e o jantar? Quem vai lavar e passar? Que aparelho de televisão vai ser comprado? Que carro vai ser adquirido? Onde passar as férias de final de ano? Quem vai? Onde vai ficar?

Segundo, Nicholas Gregory Mankiw (2005, p. 3), “[...] cada família precisa alocar seus recursos escassos a seus diversos membros, levando em consideração as habilidades, esforços e desejos de cada um”.

**Saiba mais****Nicholas Gregory Mankiw**

Um dos maiores economistas dos EUA e professor da Universidade Harvard.

Cabe observar que, além das habilidades, os recursos produtivos ou fatores de produção, são elementos também utilizados no processo de fabricação dos mais variados tipos de bens (mercadorias) e utilizados para satisfazer às necessidades humanas.

O que você entende por necessidade humana?

Isso mesmo! A necessidade humana envolve a sensação da falta de alguma coisa unida ao desejo de satisfazê-la. Acreditamos que todas as pessoas sentem necessidade de adquirir alguma coisa, sentem desejo tanto por alimentos, água e ar, quanto por **bens de consumo** como comprar sapatos, sabonete, televisão, computador, geladeira etc.

Da mesma forma que uma família precisa satisfazer suas necessidades uma sociedade também precisa fazer o mesmo. Aliás, precisa definir o que produzir, para quem produzir, quando produzir e quanto produzir. Em linhas gerais, a sociedade precisa gerenciar bem seus recursos, principalmente se considerarmos que estes, de maneira geral, são escassos.

EXPLICAÇÃO SOBRE O SENTIDO DE ESCASSEZ NA ECONOMIA

Assim como uma família não pode ter todos os bens que deseja, ou seja, dar aos seus membros todos os produtos e serviços

*Escassez – significa a situação normal da sociedade onde os recursos são limitados para satisfazer sua demanda por bens e serviços. Fonte: Lacombe (2004).

que desejam, uma sociedade também não pode fazer o mesmo. A razão para que isso aconteça está na **escassez***, isto é, quando os recursos são limitados em termos de quantidade disponível para uso imediato.

Assim, a Economia tem sido entendida como o estudo de como a sociedade administra seus recursos escassos, embora haja quem discorde desse argumento.

Ainda que possamos estudar Economia de muitas maneiras, existem algumas ideias que se tornam centrais nesta disciplina, consideradas como princípios básicos de Economia por parte de alguns economistas. Portanto, para poder compreender Economia, é bom saber mais sobre o sentido da ciência econômica.

Segundo Mankiw (2005), não há nada de misterioso sobre o que vem a ser uma economia. Em qualquer parte do mundo, uma economia refere-se a um grupo de pessoas que interagem entre si e, dessa forma, vão levando a vida.

Diante disso, podemos imaginar que a primeira coisa que precisamos entender quando se quer compreender uma economia é saber como são tomadas as decisões.

TOMADA DE DECISÕES

O processo de tomada de decisão envolve quatro princípios:

- ▶ **Primeiro:** as pessoas precisam fazer escolhas, e essas escolhas não são de graça. Elas precisam ser feitas tendo em vista que os recursos são escassos. Não é possível atender a todas as necessidades de maneira ilimitada. Portanto, a sociedade precisa fazer suas escolhas, assim como os indivíduos.

- ▶ **Segundo:** o custo real de alguma coisa é o que o indivíduo deve despende para adquiri-lo, ou seja, o custo de um produto ou serviço refere-se àquilo que tivemos que desistir para conseguir compensar com outra coisa.
- ▶ **Terceiro:** pessoas são consideradas racionais e, por isso, elas pensam nos pequenos ajustes incrementais de todas as suas decisões, nos ganhos adquiridos em função das suas escolhas. Isto significa que as pessoas e empresas podem melhorar seu processo de decisão pensando na margem. Portanto, um tomador de decisão considerado racional deve executar uma ação se, e somente se, o resultado dos benefícios marginais forem superiores aos seus custos **marginais**.
- ▶ **Quarto:** as pessoas reagem a estímulos. Como elas tomam suas decisões levando em conta os benefícios e seus custos, qualquer alteração nessas variáveis pode alterar o comportamento da sua decisão. Assim, qualquer incentivo que ocorra pode alterar a conduta do tomador de decisões. Nota-se que os formuladores de políticas públicas fazem bastante uso deste princípio.

Os economistas usam o termo mudanças marginais para explicar os pequenos ajustes incrementais a uma ação existente, ou seja, a cada aumento de produção é possível verificar o nível de acréscimo alcançado.

No módulo 4, disciplina Organização, Processos e Tomada de Decisão, você verá mais sobre este assunto – processo de tomada de decisão.

FUNCIONAMENTO DAS ECONOMIAS

A questão básica que norteia o processo econômico implica em como as pessoas interagem, ou seja, como as economias funcionam. Logo, a partir desse princípio, podemos compreender que o comércio pode ser bom para todos os agentes, os mercados são geralmente bons organizadores da atividade econômica, os mercados às vezes falham e, por isso, os governos podem melhorar os resultados do mercado, através de uma eficiente administração pública. Portanto, o desenvolvimento econômico e a expansão das atividades econômicas de um país são pontos fundamentais para entender como funciona sua economia.

O padrão de vida das pessoas depende da sua capacidade de produzir bens e serviços.

Na realidade, a ideia de que há ganhos com o comércio foi introduzida na Economia de forma mais bem elaborada em 1776, por Adam Smith. Isto aumenta a produtividade do sistema e consequentemente a quantidade de bens e serviços à disposição das pessoas.



Saiba mais

Adam Smith

Nasceu em Junho de 1723, faleceu em 1790, com 67 anos de idade. Considerado um grande filósofo e economista – o maior dos clássicos e o pai da Ciência Econômica. Em 1776 publico o livro *A Teoria dos Sentimentos Morais*, um dos mais influentes livros de teoria moral e econômica do mundo. Fonte: <http://www.pensador.info/autor/Adam_Smith/biografia/>. Acesso em: 30 jun. 2009.



Dessa forma, temos mais comércio, mais desenvolvimento dos lugares e das pessoas. Você concorda?

Em economias centralizadas, são os planejadores que estabelecem quanto vai ser produzido e o que vai ser consumido. Dessa forma, apenas o governo, através do órgão de planejamento, pode organizar a atividade

econômica de maneira a oferecer e atender a todas as demandas eventualmente estabelecidas pela população.

Veja que em economias de mercado essa função de estabelecer o quanto e como produzir é atribuição do mercado, ou seja, as decisões do planejador central são substituídas pelas decisões de milhares de pessoas e empresas. Diante disso, o mercado é considerado, na maioria das vezes, a melhor forma para destinar os recursos escassos. Porém, às vezes, ele falha nesse processo de destinar de maneira eficiente os recursos e fazer a distribuição equitativa de seu produto, e, quando isso acontece, o governo precisa intervir na economia.

Atenção! Quando os mercados não estão alcançando a eficiência econômica e a equidade na distribuição de renda, a intervenção do governo deve ocorrer.

Podemos dizer que a questão da capacidade de produzir bens e serviços está relacionada ao nível de produtividade do país. Para Romer (2002), o que explica as grandes diferenças de padrão de vida entre os países ao longo do tempo é a diferença de produtividade entre eles. Logo, onde a produtividade das pessoas é maior, ou seja, produzem mais bens e serviços em menos tempo, o padrão de vida é maior.



BENS E SERVIÇOS

De um modo geral, o objetivo de toda e qualquer indústria é produzir bens e serviços para vendê-los e obter lucros. Mas o que você entende por bens? E por serviços?

Podemos dizer, de forma global, que **bem** é tudo aquilo que permite satisfazer às necessidades humanas. Os bens podem ser:

- ▶ **Bens livres:** aqueles cuja a quantidade é ilimitada e podem ser obtidos sem nenhum esforço na natureza. Por exemplo: a luz solar, o ar, o mar. Esses bens não possuem preços.
- ▶ **Bens econômicos:** são relativamente escassos, têm valor no mercado, e supõem a ocorrência de esforço humano para obtê-lo. Por exemplo: um carro, um computador etc.

Os bens econômicos são classificados em dois grupos:

- ▶ **Bens materiais:** como o próprio nome já diz são todos aqueles de natureza material, que podem ser estocados e são tangíveis, tais como roupas, alimentos, livros, televisão etc. 
- ▶ **Bens imateriais ou serviços:** consideramos aqui tudo que é intangível. Por exemplo, serviço de um médico, consultoria de um economista ou serviço de um advogado, que acabam no mesmo momento de produção e não podem ser estocados. 

Os bens materiais classificam-se em:

- ▶ **Bens de consumo:** são aqueles usados diretamente para a satisfação das necessidades humanas. Estes bens podem ser:
 - ▶ de consumo durável, tais como: carros, móveis, eletrodomésticos; e

- ▶ de consumo não durável, como, por exemplo, gasolina, alimentos, cigarro.
- ▶ **Bens de capital:** são todos os bens utilizados no processo produtivo, ou seja, bens de capital, que permitem produzir outros bens. Por exemplo: equipamentos, computadores, edifícios, instalações etc.

Tanto os bens de consumo quanto os bens de capital são classificados como:

- ▶ **Bens finais:** são bens acabados, pois já passaram por todas as etapas de transformação possíveis.
- ▶ **Bens intermediários:** consistem nos bens que ainda estão inacabados, que precisam ser transformados para atingir a sua finalidade principal. Por exemplo: aço, vidro e borracha usados na produção de carros.

Os bens podem ser classificados, ainda, em:

- ▶ **Bens públicos:** são bens não exclusivos e não disputáveis. Referem-se ao conjunto de bens fornecidos pelo setor público, tais como: transporte, segurança e justiça.
- ▶ **Bens privados:** são bens exclusivos e disputáveis. São produzidos e possuídos privadamente, como, por exemplo: televisão, carro, computador etc.

Podemos dizer então que bem é tudo o que tem utilidade para satisfazer uma necessidade ou suprir uma carência, enquanto o serviço implica numa atividade intangível que proporciona um benefício sem resultar na posse de algo.

AGENTES ECONÔMICOS

Os agentes econômicos são pessoas de natureza física ou jurídica que, através de suas ações, contribuem para o funcionamento do sistema econômico, tanto capitalista quanto socialista. Podem ser:

- ▶ **Empresas:** agentes encarregados de produzir e comercializar bens e serviços, ligados por sistemas de informação e influenciados por um ambiente externo. A produção se dá pela combinação dos fatores produtivos adquiridos junto às famílias. As decisões da empresa são todas guiadas para o objetivo de conseguir o máximo de lucro e mais investimentos;
- ▶ **Família:** inclui todos os indivíduos e unidades familiares da economia e que, no papel de consumidores, adquirem os mais diversos tipos de bens e serviços, objetivando o atendimento de suas necessidades. Por outro lado, são as famílias os proprietários dos recursos produtivos e que fornecem às empresas os diversos fatores de produção, tais como: trabalho, terra, capital e capacidade empresarial. Recebem em troca, como pagamento, salários, aluguéis, juros e lucros, e é com essa renda que compram os bens e serviços produzidos pelas empresas. O que sempre as famílias buscam é a maximização da satisfação de suas necessidades;
- ▶ **Governo:** inclui todas as organizações que, direta ou indiretamente, estão sob o controle do Estado, nas suas esferas federais, estaduais ou municipais. Vez por outra, o governo atua no sistema econômico, produzindo bens e serviços, através, por exemplo, da Petrobrás, das Empresas de Correios etc.

Portanto, tanto as empresas quanto as famílias e os governos se interagem o tempo todo, dando o toque econômico, de onde resultam as mais diversas explicações.

Chegamos ao final da Unidade 1, na qual você conheceu ou relembrou alguns conceitos da Economia, como o da ciência da escassez. O entendimento destes conceitos é imprescindível para que você prossiga de forma proveitosa o seu curso. Caso tenha ficado com dúvidas em algo que lhe foi apresentado, volte e releia e, se necessário, faça contato com seu tutor para esclarecer.

Complementando.....

Para saber mais sobre os Conceitos de Economia, leia a obra de:

↳ BRUE, Stanley L. *Histórias do pensamento econômico*. 1. ed. 2004.

Resumindo



O estudo desta Unidade nos permitiu a compreensão de nosso sistema econômico e o sentido de nossa economia como “administração da casa”. Além disso, os princípios que norteiam as decisões e os agentes econômicos encarregados do funcionamento da organização econômica foram objeto de reflexão e aprendizagem.

Como você sabe, cada disciplina tem seu campo de estudo, tem sua linguagem e sua maneira de organizar o pensamento. A Economia também possui a sua, portanto, falaremos, nas Unidades subsequentes, de escolas econômicas, produção e renda, oferta e demanda, elasticidade, moeda, comércio internacional, taxa de câmbio, gastos do governo, tributos etc. Nosso principal objetivo é oferecer a você alguns elementos para ajudá-lo a compreender melhor o mundo que o cerca.

Nesta primeira Unidade, buscamos desenvolver os conceitos que consideramos fundamentais para que você compreenda o estudo da Economia ao longo do curso e de sua formação acadêmica.

Não pare por aqui, busque novas referências, pesquise os assuntos apresentados. Você deve construir seu conhecimento.

Bons estudos!



Atividades de aprendizagem

Vamos verificar como foi seu entendimento até aqui? Uma forma simples de verificar isso é você realizar as atividades propostas a seguir.

1. Liste e explique sucintamente os quatro princípios da tomada de decisão. Depois, observe as situações de seu cotidiano e veja se são aplicados a elas os quatro princípios. Qual a importância disto tudo para um administrador público?
2. Explique como você entende o ditado dos economistas que diz que “não existe almoço grátis”. Como fazer para que a administração pública aplique os seus recursos evitando desperdícios?

UNIDADE 2

EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Ao finalizar esta Unidade você deverá ser capaz de:

- ▶ Conhecer as principais Escolas do Pensamento Econômico: clássica, marxista, neoclássica e keynesiana;
- ▶ Compreender o desenvolvimento da teoria econômica; e
- ▶ Ter fundamentos para propor transformações e construir novos conhecimentos.

O PENSAMENTO ECONÔMICO EM DIFERENTES ÉPOCAS E ESCOLAS

Estamos iniciando uma nova Unidade em que você vai acompanhar a evolução histórica da Economia. Para tanto, estudaremos as contribuições das principais correntes do pensamento econômico, tendo como ponto de partida os mercantilistas e, depois, as escolas Clássica, Marxista, Neoclássica e Keynesiana.

Num primeiro momento vamos lembrar, bem resumidamente, alguns fatos históricos que você já conhece no intuito de familiarizá-la com a relação entre economia e história, o que auxilia na compreensão do desenvolvimento estrutural da sociedade como um todo.

Leia com atenção e realize as atividades que estão indicadas no final da Unidade pois esta proposta tem um só objetivo: ajudar você no processo de construção do conhecimento e no desenvolvimento de habilidades que caracterizarão seu novo perfil profissional ao final deste curso.

Bem-vindo à história da dinâmica econômica!

ECONOMIA MEDIEVAL OU ECONOMIA DA IDADE MÉDIA

A Idade Média (500 a 1000 d.C) abriu uma nova era para a humanidade. Uma outra concepção de vida deu a largada com o cristianismo, que floresceu com a queda do Império Romano. Seus ensinamentos, a partir da legalização por um decreto do ano 311,

assinado pelo Imperador Constantino, passaram a ser disseminados por toda a Europa.

Foi nessa época, segundo Gastaldi (1999), que as igrejas e os mosteiros tornaram-se poderosos. A igreja tornou-se o maior agente de perpetuação da cultura de disseminação do saber e de desenvolvimento administrativo. Como o pensamento cristão condenava a acumulação de capital (riqueza) e a exploração do trabalho, a opção da igreja, então, foi pelo retorno à atividade rural. Diante dessa situação o que de fato aconteceu foi que a igreja, através de seus conventos e mosteiros, acabou tornando-se proprietária de grandes áreas de terra.

A terra transformou-se na riqueza por excelência. Nasceu, assim, o regime feudal, caracterizado por propriedades nas quais os senhores e os trabalhadores viveram do produto da terra ou do solo.

Neste período embora fosse o rei quem dirigia o Estado, ele não possuía influência ou poder de decisão nos feudos, onde a autoridade máxima era a do senhor da gleba (os proprietários ou arrendatários) e onde **labutavam*** os servos (os trabalhadores).

*Labutavam – ato de fazer, trabalho árduo, penoso. Lida cansada.
Fonte: Houaiss (2001).

MERCANTILISMO

Com a propagação do Novo Mundo (inclusive o Brasil nas Américas), com o crescimento e o desenvolvimento das cidades, as fisionomias social, política e econômica tão profundamente moldadas na Idade Medieval, sofreram profundas transformações. Novos conceitos surgiram no campo do comércio e da produção.

Na mesma proporção em que se enfraquecia o pensamento religioso, operava-se uma forte centralização política, ocorrendo a criação das nações modernas e das monarquias absolutas, germes do capitalismo.

A prática mercantilista predominou até o início do século XVII, dando como base fundamental ao comércio o aumento das

riquezas. Neste cenário ocorreu uma reação contra os excessos do absolutismo e das regulamentações.

Tivemos então a fase do **mercantilismo*** em decorrência do crescimento do capitalismo comercial, representando, com o capitalismo industrializado no início do Século XVIII, a Economia.

O mercantilismo foi um regime de nacionalismo econômico que fazia da riqueza o principal fim do Estado. Assinalou, na história econômica da humanidade, o início da evolução dos Estados modernos e das novas concepções sobre os fatos econômicos, notadamente sobre a riqueza.

A finalidade principal do Estado, no entender dos mercantilistas, era de se encontrar os meios necessários para que o respectivo país adquirisse a maior quantidade possível de ouro e prata. Os mercantilistas pretendiam disciplinar a indústria e o comércio, de forma a favorecer as exportações em detrimento das importações, ou seja, procuravam manter a balança comercial favorável.

O Brasil-Colônia foi influenciado pelo ideal mercantilista, e pelo regime do exclusivo comercial utilizado pelo Império Português. Somente com a chegada de D. João VI ao Brasil é que foram eliminadas as restrições mercantilistas, permitindo-se a instalação de indústrias nativas e o comércio direto com as demais nações.

*Mercantilismo – uma das primeiras doutrinas econômicas, muito usada até o final do Século XVIII. Não foi uma doutrina consistente e coerente, mas um conjunto de ideias econômicas de cunho protecionista, desenvolvidas em diversos países, as quais variavam um pouco em função dos interesses de cada Nação.
Fonte: Lacombe (2004).



ESCOLA FISIOCRATA

“Fisiocrata” vem de “fisiocracia”, que significa “poder da natureza”. Os fisiocratas não acreditavam que uma nação pudesse se desenvolver mediante, apenas, o acúmulo de metais preciosos e estímulos diretos ao comércio; acreditavam ser necessário também o investimento em produção. Não na produção industrial (ou

comercial), mas na produção agrícola, pois somente nessa eram possíveis a geração e a ampliação de excedentes.

Agora que você já sabe o significado do termo fisiocrata, saberia dizer qual o objetivo da investigação dos fisiocratas?

Isso mesmo! O objeto da investigação dos fisiocratas é o sistema econômico em seu conjunto, sendo este conjunto regido por uma ordem natural, à semelhança da ordem que rege a natureza física.



Saiba mais Teoria do Liberalismo Econômico

A ideia central do liberalismo econômico é a defesa da emancipação da economia de qualquer dogma externo a ela mesma, ou seja, a eliminação de interferências provenientes de qualquer meio na economia. As teses do liberalismo econômico: foram criadas para combater o mercantilismo. Fonte: <<http://www.brasilecola.com/economia/liberalismo-economico.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

Na Escola Fisiocrata tivemos um grupo de economistas franceses do Século XVIII que combateu as ideias mercantilistas e formulou, pela primeira vez, uma Teoria do Liberalismo Econômico. As teses do liberalismo econômico foram criadas para combater o mercantilismo. A Teoria Liberal pressupõe a emancipação da economia de qualquer dogma externo a ela mesma, no qual todos os agentes econômicos são movidos por um impulso de crescimento e desenvolvimento econômico, que poderia

ser entendido como uma ambição ou ganância individual, que no contexto macro traria benefícios para toda a sociedade. ou seja, podemos entender, desde já, que o pensamento fisiocrático é uma resposta direta, ou uma reação, ao mercantilismo.

François Quesnay (1694–1774), médico da corte de Luís XV e de Madame de Pompadour, foi o fundador da escola fisiocrata, com a publicação na França, em 1758, do livro *Tableau Economique*, em que apresenta a primeira análise sistêmica da formação de uma economia no formato macro. François Quesnay tem uma grande importância na economia e foi o mais influente representante da escola fisiocrata.

Dentre as características da escola fisiocrata podemos destacar:

- ▶ comércio baseado no regime do exclusivo comercial (metrópole e colônia); e
- ▶ monopólio do Estado na regulamentação das atividades comerciais.

Você está conseguindo acompanhar nosso pensamento? Vamos adiante, então? Mas, em caso de dúvida não hesite em consultar seu tutor.

Os fisiocratas concedem à ordem da natureza uma economia inteiramente de mercado (capitalista), na qual cada um trabalha para os demais, ainda que acredite que trabalhe apenas para si mesmo.

Os fisiocratas acreditavam que as economias obedeciam a leis naturais. O Quadro Econômico proposto por Quesnay influenciou os estudos macroeconômicos e quantitativos na ciência econômica.

É importante destacarmos ainda a elevada menção que os fisiocratas atribuíam à ordem natural decorrente da estrutura econômica francesa por volta de meados do Século XVIII. Tratava-se de uma economia predominantemente agrícola, sendo a terra propriedade de caráter eminentemente senhorial.

O capitalismo já se desenhava na agricultura, e existia uma classe bem definida de arrendatários (pessoas que arrendavam as terras dos senhores para trabalhar). Também existiam muitos camponeses (pequenos agricultores) em boa parte do país.

Do confronto entre a agricultura capitalista e a camponesa, obtivemos a superioridade da agricultura capitalista em termos da capacidade produtiva. Naturalmente, isso levava à crença de que

agricultura baseada na produção capitalista (e não mais no fundamento do feudalismo), baseada na capacidade empresarial dos arrendatários burgueses (lembre-se disso!), constituía a mais avançada e a mais desejável das formas de produção.

O único trabalho produtivo dos fisiocratas é o trabalho agrícola. E está na terra o poder de dar origem a um produto líquido que se liga, fundamentalmente, à renda fundiária. Talvez, nesse ponto, resida grande limitação teórica dos fisiocratas, na medida em que consideravam apenas produtivo o trabalho agrícola.

Como observamos, para os fisiocratas, a sociedade é governada por leis naturais semelhantes às que existem na natureza. Portanto, o Estado, não deve intervir nesta ordem natural. Com isso, conforme dito antes, criticavam o intervencionismo estatal do mercantilismo e defendiam a posição liberal do Estado, com frases que ficaram na história: *laissez-faire e laissez-passer* (deixai fazer e deixai passar). A seguir, as principais escolas do pensamento econômico: clássica, marxista, neoclássica e keynesiana.



Saiba mais David Ricardo (1772-1823)



Economista inglês, considerado um dos mais importantes pensadores da Escola Clássica. Em oposição ao mercantilismo,

formulou um sistema de livre comércio e produção de bens que permitiria a cada país se especializar na fabricação dos produtos nos quais tivesse vantagem comparativa, também chamado de sistema de custos comparativos. No ano de 1817 publicou sua obra mais conhecida: *Princípios de Economia política e Tributação*. Fonte: <<http://www.brasilecola.com/biografia/david-ricardo.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

ESCOLA CLÁSSICA

A Escola Clássica refere-se a uma linha de pensamento econômico com base em Adam Smith e David Ricardo. Foi com esta escola que a Economia adquiriu caráter científico integral à medida que passou a centralizar a abordagem

teórica do valor, cuja única fonte original era identificada no trabalho em geral.

Para Paul Singer (1985, p. VII), David Ricardo foi, ao lado de Adam Smith, o principal representante da Escola Clássica de Economia Política.

[...] Quase não há problema teórico atualmente debatido pelos economistas, como o da teoria do valor, da repartição da renda, do comércio internacional, do sistema monetário, que não tenha como ponto de partida as formulações expostas, no começo do século passado, por David Ricardo.

Além da Teoria do Valor-Trabalho, a Escola Clássica baseou-se nos preceitos filosóficos do liberalismo e do individualismo, e firmou os princípios da livre-concorrência, que exerceram decisiva influência no pensamento revolucionário burguês.

Como podemos observar, a Escola Clássica foi uma escola que caracterizou a produção, deixando a procura e o consumo para o segundo plano. Segundo Smith, o objeto da economia é estender bens e riqueza a uma nação.

E, nesse sentido, entende Smith (1981) que a riqueza somente pode ser conseguida mediante a posse do valor de troca. Valor de troca, ele é a capacidade de obter riquezas, ou seja, é a faculdade que a posse de determinado objeto oferece de comprar com ele outras mercadorias.

Smith também refutou as ideias mercantilistas argumentando que a riqueza é constituída pelos valores de troca, e não pela moeda, na medida em que esta é apenas um meio que permite a circulação de bens. Portanto, para Smith (1981), a verdadeira fonte de riqueza de um país somente pode ser alcançada mediante o trabalho, e essa fonte somente pode ser elevada com:

- ▶ o aumento da produtividade;
- ▶ a extensão de sua especialização; e

- ▶ a acumulação do produto sob a forma de capital.

Então como se daria a distribuição da riqueza, na Escola Clássica? A distribuição do produto nacional?

A distribuição do produto nacional, no pensamento clássico, continuou sendo tratada de forma tradicional onde os remunerados seguiam este padrão:

- ▶ trabalho – salário;
- ▶ capital – lucro; e
- ▶ terra – renda.

A Lei de Say estabeleceu que, “quando um produtor vende seu produto, o dinheiro que obtém com essa venda está sendo gasto com a mesma vontade da venda de seu produto” – sinteticamente: “a oferta cria sua própria demanda”.

Devemos ainda destacar que a Teoria Clássica é elaborada em função de um equilíbrio automático, que ignora as crises e os ciclos econômicos. Desse modo, a oferta deve criar, necessariamente, sua própria procura – **Lei de Say**, e a soma dos salários e dos ganhos retidos pelos consumidores deve corresponder à quantidade global de bens oferecidos no mercado.

Como vimos, o referencial econômico e social dessa escola se dava com base nos princípios do liberalismo e do individualismo.

Acreditava-se que um sistema de liberdade econômica, através de um mecanismo impessoal de mercado – Mão Invisível –, conseguiria harmonizar os interesses individuais.

Agora de maneira sucinta, vamos ver como Smith concebia a função Estado no sistema econômico? Podemos começar?



Saiba mais

Mão invisível

Smith acreditava que a natureza é o melhor guia do homem e que a Providência Divina dispôs as coisas de tal forma que, se os homens forem deixados livres para buscar seus próprios interesses, eles naturalmente agirão favorecendo o melhor para a sociedade pois mesmo o mais ganancioso dos motivos leva frequentemente aos mais favoráveis resultados para todos. Esse é o trabalho da “mão invisível”. Fonte: <<http://www.geocities.com/Athens/4539/adamsmith.html>> . Acesso em: 30 jun. 2009

Bem, considerando que sua obra clássica contém vários pressupostos atuais do neoliberalismo econômico, podemos afirmar que as ideias de Smith correspondiam aos anseios do poder da burguesia, e, como um liberal, ele defendia:

- ▶ a mais ampla liberdade individual;
- ▶ o direito inalienável à propriedade;
- ▶ a livre iniciativa e a livre concorrência; e
- ▶ a não-intervenção do Estado na economia.

Entretanto, para Smith (1981), o Estado deveria ter três funções:

- ▶ proteger a sociedade da violência e da invasão de outras sociedades independentes;
- ▶ proteger, na medida do possível, todo membro da sociedade da injustiça e da opressão de qualquer de seus membros ou oferecer uma perfeita administração da justiça; e
- ▶ fazer e conservar certas obras públicas, e criar e manter certas instituições públicas, cuja criação e manutenção nunca despertariam o interesse de qualquer indivíduo ou de um grupo de indivíduos, porque o lucro nunca cobriria as despesas que teriam esses indivíduos, embora, quase sempre, tais despesas pudessem beneficiar e reembolsar a sociedade como um todo.

Na sua análise histórica e sociológica, Smith acreditava que, embora os indivíduos pudessem agir de forma egoísta e estritamente em proveito próprio, existia uma “mão invisível”, decorrente da providência divina, que levava esses conflitos à harmonia. Assim podemos dizer que a “mão invisível” era o próprio funcionamento sistemático das leis naturais.



Saiba mais John Stuart Mill (1806-1873)



Economista inglês que trouxe ao público os ensinamentos da escola clássica. Seu livro intitulado *Princípios de Economia Política* foi publicado

pela primeira vez em 1848 e teve destaque como indicação de leitura até ser publicado o livro de Alfred Marshall intitulado *Princípios Econômicos*, em 1890.

Fonte: Brue (2006).

Jean Baptiste Say (1767-1832)



Economista francês que estudou a fundo a obra do fundador da Escola Clássica, Adam Smith. Say, como ficou conhecido, acreditava na liberdade

do mercado e criou uma lei que acabou levando o seu nome e que dizia o seguinte: a oferta cria sua própria demanda, ou em outras palavras, a própria produção estimula o crescimento da produção. Fonte: Hunt (2005).

Thomas Robert Malthus (1766-1834)



É daqueles personagens que quase todas as pessoas sabem alguma coisa. Contudo, é importante frisar que Malthus formou-se

em Matemática, e ressaltar que a sua mais importante obra foi publicada de forma anônima. Para a Demografia o trabalho de Malthus tem um destaque especial. Fonte: Szmrecsánye (1982.)

O fundamento no pensamento smithiano é o fato de haver indicado quase todos os problemas que viriam a ser objetos de reflexão científica subsequente. De Smith, partiram todas as demais linhas de pesquisa que serão tratadas por outros economistas, como Marx e Keynes.

Adam Smith teve muitos seguidores, dos quais destacamos os seguintes: John Stuart Mill e Jean Baptiste Say. Cabe ressaltar que alguns economistas daquela época rejeitaram a lei formulada por Say e dentre eles podemos destacar: Malthus, Karl Marx e Keynes.

Você já deve ter ouvido falar de Malthus, devido ao enfoque da teoria formulada sobre a falta de alimentos para atender ao grande crescimento da população e que, até os dias de hoje, conquista um batalhão de seguidores pelos quatro cantos do planeta. Mas quem foi Malthus? Qual o nome dado a esses novos seguidores da teoria de Malthus?

Thomas Robert Malthus, estudioso pensador inglês do seu tempo, continua fazendo história ainda nos dias de hoje com a sua famosa tese sobre o crescimento da população. Na sociedade mundial contemporânea os seus seguidores ficaram conhecidos como neomalthusianos.

Foi com a obra *Ensaio sobre o princípio da população*, publicada anonimamente em 1798, que Malthus tornou-se conhecido mundialmente. Das suas ideias, a mais famosa dizia que, enquanto a população tinha tendência

a crescer de forma geométrica, os alimentos cresciam de forma aritmética. Embora atraente, é óbvio que, nos dias de hoje, temos certa dificuldade em pensar assim, devido às transformações tecnológicas ocorridas na agricultura e ao sucesso dos métodos de controle de natalidade.

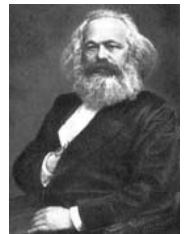
Tanto Malthus quanto Ricardo tiveram grande influência de Adam Smith. Na realidade, o inglês Ricardo adquiriu fortuna, desde muito jovem, operando na Bolsa de Valores. Divergiu dos estudos sobre população, de Malthus, por não acreditar que a demanda efetiva seria incapaz de se realizar no mercado.

De Ricardo, herdamos o importante estudo sobre a renda da terra. Segundo os seus ensinamentos, a expansão agrícola, ao se dar em terras menos férteis, levava à valorização da terra mais fértil, e nas relações econômicas internacionais, à Teoria das Vantagens Comparativas.

Ao estudar a produção, Ricardo dedicou-se a tentar entender a formação do valor a partir das horas trabalhadas e sua distribuição. Na concepção ricardiana, a troca das mercadorias estava diretamente ligada às quantidades de trabalho relativas que haviam sido utilizada para sua produção. Era a Teoria do Valor-Trabalho, que começava a ser explicada com certos detalhes e que Adam Smith não conseguira superar. A importância da contribuição de Ricardo para o entendimento da formação do valor na Economia só veio ser percebida a partir dos estudos de Karl Marx.

ESCOLA MARXISTA

O representante maior desta escola foi **Karl Marx** (1818-1883). Nascido em Trier, no sul da Alemanha, teve a sua principal obra, *O capital*, publicada pela primeira vez em 1867. Ao mergulhar nos estudos dos clássicos, Marx avançou nas formulações, e realizou uma leitura das mais completas e ampliadas do processo capitalista. Marx trouxe interpretações consistentes sobre a Teoria do Valor-



Karl Marx

Fonte: <<http://tinyurl.com/nosduf>>

Trabalho e buscou compreender de forma profunda a realização do capital.

As contribuições efetivas de Karl Marx sobre o sistema capitalista estão reunidas nos três volumes da obra *O Capital*. O volume I foi publicado em vida e os outros dois alguns anos após sua morte. Depois da propagação da teoria formulada por Marx, que ficou conhecida como Marxista, o mundo não foi mais o mesmo.



Saiba mais

Friedrich Engels (1820-1895)



Filósofo alemão, que colaborou com Karl Marx em muitos trabalhos, fundando juntos o chamado socialismo científico ou marxismo. Francis Wheen abriu o livro de sua autoria, intitulado *Karl Marx*, com as seguintes palavras: “Havia apenas onze pessoas presentes no funeral de Karl Marx, em 17 de março de 1883. ‘Seu nome e sua obra permanecerão por séculos afora’, predisse Friedrich Engels, numa oração fúnebre no cemitério de Highgate. Parecia uma presunção improvável, mas ele tinha razão.” Fonte: Wheen (2001).

Mesmo nos dias de hoje, com forte presença do neoliberalismo, as teorias elaboradas por Marx são respeitadas, as defesas das suas ideias continuam despertando interesse e sendo estudada.

Foi no estudo do processo de acumulação capitalista que Marx observou a gênese das crises, ora de superprodução, ora de estagnação, bem como a distribuição da renda. Para ele, o valor da força de trabalho despendido para produzir uma mercadoria era determinado pelo tempo de trabalho empregado na produção da mercadoria. Logo podemos dizer que Marx refere-se a

compreensão de um valor social.

Marx publicou alguns livros em parceria com o amigo de vida Friedrich Engels, sendo o primeiro *A sagrada família*, de 1845. O livro *Ideologia alemã*, escrito por Marx e Engels por volta de 1845 a 1846, só veio a ser publicado em 1932, e é considerado um dos trabalhos mais significativos para a compreensão do **materialismo histórico**.

Outro fator que precisamos destacar é que Karl Marx elaborou uma crítica científica do capitalismo, e este é um dos motivos pelos quais sua obra continua tendo grande repercussão, tornando-se um autor obrigatório a ser lido ainda hoje. Segundo

De acordo com a concepção do materialismo histórico, a transformação social está ligada ao desenvolvimento das forças produtivas. O livro *Manifesto do Partido Comunista*, de Marx, em co-autoria com Engels, foi publicado em 1848 e inaugurou a Modernidade.

Braga (1997), são inúmeras as evidências históricas da contemporaneidade da teoria econômica de Marx. Por exemplo, a Lei Geral da Acumulação Capitalista e a Globalização Financeira.

ESCOLA NEOCLÁSSICA

Podemos dizer que o desenvolvimento deste pensamento foi evidenciado em 1870, ano que marcou a mundialização das relações econômicas, e estendeu-se até 1929, quando uma grande crise atingiu as economias dos países, colocando em suspense os pressupostos da Ciência Econômica dos clássicos.

Você sabia que essa escola também ficou conhecida como Marginalista?

Isso mesmo a Escola Neoclássica foi uma extensão da Escola Marginalista, por buscar a integração da Teoria do Valor com a Teoria do Custo de Produção. Uma maior otimização dos recursos devido à escassez passou a ser objetivada. Destacamos como sendo da Escola Neoclássica:

- ▶ **Vilfredo Pareto:** político, sociólogo e economista italiano, que formulou a famosa teoria do bem-estar social, influenciado pelos princípios do equilíbrio geral. Sua principal obra, *Manual de Política Econômica*, foi publicada em 1906. Pareto influenciou a análise atual onde se discute o grau de satisfação dos indivíduos, ao aperfeiçoar a teoria de Walras. De acordo com Brue, o estado ótimo de Pareto implica em: uma distribuição ideal de bens entre os consumidores; uma alocação ideal técnica de recursos e quantidades ideais de produção (BRUE, 2006, p. 394).

- ▶ **Léon Walras:** demonstrou em suas formulações a interdependência entre os preços, quando na busca pelo equilíbrio geral macroeconômico da economia. Pertenceu a Escola Matemática de Lausanne (PINHO; VASCONCELLOS, 2003, p. 36-37).
- ▶ **Alfred Marshall:** nascido em Bermondsey, um subúrbio de Londres, em 26 de julho de 1842. Filho de William Marshall e Rebeca Oliver, cresceu no bairro londrino de Clapham. Estudou em Cambridge, onde se dedicou à matemática, à física e, posteriormente, à economia. Morreu em julho de 1924, aos 81 anos. Foi um dos mais influentes economistas de seu tempo. Em seu livro, *Princípios de Economia (Principles of Economics)* procurou reunir num todo coerente as teorias da oferta e da demanda, da utilidade marginal e dos custos de produção, tornando-se o manual de economia mais adotado na Inglaterra por um longo período.

ESCOLA KEYNESIANA



Saiba mais John Maynard Keynes (1883-1946)



Criador da Teoria Macroeconômica, continua sendo considerado um dos mais importantes economistas do Século XX. Em 1936 lançou o livro que o consagrou, *A Teoria*

Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Nesse trabalho Keynes faz uma série de observações que acabam salvando o capitalismo de um colapso. Fonte: <<http://tinyurl.com/lctk5l>>. Acesso em: 23 jul. 2009.

O ponto de partida do pensamento de John Maynard Keynes é que o sistema capitalista tem um caráter profundamente instável. Ou seja, a operação da “mão invisível”, ao contrário do que afirmavam os economistas clássicos, não produz a harmonia no mercado. Em momentos de crises, argumenta Keynes, a intervenção do Estado pode gerar demanda, mediante os investimentos, com vistas a garantir níveis elevados de emprego.

O pensamento de Keynes comandou as bases do capitalismo mundial entre a década de 1940 e final dos anos 70. No Brasil, o

pensamento keynesiano vigorou até final dos anos 80, principalmente no que diz respeito ao Estado interventor. Ou seja, a forte intervenção do Estado na economia brasileira, entre as décadas de 50 e 80, foi realizada com base teórica fundamentada no pensamento de Keynes.

A análise keynesiana veio opor-se aos postulados das economias Clássica e Neoclássica, que tinham na **Lei de Say*** a sua pedra angular. Os pensadores que mais contribuíram para a concepção e divulgação dessa Lei, passada como um dos princípios inquestionáveis da Economia Política Clássica, foram os economistas Jean Say, David Ricardo e Stuart Mill.

Introdutoriamente, a Lei de Say estabeleceu que toda produção encontra uma demanda, ou seja, que toda a renda (lucros, juros, salários) é inteiramente gasta na compra de mercadorias e serviços, e, portanto, não pode haver um excesso de produção ou renda em relação à demanda ou às despesas efetivamente realizadas.

Observando a Lei de Say, muitos economistas deduziram que o seu princípio é válido para uma economia de produtores simples, de troca, de escambo, na qual cada família seria proprietária de seus meios de produção e trocaria apenas o excedente de bens que ela mesma produz, mas não consome.

Diante do exposto você sabe destacar qual a atribuição que cabe ao dinheiro?

Exatamente nesta Lei, o dinheiro é visto apenas como um meio de troca, sendo gasto imediatamente. Para Say, ninguém teria interesse em conservá-lo (atribuindo-lhe reserva de valor). Para Ricardo, o fato de ninguém querer conservá-lo se deve ao fato de o dinheiro servir apenas para aquisição de bens de consumo ou bens de produção, para a criação de bens de consumo no futuro.

Assim podemos afirmar que dentro da filosofia de Say os produtores ou possuidores de dinheiro não tinham interesse em

*Lei de Say – diz que a soma dos valores de tudo aquilo que é produzido é sempre equivalente à soma dos valores empregados como fatores na produção. Fonte: Lacombe (2004).

mantê-lo em suas mãos mais que o necessário e a demanda seria ilimitada.

Mas você pode estar se perguntando: o que significa isso?

Significa que sempre existirá uma demanda por um ou outro tipo de produto ou seja, ainda que ocorra excesso de produção, isso acontece apenas para certos tipos de mercadoria e em caráter temporário. Esse argumento de que a demanda é ilimitada é essencial para os clássicos e neoclássicos, pois assegura a inexistência de um excesso de produção em relação à demanda. Isso significa que tudo o que for produzido é, naturalmente, vendido. Todo o poder de compra da sociedade é sempre utilizado.

Mas o que é poder de compra? É demanda. É procura.

Diante do que vimos até aqui, fica entendido que toda a renda ganha é sempre gasta no processo produtivo, sinalizando a inexistência de entesouramento. Ou seja, na Lei de Say, inexistente entesouramento do dinheiro. Nenhum indivíduo, ao auferir uma renda, deixa de usá-la inteiramente. Uma parte dela é utilizada para o consumo pessoal, enquanto a outra parte é poupada. Cuidado: aqui, poupança, deve ser dito, não significa entesouramento para a Lei de Say. A poupança será sempre utilizada. Ou o indivíduo a emprega para acumular capital ou a empresta para outro, que deve imediatamente fazer uso dela. Assim podemos dizer que tudo que é ganho deve ser gasto. E se parte não é, outra pessoa o faz, recebendo o dinheiro por empréstimo.

Considerando que o volume dos meios de produção e da força de trabalho é regulado pela produção, temos que a economia tende a operar com pleno emprego de recursos (ou plena capacidade de produção).

Mas se ocorrer excesso de capacidade produtiva (seja de força de trabalho, seja de capital), o que fazer?

Nesse caso, os recursos empregados se deslocariam para outro ramo da atividade no qual existisse demanda suficiente para absorver uma produção adicional, assegurando, desta forma, uma taxa de lucro compensatória.

Os economistas adeptos da Lei de Say encaravam o desemprego como uma pequena anormalidade do sistema capitalista, que tinha a sua origem na intervenção estatal e na associação dos trabalhadores sindicais. Indicavam que também uma das causas do desemprego eram os altos salários pagos. Então, para corrigir o desemprego, os salários deveriam ser flexíveis.

Baseados na Lei de Say, os gastos públicos não exerciam qualquer efeito positivo sobre a economia e, em especial, sobre o crescimento econômico. Acreditavam, que os gastos do Estado poderiam ser um obstáculo para o crescimento econômico, visto que transferiam fundos de acumulação para utilizá-los em atividades improdutivas.

O pensamento de Keynes é a própria negação do pensamento clássico. Ao contrário de Ricardo e Say, Keynes entendeu que, para a sobrevivência do capitalismo, era necessária uma ação efetiva do Estado na regulação das crises do capital. Keynes pode ser considerado como o retrato do indivíduo liberal de seu tempo. Detinha um caráter profundamente individualista, mas percebia os problemas sociais de sua época. É considerado o mais célebre economista do Século XX, pioneiro da Macroeconomia.

As obras de Keynes mostram que suas preocupações estavam sempre ligadas a questões práticas e políticas de conjuntura. Não parecia interessado em reconstruir a teoria econômica a partir da análise do valor, mas em verificar por que as teses marginalistas, nas quais fora educado, conduziam a políticas inconsistentes. Em 1930, escreveu *Tratado sobre a moeda*, e em 1936 a sua principal obra, *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. Foi esta

última que mais contestou a Teoria Marginalista, Neoclássica ou Clássica.

A *Teoria Geral* abalou profundamente os pressupostos do liberalismo econômico, mostrando a inexistência do princípio do equilíbrio automático na economia capitalista. Até então, nos meios marginalistas, a economia de mercado encontrava naturalmente seu equilíbrio, numa situação em que todos os que desejassem trabalhar por uma remuneração correspondente à sua produtividade poderiam fazê-lo.

A questão da produção e do emprego foi demasiadamente avaliada por Keynes. Ele concluiu que o fator responsável pela alteração do volume de emprego é a procura de mão de obra, e não a sua oferta, como pensavam os neoclássicos. Logo, o desemprego é o resultado de uma demanda insuficiente de bens e serviços, e somente pode ser resolvido por meio de investimentos. O investimento, para Keynes, é o fator dinâmico na economia, capaz de assegurar o pleno emprego e influenciar a demanda.

Ao contrário da tradição clássica e neoclássica, Keynes enfatiza acentuadamente o papel do Estado na economia, e destaca que as mudanças no sistema produtivo não poderiam ocorrer sem a ação efetiva do poder público.

O grande eixo da análise de Keynes sobre a intervenção do Estado na economia é a superação da crise, no curto prazo, durante a própria crise, possibilitando o aumento dos investimentos através de uma política de aumento da demanda. O aumento das despesas em obras públicas, graças ao multiplicador, provocaria o aquecimento da economia, que se espalharia para os demais setores.

Contudo é através dos investimentos privados, visto como eixo central de toda economia, que promovemos a elevação do nível de emprego, aumentamos a renda e o crescimento econômico. Nesse sentido, é do Estado a responsabilidade de ativar o investimento e de assegurar a alocação dos recursos.

Keynes estava convencido da importância da ação do Estado na economia, e toda a ação governamental deveria estar pautada na busca de reduzir os efeitos da crise de acumulação de capitais,

que, de qualquer forma, promoveria a queima de certa quantidade de capital.

Há uma procura incessante por novas alternativas ao modelo keynesiano. Os pós-keynesianos se enquadram neste grupo e estão entre os que se preocupam com o princípio da demanda efetiva, o desempenho da moeda e as expectativas do comportamento das economias. É por isso que, nessa escola, os estudos da determinação dos títulos no mercado são realizados com bastante atenção.

Complementando.....

Para saber mais sobre os assuntos discutidos nesta Unidade leia os textos propostos a seguir:

- ↳ Os Economistas – um conjunto de obras dos principais trabalhos realizados sobre a evolução do pensamento econômico, reeditadas pela editora Nova Cultura. Aqui você encontrará a apresentação reeditada por autores atuais sobre cada uma das obras.
- ↳ Portal Pensamento Econômico – para conhecer mais de perto as ideias desenvolvidas por John Maynard Keynes que continuam influenciando a economia mundial, consulte o *site* <www.pensamentoeconomico.ecn.br/economistas/john_maynard_keynes.html>.

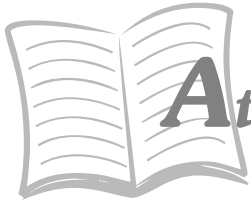
Resumindo



Ao finalizarmos esta Unidade podemos concluir que o neoliberalismo retornou de forma modificada, apoiado na teoria de Friedrich August Von Hayek – economista austríaco com contribuição na área monetária e sobre as relações econômicas e institucionais. O livro mais conhecido de Hayek, *O Caminho da Servidão*, teve sua primeira edição no ano de 1944. A influência do seu pensamento na economia mundial, principalmente nestes últimos anos, tem sido maior do que se esperava –, que ganhou o Prêmio Nobel de economia em 1974 e propôs uma menor participação do Estado na Economia.

Diante deste cenário tivemos a onda de privatizações vividas mundialmente, o individualismo em curso e a crença desenfreada das pessoas no mercado.

Mas nos perguntamos o tempo: todo para onde estamos sendo conduzidos? Os novos estudos que, por sua vez, se encontram em processo de investigação podem, a qualquer momento, nos surpreender. Fiquemos atentos!



Atividades de aprendizagem

Neste tópico apresentamos a evolução histórica da economia. Se você realmente entendeu o conteúdo, não terá dificuldades de responder às questões a seguir. Se, eventualmente, ao responder, sentir dificuldades, volte, releia o material e procure discutir com seu tutor.

1. Faça um quadro síntese das principais escolas do pensamento econômico.
2. Fale sobre a importância da Escola Fisiocrata para a economia.
3. Pesquise sobre o significado do pensamento keynesiano na atualidade.
4. Apresente as principais ideias da Escola Marxista.

UNIDADE 3

MENSURAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Ao finalizar esta Unidade você deverá ser capaz de:

- ▶ Distinguir a economia em níveis micro e macro.
- ▶ Entender como se formam as curvas de demanda e oferta, no caso de uma economia de concorrência perfeita, e a formação do preço de equilíbrio; e
- ▶ Identificar a formação do monopólio e do oligopólio numa economia de concorrência imperfeita.

O OBJETIVO DA ANÁLISE ECONÔMICA

Nesta Unidade você vai conhecer como funciona o sistema econômico, seus principais indicadores, como é feita a mensuração das atividades econômicas e, ainda, os aspectos fundamentais da Microeconomia e da Macroeconomia. É importante que, depois de ler esta Unidade, você entenda como funcionam o sistema econômico e uma economia de mercado centralizada. Assim, poderá distinguir as diferenças existentes entre as estruturas de mercado, entender a importância do conceito Produto Interno Bruto e, por fim, conhecer o Índice de Desenvolvimento Humano.

Comumente nós falamos e pensamos em economia com frequência. A economia consiste em milhões de pessoas envolvidas em várias atividades como comprar, vender, trabalhar, contratar, fabricar, produzir, distribuir, alocar etc.

Diariamente, milhões de pessoas participam de milhares de trocas em todos os lugares. Se ocorrem milhares de trocas, é sinal de que milhões de pessoas em algum lugar estão produzindo para milhões de pessoas. O objetivo da análise econômica é explicar o que faz com que a economia mundial e suas diversas partes funcionem do jeito que o fazem.

Veja que, quanto mais aprendemos e analisamos a respeito das relações e do comportamento econômico moderno, maior capacidade temos de direcionar nossas energias para a produção de bens e serviços que venham a proporcionar maior nível de satisfação para toda a sociedade.

Segundo Thompson e Formby (1998), o desafio analítico da economia é enorme e complexo, tendo-se em vista o conjunto de relações e interações que a cada minuto são feitas pelo mundo:

Considere que nos diversos países do mundo as pessoas estão tomando bilhões de decisões entre gastar seu dinheiro com as diferentes coisas de que necessitam e as que desejam. Em toda parte, empresas de todos os tipos e portes estão decidindo a respeito de quanto e quais bens e serviços produzir e que tecnologias e recursos utilizar para ofertá-los. Todos os tipos de agências governamentais e instituições sem fins lucrativos estão coletando impostos e solicitando doações para fornecer bens e serviços ao público e a grupos especiais como os pobres, os idosos e os desempregados (THOMPSON, JR.; FORMBY, 1998, p. 1).

É bom lembrarmos que o grande desafio da análise econômica é dar um sentido, uma lógica a todas essas decisões e, por conseguinte, propiciar o entendimento das consequências no conjunto da economia. A abordagem comumente utilizada pelos analistas para dar sentido a todo esse conjunto de comportamento econômico diário envolve alguns procedimentos como:

***Modelo econômico** – modelo que procura representar a realidade econômica de forma simplificada, mediante equações matemáticas, estudando as relações entre as variáveis mais significativas para a análise do fenômeno que está sendo pesquisado. Fonte: Lacombe (2004).

- ▶ tentar descobrir por que os eventos econômicos ocorrem de uma determinada forma;
- ▶ analisar fatos econômicos confiáveis para tentar estabelecer relações de causa e efeito mais ou menos plausíveis;
- ▶ apresentar teorias econômicas formais; e
- ▶ construir **modelos econômicos***.

Sendo assim, para melhor entendermos e analisarmos o mundo econômico contamos com economistas que buscam simplificar esse mundo real complexo através do uso de modelos. Os economistas empregam modelos (simplificação da realidade) para descrever as relações econômicas. Para isso ocorrer com

seriedade, os estudiosos fazem uso do **método científico**, apresentando suas teorias e seus modelos. Os métodos representam exatamente um caminho que se deve percorrer quando se busca o conhecimento, embora ele, por si só, não garanta que se alcance a verdade. Logo, podemos dizer que o método serve para que o conhecimento seja alcançado já que o conhecimento requer esforço para ser alcançado

Sobre a questão do método na Ciência Econômica, leia os livros *Métodos da Ciência Econômica*, de Gentil Corazza, e *Metodologia da Economia*, de Mark Blaugb.

Enquanto você está lendo este livro, deve estar pensando: “afinal, o que é esse tal de sistema econômico? Como isso funciona?”

Conforme chamam a atenção os professores Hall e Lieberman (2003), neste momento, aparentemente íntimo, você está acoplado ao mundo real por caminhos nunca antes imaginados. Por exemplo, para que você possa ler este material, primeiramente foi preciso que os autores escrevessem. Na sequência foi necessário sua motivação e empenho para lê-lo. Outro fator acoplado neste cenário diz respeito à equipe envolvida no processo, tais como o pessoal da adaptação de linguagem, o revisor de português, o diagramador, a comissão editorial, o pessoal da gráfica, da embalagem e a turma da distribuição.

Observe que são diversas pessoas partipantes do processo de criação e distribuição deste livro. Além das pessoas envolvidas, tivemos também incorporado ao processo de produção deste material uma quantidade de papel e tinta, caixas, computadores, impressoras, transporte, combustível etc. Note que estamos falando de um conjunto de pessoas e materiais que estiveram envolvidos na produção do material que está agora em suas mãos, propiciando a você conhecer melhor como funciona o **sistema econômico***.

Nesse mesmo caminho, observe a cadeira ou banco no qual você está sentado, agora, observe o espaço físico que você se encontra. Veja que, apesar desse isolamento momentâneo em que você se encontra, ao estar folheando este material, você está

*Sistema econômico – sistema de propriedade, de forma de decisão sobre a alocação dos recursos produtivos, de determinação de preços, e demais mecanismos que caracterizam o sistema produtivo de uma sociedade e a distribuição dos produtos pelos agentes econômicos. Fonte: Lacombe (2004).

economicamente ligado a milhares de pessoas por centenas de caminhos que se comunicam através da produção e da distribuição dos produtos e serviços aqui consumidos por você.

*As perguntas que lhe fazemos neste momento são: por que tantos bens e serviços que ora consumimos são produzidos por outras pessoas? Por que somos tão dependentes uns dos outros no que se refere ao bem-estar material? Por que não vivemos como **Robinson Crusóé**?*



Caso não tenha assistido ao filme ainda, procure numa locadora próxima de sua casa. Vale a pena!

As respostas a todas essas indagações dizem respeito ao sistema econômico. Na maioria das vezes, nos apropriamos de coisas que o sistema econômico nos oferece, mas não damos a menor importância sobre como essas coisas chegaram até nós.

Vamos falar do filme para contextualizar o questionamento anterior: o filme de *Robinson Crusóé* (*Las Aventuras de Robinson Crusoe*, México/EUA, 1952), com a direção de Luis Buñuel, observou que enredo se passa em 1659, quando o naufrago inglês Robinson Crusóé vai parar numa ilha tropical aparentemente deserta, na qual luta sozinho para prover sua subsistência até encontrar o nativo a quem batiza de Sexta-Feira. O filme mostra uma realidade onde nossas necessidades materiais podem ser todas produzidas por nós mesmos.

Para pensarmos um pouco mais sobre esse tema, é chegada a hora de aprendermos como a economia serve a bilhões de pessoas, permitindo que sobrevivam e prosperem, apesar dos contratemplos da vida atual, que penalizam milhares de pessoas. Não se esqueça que tudo isso se refere ao sistema econômico, sua forma de organizar, produzir e distribuir seus bens e serviços a todos os cidadãos.

EVOLUÇÃO DOS SISTEMAS ECONÔMICOS

A evolução dos sistemas econômicos, nesses últimos dez mil anos, foi marcada por duas características norteadoras de todo o processo:

- ▶ **Especialização:** sistema de produção segundo o qual cada indivíduo se concentra em um número limitado de atividades; e
- ▶ **Troca:** dar uma coisa por outra, substituir uma coisa por outra, permutar.

Através da especialização e da troca, as nações puderam dispor de maior produção, e os padrões de vida foram se elevando. Diante disso, todas as nações passaram a aumentar o grau de especializações e de trocas.

As razões pelas quais a especialização e a troca permitem o crescimento da produção podem ser observadas pela capacidade humana de aprender durante a vida. Isto significa que o ser humano possui a capacidade de aprender a fazer coisas durante a vida. Diante disso, a especialização torna-o mais hábil para fazer algumas poucas coisas, em vez de ser amador em várias. Uma outra razão que se justifica é pelo tempo necessário para mudar de uma atividade para outra. Segundo Hall e Liberman (2003, p. 34), “[...] quando as pessoas se especializam e, com isso, passam mais tempo realizando uma só tarefa, há menos perda de tempo decorrente da transição entre as tarefas”. Percebe-se, com isso, uma alteração nos níveis de produtividade dessa economia, levando-a a um crescimento do nível de produção.

Uma forma simples de entendermos e visualizarmos como se organiza a economia, como seus participantes interagem uns com os outros, como os compradores e consumidores se relacionam entre si e com o governo e, ainda, como a economia interna se relaciona com o setor externo, se expressa através do diagrama do fluxo circular ampliado. Veja a Figura 1.

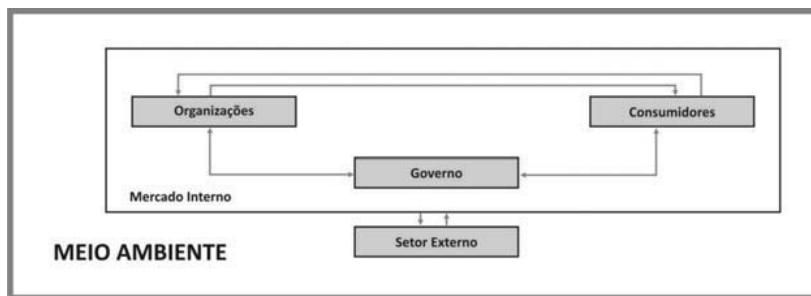


Figura 1: Diagrama do fluxo circular

Fonte: Elaborada pelos autores

Podemos observar que o diagrama do fluxo circular evidencia visualmente as relações econômicas instituídas e facilita o entendimento no que diz respeito ao funcionamento da economia, utilizando as seguintes categorias: produtores (organizações), consumidores (famílias), governo e setor externo.

Verificamos no diagrama do fluxo circular a existência de relações entre os diversos agentes que compõem o mercado interno e também a relação desse mercado com o setor externo. Com a presença de pessoas, empresas (grandes, médias, pequenas, formais e informais) e governos (municipal, estadual e federal), as relações estabelecidas dão sustentação ao mercado. Isto acontece em quase todos os lugares, e uma relação direta e indireta com o meio ambiente acaba sendo processada.

Para pensarmos em produção de bens e serviços precisamos considerar como elemento básico da análise a questão ambiental.

Diante do exposto, podemos dizer que a atual discussão sobre o tema **meio ambiente** e desenvolvimento econômico reflete a relação contrária que se manifesta, por um lado, diante do modelo de desenvolvimento adotado e os impactos provocados ao meio ambiente e, por outro lado, o que esses impactos ambientais podem provocar no modelo de desenvolvimento.

Em suas análises lembre-se sempre da análise do meio ambiente.

Você sabia que, no sistema econômico, tudo pode e deve ser avaliado monetariamente, de modo que toda a produção de bens e serviços que uma economia produz pode ser transformada em valor, medido pelo dinheiro ou pela moeda? Mas como mensurar as atividades econômicas?

Mensurar significa quantificar essas relações. Logo quando as atividades econômicas de um país são mensuradas, a sociedade passa a ter mais clareza do seu processo de desenvolvimento econômico. Acompanhe como se desenvolvem o Fluxo Real e o Fluxo Monetário da economia, ilustrados nas Figuras 2 e 3, respectivamente.

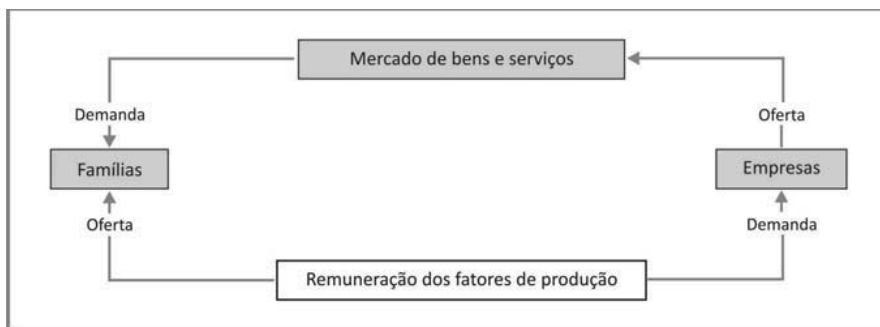


Figura 2: Fluxo real da economia
Fonte: Elaborada pelos autores

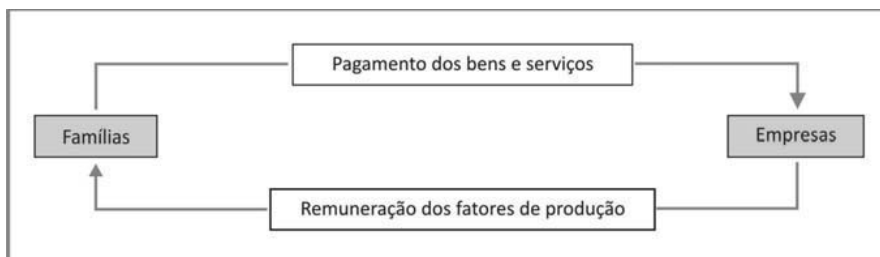


Figura 3: Fluxo monetário da economia
Fonte: Elaborada pelos autores

De acordo com as figuras, note que enquanto o Fluxo Real procura evidenciar as relações de demanda e oferta existentes no mercado de bens e serviços, o Fluxo Monetário deixa claro a relação de pagamentos efetuados no mercado de bens e serviços, e a remuneração dos fatores de produção.

Assim podemos afirmar que o sistema econômico é o conjunto de relações técnicas, básicas e institucionais que caracterizam a organização econômica de uma sociedade. Independentemente do seu tipo, todo sistema econômico deve, de algum modo, desempenhar três funções básicas – básicas em Economia, determinando:

- ▶ **O que produzir e em que quantidade:** precisamos definir entre as possibilidades, o que e qual a quantidade a ser produzida, de modo a satisfazer o mais adequadamente a sociedade;
- ▶ **Como produzir tais bens e serviços:** devemos definir quem vai ser o responsável pela produção, qual a tecnologia a ser empregada, qual o tipo de organização da produção etc.; e
- ▶ **Para quem produzir, ou seja, quem será o consumidor:** devemos definir o público-alvo e as maneiras através das quais o produto deverá atingi-lo.

***Microeconomia** – preocupa-se com a eficiência na alocação dos fatores de produção, as quantidades de bens e serviços ofertadas e demandadas, os preços absolutos e relativos dos bens e serviços, e a otimização dos recursos orçamentários de cada um dos agentes econômicos. Fonte: Lacombe (2004).

***Macroeconomia** – estudo do comportamento da economia como um todo, isto é, dos fenômenos econômicos abrangentes, como o nível de preços, a inflação, o desemprego, a política monetária de um país etc. Fonte: Lacombe (2004).

Mas como as sociedades resolvem os seus problemas econômicos fundamentais: o que e quanto, como e para quem produzir?

A resposta depende da forma de organização econômica. Cada relação entre esses agentes caracteriza um mercado em particular. No campo da **Microeconomia***, podemos analisar o mercado de petróleo, de soja, de mão de obra para o setor financeiro etc., enquanto, no campo da **Macroeconomia***, podemos destacar

o funcionamento do mercado de bens e serviços, mercado de trabalho como um todo, mercado financeiro e mercado cambial.

Note que, no mundo de hoje, entender de economia e compreender como funcionam os mercados, em suas reais dimensões, problemas e implicações em termos de bem-estar social, econômico e político, nos auxilia bastante nas tomadas de decisões. O mercado possibilita enxergar outras variáveis (outras relações) que não se encontram apenas no campo da economia.

Existem duas formas principais de organização econômica:

- ▶ Economia de mercado (ou descentralizada, tipo capitalista); e
- ▶ Economia planificada (ou centralizada, tipo socialista).

Os países organizam-se dessas duas formas ou possuem algum sistema intermediário entre elas.

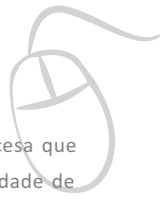
Outra questão importante, que surge na esfera do estudo econômico, diz respeito às distinções entre as preocupações macro e microeconômicas. Contudo, vale salientar que, embora, aparentemente díspares, ambas tratam do mesmo objeto: o sistema econômico.

Como já vimos, a Microeconomia trata do comportamento das unidades econômicas, enquanto a Macroeconomia aborda o conjunto da economia. Para tanto, sempre são feitas abstrações.

FUNIONAMENTO DE UMA ECONOMIA DE MERCADO

Podemos dizer que as economias de mercado podem ser analisadas por dois sistemas:

- ▶ Sistema de concorrência pura (sem interferência do governo); e
- ▶ Sistema de economia mista (com interferência governamental).



Expressão francesa que significa a liberdade de fazer e agir no mercado.

Num sistema de concorrência pura ou perfeitamente competitivo, predomina o *laissez-faire*. Neste tipo de organização milhares de produtores e milhões de consumidores têm condições de resolver os problemas econômicos fundamentais (o que e quanto, como e para quem produzir), como que guiados por uma “mão invisível”. Isso sem a necessidade de intervenção do Estado na atividade econômica.

No contexto discutido, podemos dizer que é a base da filosofia do liberalismo econômico, que advoga a soberania do mercado, sem a intervenção do Estado. Nesse modelo, o Estado deve responsabilizar-se mais com questões como justiça, paz, segurança, relações diplomáticas e deixar o mercado resolver as questões econômicas fundamentais.

Contudo, diante deste sistema econômico, temos algumas críticas. As mais frequentes são:

- ▶ grande simplificação da realidade; e
- ▶ preços nem sempre livres, ao sabor do mercado, em virtude de fatores como:
 - ▶ força dos sindicatos;
 - ▶ poder dos monopólios e oligopólios;
 - ▶ intervenções do governo via: impostos, subsídios, tarifas e preços públicos (água, energia, etc.); política salarial; congelamentos e tabelamentos de preços; e política cambial.

O mercado sozinho não promove perfeita alocação de recursos. Em países mais pobres, que querem se desenvolver, o Estado precisa prover a infraestrutura básica, como estradas, telefonia, siderurgia, portos, usinas hidroelétricas, o que exige altos investimentos, com retornos apenas em longo prazo, afastando o setor privado.

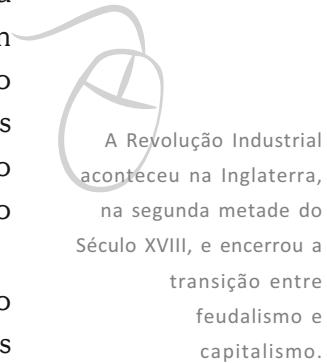
Por pelo menos cem anos, do final do Século XVIII, com a **Revolução Industrial**, ao final do Século XIX, predominava um sistema de mercado muito próximo da concorrência pura. No Século XX, quando se tornou mais presente a força dos sindicatos e dos monopólios e oligopólios, associada a outros fatores, como aumento da especulação financeira e desenvolvimento do comércio internacional, a economia tornou-se mais complexa.

Diante dessa realidade podemos afirmar que a atuação do governo justifica-se com o objetivo de eliminar as chamadas distorções alocativas (isto é, na alocação de recursos) e distributivas, e promover a melhoria do padrão de vida da coletividade. Isso pode se dar das seguintes formas:

- ▶ mercado sozinho não promove perfeita distribuição de renda, pois as empresas estão preocupadas em maximizar seu lucro, e não com questões distributivas;
- ▶ atuação sobre a formação de preços, via impostos, subsídios, tabelamentos e fixação de salário mínimo;
- ▶ fornecimento de serviços públicos; e
- ▶ complemento da iniciativa privada etc.

Temos ainda o sistema de economia centralizada, onde a forma de resolver os problemas econômicos fundamentais é decidida por uma Agência ou Órgão Central de Planejamento, e não pelo mercado.

Os preços são determinados pelo governo, que, normalmente, subsidia fortemente os bens essenciais e taxa os bens considerados supérfluos. Com relação ao lucro, uma parte vai para o governo, outra parte é usada para investimentos nas empresas, dentro das metas estabelecidas pelo próprio governo, e a terceira parte é dividida entre os administradores e os trabalhadores, como prêmio pela eficiência. Se o governo considera que determinada indústria é vital para o país, esse setor será subsidiado, mesmo que apresente ineficiência na produção ou nos prejuízos.



MERCADO

Todos os dias, você ouve ou lê algo que trata do mercado. Basta abrir os jornais, assistir à televisão ou visitar as ruas de sua cidade. Portanto, não é nada tão distante do seu dia a dia, pelo contrário, é algo que faz parte do seu cotidiano, de sua vida. Pindyck e Rubinfeld (2006) dividem as unidades econômicas em dois grandes grupos, de acordo com sua função: o de compradores e o de vendedores.

Os compradores abrangem os consumidores, aqueles que adquirem bens e serviços, e as empresas que adquirem mão de obra, capital e matérias-primas que utilizam para produzir bens e serviços. Já no que se refere os vendedores, podemos listar as empresas que vendem bens e serviços, além dos trabalhadores que vendem seus serviços e os proprietários de recursos que arrendam terras e comercializam recursos minerais.

Mas qual relação destes termos com o termo mercado?

A relação é direta, uma vez que o mercado consiste num grupo de compradores (lado da procura) e um de vendedores (lado da oferta) de bens, serviços ou recursos, que estabelecem contato e realizam transações entre si. Ou seja, a interação de compradores e vendedores dá origem aos mercados.

O lado dos compradores é constituído tanto de consumidores, que são compradores de bens e serviços, quanto de empresas, que são compradoras de recursos (trabalho, terra, capital e capacidade empresarial) utilizados na produção de bens e serviços; enquanto o lado dos vendedores é constituído pelas empresas, que vendem bens e serviços aos consumidores, e pelos proprietários de recursos (trabalho, terra, capital e capacidade empresarial), que os vendem (ou arrendam) para as empresas em troca de remuneração (salários, aluguéis e lucros).

Nas economias modernas, a maioria das decisões sobre o que e quanto produzir, como produzir e para quem produzir são tomadas nos mercados. Logo, para determinarmos os compradores e vendedores que estão participando do mercado, devemos incorporar a ideia do que seja a extensão do mercado.


Por extensão de mercado, devemos entender os seus limites, tanto geográficos quanto em termos da variedade de produtos que nele são oferecidos. Porém, percebemos que, em algumas situações, o mercado falha nessa tomada de decisões. Quando isso ocorre, é preciso que o Estado intervenha no sentido de ajustar o processo. Assim, podemos afirmar que o mercado é, ao mesmo tempo, o meio mais simples e o mais complexo de **alocação de recursos**.

Mas você pode estar se perguntando: Que história é essa de meio mais simples e mais complexo de alocação de recursos? O que significa isso?

Isso significa que, mesmo em situações de livre mercado, há ocasiões em que o mercado não é capaz de fazer de maneira **eficiente*** o processo de alocação e distribuição dos recursos. Em função desta constatação, mercados não funcionam a contento, contamos com a regulação a fim de proporcionar a eficiência econômica.

Você já ouviu falar das agências reguladoras no Brasil?

Essas agências de regulação surgem em função da existência de falhas do mercado. Assim, ao ouvirmos falar em regulação, podemos imaginar formas de contornar essas falhas à luz do modo de produção capitalista, enquanto a desregulamentação significa deixar



Quando alocamos recursos estamos determinando um fim específico a eles.

*Eficiência – pode ser entendida como a capacidade de minimizar o uso de recursos para alcançar as metas definidas, ou seja, é a capacidade de otimizar o uso dos recursos, e seria medida pela relação entre recursos aplicados e o produto final obtido. Fonte: Lacombe (2004).

o mercado solto das amarras da regulação, pois, nestes casos, o mercado é mais eficiente. Por exemplo, temos a Agência Nacional de Energia Elétrica e a Agência Nacional de Telecomunicações, entre outras.

Muitas pessoas pensam que os significados dos termos oferta e demanda são sinônimos na Ciência Econômica. Quando debatem temas como saúde, transportes, pobreza, moradia etc., costumam afirmar que tudo isso se refere apenas à questão de oferta e demanda. Outros, menos informados, costumam ainda usar e abusar dessa afirmação, tornando a oferta e a demanda uma espécie de lei inviolável sobre a qual nada pode ser feito e a partir da qual tudo pode ser explicado.

Tanto a oferta quanto a demanda fazem parte de um modelo econômico criado para explicar como os preços são determinados em um sistema de mercado. Observe que os preços determinam quais famílias ou regiões serão beneficiadas com determinados produtos e serviços, e quais empresas receberão determinados recursos.

Em se tratando de Microeconomia, os economistas recorrem ao conceito de demanda para descrever a quantidade de um bem ou serviço que uma família ou empresa decide comprar a um dado preço. Então, a quantidade demandada de um bem ou serviço refere-se à quantidade desse bem ou serviço que os compradores desejam e podem comprar. Observe, também, que várias questões podem afetar os consumidores na hora da compra, tais como renda, gosto, preço etc.

A Teoria da Demanda deriva de algumas hipóteses sobre a escolha do consumidor entre diversos bens e serviços que um determinado orçamento doméstico permite adquirir. Essa teoria procura explicar o processo de escolha do consumidor diante das diversas possibilidades existentes. Devido à certa limitação orçamentária, o consumidor procura distribuir a renda disponível

entre os diversos bens e serviços, de maneira a alcançar a melhor combinação possível que possa lhe trazer o maior nível de satisfação. A demanda não representa a compra efetiva, mas a intenção de comprar por determinado preço.

Ao analisarmos como funcionam os mercados, percebemos que o preço de um bem ou serviço exerce papel central. Na prática, a quantidade demandada de um bem ou serviço diminui quando o preço aumenta, e aumenta quando o preço diminui. Logo, a quantidade demandada é negativamente relacionada ao preço, como pode ser observado na Figura 4:

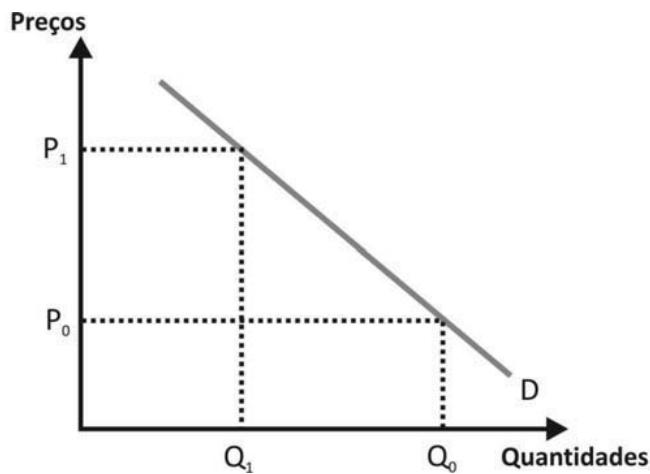


Figura 4: Curva de demanda
Fonte: Elaborada pelos autores

Veja a seguir as variáveis que podem deslocar esta curva da demanda:

- ▶ riqueza (e sua distribuição);
- ▶ renda (e sua distribuição);
- ▶ fatores climáticos e sazonais;
- ▶ propaganda;
- ▶ hábitos;
- ▶ gostos e preferências dos consumidores;

- ▶ expectativas sobre o futuro; e
- ▶ facilidades de crédito (disponibilidade, taxa de juros e prazos).

Agora que você já sabe que a curva da demanda pode sofrer alteração, observe a Figura 5 para verificar como funciona este deslocamento.

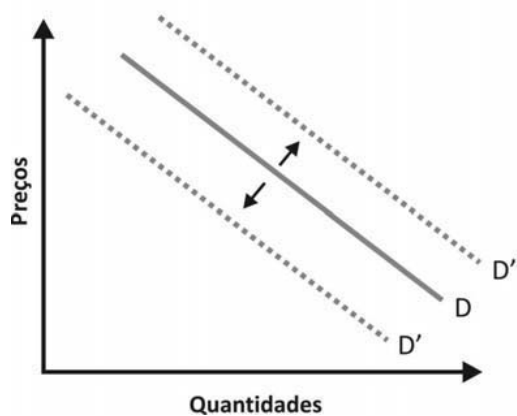


Figura 5: Variações da curva da demanda

Fonte: Elaborada pelos autores

A Teoria da Oferta muda o foco da análise, pois o vendedor vai ao mercado com a meta de obter o maior lucro possível. Neste cenário o vendedor (uma empresa) pode se deparar com uma restrição importante: a produção de bens e serviços requer a utilização de recursos produtivos, e essa quantidade depende do padrão tecnológico utilizado pela firma.

Observe que a tecnologia de produção nos diz o que a empresa pode fazer. Portanto, o padrão tecnológico acaba se tornando um fator restritivo para a empresa poder produzir, além dos preços dos outros **fatores de produção*** e do próprio preço praticado no mercado.

Assim, podemos definir oferta como sendo a quantidade de um bem ou serviço que os produtores (vendedores) desejam produzir (vender) por unidade de tempo. Observamos que a oferta é um desejo, uma aspiração. Logo, a quantidade ofertada de um bem ou

*Fatores de produção – todos os insumos usados para produzir bens e serviços: recursos naturais, informações, energia, capital, trabalho, capacidade empresarial etc. Fonte: Lacombe (2004).

serviço refere-se à quantidade que os vendedores querem e podem vender. Dessa maneira, existe uma associação de comportamento dos preços com o nível de quantidade ofertada, ou seja, a quantidade ofertada aumenta à medida que o preço aumenta e reduz quando o preço se reduz. Logo, a quantidade ofertada está positivamente relacionada com o preço do bem e serviço, como podemos verificar na Figura 6:

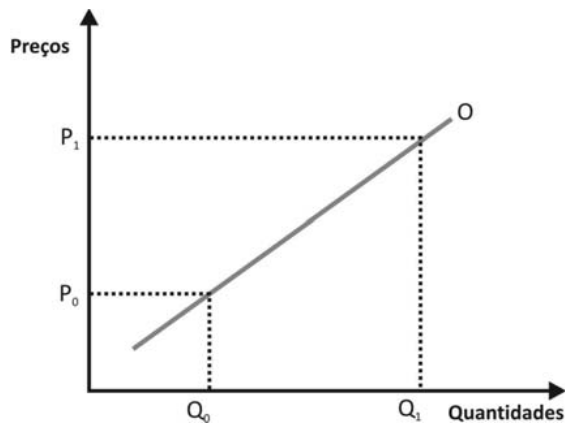


Figura 6: Curva de oferta

Fonte: Elaborada pelos autores

Conheça agora as variáveis que podem deslocar a curva da oferta como um todo:

- ▶ disponibilidade de insumo;
- ▶ tecnologia;
- ▶ expectativa; e
- ▶ número de vendedores.

Veja na Figura 7 este deslocamento que estamos nos referindo.

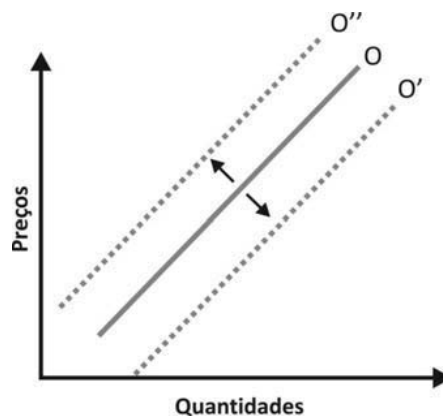


Figura 7: Variações da curva de oferta

Fonte: Elaborada pelos autores

Agora você já conhece as mais diferentes condutas dos consumidores (demanda) e dos produtores (oferta) em separado. Vamos combiná-las para, numa interpretação conjunta, identificarmos como se determinam a quantidade e o preço de equilíbrio de um bem ou serviço vendido no mercado?

Esta intersecção das curvas de oferta e de demanda identifica o ponto em que tanto os consumidores quanto os produtores se encontram satisfeitos e dispostos a agir. É nesse ponto que temos o equilíbrio de mercado, veja na Figura 8.

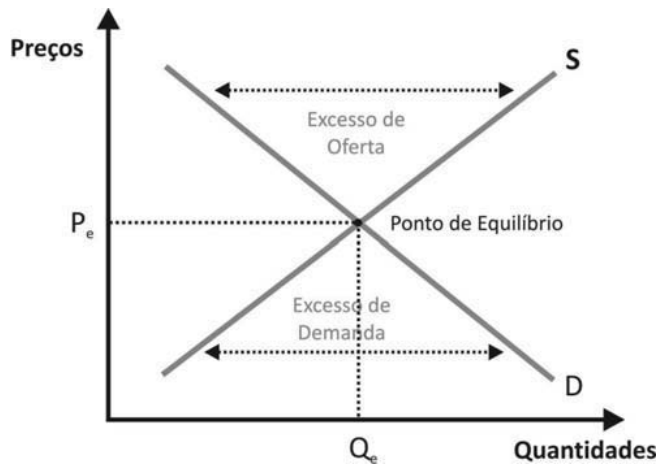


Figura 8: Equilíbrio entre oferta e demanda

Fonte: Elaborada pelos autores

Com base na Figura 8, podemos perceber que em qualquer situação fora do ponto de equilíbrio temos um desequilíbrio. Caso a oferta seja superior à demanda, há excesso de oferta, e caso a demanda seja maior que a oferta, há excesso de demanda. Note que o processo de ajuste ocorre sempre via preços, ou seja, a quantidade ofertada ou demandada é a variável dependente, e os preços, a variável independente.

No contexto discutido, temos uma afirmação-chave: preço e quantidade de equilíbrio dependem da posição das curvas de oferta e demanda. Quando, por algum motivo, uma dessas curvas se desloca, o equilíbrio do mercado muda. Na Teoria Econômica, essa análise é conhecida como estática comparativa, porque envolve a comparação de duas situações estáveis – um equilíbrio inicial e um novo equilíbrio.

Para uma melhor compreensão dessa sistemática sobre a conduta dos consumidores e produtores, vamos ver agora o conceito de elasticidade. Você sabia que esse conceito é fundamental para analisarmos o mundo em que vivemos?

*Elasticidade – alteração percentual em uma variável em relação à variação percentual em outra.
 Fonte: Lacombe (2004).

Muito bem, a **elasticidade*** nada mais representa do que uma medida da resposta dos compradores e vendedores às mudanças no preço e na renda.

Aprendemos que o preço do bem se ajusta para conduzir a quantidade ofertada e demandada ao equilíbrio. Então, dessa forma, precisamos ficar atentos para perceber não só a mudança dos preços, mas o quanto eles podem oscilar.

A elasticidade–preço da demanda mede o quanto a demanda reage a uma mudança no preço. A demanda por um bem é considerada elástica se a quantidade demandada responder muito a uma dada variação no preço. Isto significa dizermos que a demanda é muito sensível à mudança de preço. Caso essa resposta seja pequena, a demanda por esse bem é considerada inelástica, ou seja, a demanda é insensível à mudança de preço.

Você pode estar se perguntando: Como vou saber se a demanda é sensível ou insensível à mudança de preço?

É simples! Basta dividir a variação percentual da quantidade demandada pela variação percentual do preço. No resultado encontrado, o coeficiente de elasticidade é um número puro, independente de qualquer identificação com a unidade na qual as variáveis foram expressas. O coeficiente da elasticidade–preço da demanda é sempre negativo, uma vez que o preço e a quantidade demandada são inversamente relacionados. Algebricamente a elasticidade pode ser representada como:

$$\epsilon = \frac{\Delta\%Q}{\Delta\%P}$$

$\Delta\%Q$ = variação das quantidades demandadas
 $\Delta\%P$ = variação dos preços

Conheça agora alguns exemplos de demandas elásticas ou inelásticas.

- ▶ bens com alta elasticidade da demanda (elástica) incluem refeições em restaurantes, veículos automotores, viagem aérea, carne bovina, refrigerante, turismo, manteiga etc.; e
- ▶ bens com baixa elasticidade da demanda (inelástica): aqui temos a insulina, sal, gasolina, petróleo, ovos, leite etc.

Outro ponto a ser destacado é que o aumento na renda do consumidor, normalmente, aumenta a demanda por um bem. Logo, mantendo o preço constante, podemos avaliar a variação na quantidade demandada para uma dada variação na renda. A sensibilidade da quantidade demandada a uma variação na renda do consumidor é chamada de elasticidade-renda da demanda. Se a elasticidade-renda for maior do que zero, o **bem é normal***, e se for menor do que zero, o **bem é inferior***.

A elasticidade-renda varia muito de bem para bem e esta variação pode ser expressa algebricamente como sendo:

$$\epsilon = \frac{\Delta\%Q}{\Delta\%R}$$

$\Delta\%R$ = variação na renda do consumidor
 $\Delta\%Q$ = variação na quantidade demandada

*Bem normal – aquele cuja quantidade demandada varia proporcionalmente à variação na renda do consumidor. Fonte: Lacombe (2004).

*Bem inferior – bem cuja quantidade demandada varia inversamente ao nível de renda do consumidor. Fonte: Lacombe (2004).

Vejamos aqui alguns exemplos de elasticidade-renda maior que zero (bem normal) e menor que zero (bem inferior):

- ▶ os bens normais têm elasticidade-renda da demanda positiva. Por exemplo, frutas frescas, computadores, viagens aéreas, lazer, carne de soja etc.; e

- ▶ os bens inferiores têm elasticidade-renda negativa. Por exemplo, passagem de ônibus, moradia, carne de segunda, pão, batatas etc.

De modo semelhante à elasticidade-preço-demanda e à elasticidade-renda, temos a elasticidade cruzada da demanda. A elasticidade cruzada da demanda nada mais é que uma medida utilizada para analisar a relação entre os diversos produtos. Entre dois produtos, a elasticidade cruzada da demanda mede a variação percentual na quantidade demandada do bem 1 em resposta a uma dada variação percentual no preço do bem 2.

O coeficiente de elasticidade cruzada pode ser positivo ou negativo. Quando positivo, dizemos que os produtos são substitutos um do outro. Sendo negativo, dizemos que os produtos são complementares.

Conheça alguns exemplos de bens substitutos e complementares de acordo com o Quadro 1.

Bens substitutos	O aumento de um produto não interfere na satisfação do consumidor, que imediatamente tem a possibilidade de substituí-lo por um outro. Exemplo: manteiga e margarina, cinema e locação de fitas de vídeo, carne de frango e carne de vaca, cerveja e refrigerantes.
Bens complementares	O aumento no preço de um deles ocasiona uma redução na quantidade demandada do outro. Exemplo: gasolina e óleo para motor, camisa social e gravata, sapato e meia, pão e margarina, computador e <i>software</i> .

Quadro 1: Exemplos de bens substitutos e bens complementares

Fonte: Elaborado pelos autores

Veja bem: esta abordagem da elasticidade também poder ser utilizada no lado da oferta. A elasticidade-preço da oferta mede o quanto a quantidade ofertada responde à mudança de preço.

A oferta de um bem é chamada de elástica se a quantidade ofertada responde bem a mudanças no preço. Quando essa resposta na quantidade ofertada é pequena às mudanças de preço, dizemos que a oferta é inelástica. Diante disso, podemos afirmar que a elasticidade-preço da oferta depende da flexibilidade que os vendedores (produtores) têm para mudar a quantidade do bem que produzem.

Ao contrário da elasticidade da demanda, a elasticidade-preço da oferta é positiva. Isso ocorre, porque as variações de preço e quantidade se dão no mesmo sentido.

Você se lembra do professor de Matemática falando de funções crescentes?

Podemos calcular a elasticidade da oferta dividindo a variação percentual na quantidade ofertada pela variação percentual no preço. Logo, a relação entre o preço de um produto e o volume de vendas é muito importante para as empresas. Isto ocorre porque toda a relação descrita serve de base para a formação da política de preços, estratégia de vendas, atendimento dos objetivos de lucro e participação no mercado. Assim, entender como se comporta a elasticidade torna-se muito importante para o administrador público contemporâneo.

ESTRUTURA DE MERCADO

Na estrutura de mercado clássica, podemos distinguir dois casos extremos:

- ▶ **Monopólio:** quando uma empresa é a única provedora do produto.
- ▶ **Concorrência perfeita:** quando a dimensão de cada empresa é insignificante em relação às demais empresas.

O termo “concorrência” tem sentido múltiplo. Em economia, acompanhado da palavra “pura”, significa justamente a inexistência de competição, no seu sentido parcial. Em outras palavras, em um mercado no qual vigora a concorrência pura, os competidores não têm rivalidade entre si. Diante desta realidade temos como condições básicas para a existência de concorrência pura:

- ▶ **A homogeneidade do produto:** implica que todos os vendedores de um dado produto vendam unidades homogêneas deste, e os compradores também considerem o produto homogêneo;
- ▶ **A insignificância de cada comprador ou vendedor diante do mercado:** cada comprador e/ou vendedor precisa ser pequeno o suficiente para não ser capaz de influenciar, sozinho, o preço de mercado;
- ▶ **A ausência de restrições artificiais:** é preciso que os preços sejam livres para oscilar de acordo com as exigências de mercado;
- ▶ **A mobilidade:** é necessário que haja mobilidade de bens, serviços e recursos. Novas firmas devem poder entrar sem dificuldade nesse mercado, assim como não deve existir impedimento à saída; e
- ▶ **O pleno conhecimento (atributo da palavra “perfeita”):** a concorrência perfeita incorpora o pleno conhecimento do sistema econômico e de todas as suas inter-relações por parte dos agentes partícipes desse mercado.

***Monopólio** – forma de organização do mercado em que uma empresa domina com exclusividade em determinada região a oferta de determinado produto ou serviço que não tem substituto próximo. Fonte: Lacombe (2004).

O **monopólio*** é uma situação de mercado em que uma única firma vende um produto que não tem substitutos próximos.

Uma outra forma: monopólio é uma situação de mercado em que existe um só produtor de um bem (ou serviço) que não tem substitutos próximos. Devido a isso, o monopolista exerce grande influência na determinação do preço a ser cobrado pelo seu produto.

Segundo Vasconcellos (2004), o mercado monopolista se caracteriza por apresentar condições diametralmente opostas às da concorrência perfeita. Nele existem, de um lado, um único empresário (empresa) dominando inteiramente a oferta e, de outro, todos os consumidores. Não há, portanto, concorrência nem produto substituto ou concorrente. Nesse caso, os consumidores se submetem às condições impostas pelo vendedor ou simplesmente deixam de consumir o produto.

Mas como saber se o mercado é monopolista?

Existem algumas teorias básicas do modelo monopolista. Veja algumas delas, a seguir:

- ▶ determinado produto é oferecido por uma única empresa;
- ▶ não tem substitutos próximos para esse produto; e
- ▶ existem obstáculos (barreiras) de novas firmas na indústria (nesse caso, a indústria é composta por uma única empresa).

As dificuldades para as empresas se estabelecerem no mercado, aqui entendidas como barreiras de acesso, podem ocorrer de várias formas. No caso de monopólio puro ou natural, devido à elevada escala de produção requerida, exige-se um grande montante de investimento. Podemos enquadrar nesta situação, por exemplo, refinarias de petróleo, siderurgia etc.

Uma outra forma de empecilho à instalação de novas empresas no mercado imperfeito se dá através das patentes, direito único para produzir um bem. Os laboratórios farmacêuticos,

encarregados da fabricação de medicamentos, valem-se deste instrumento de patentes ou controle de matérias-primas-chave.

Finalmente, há o monopólio estatal ou institucional, protegido pela legislação, normalmente ocorria em setores estratégicos ou de infraestrutura. Até pouco tempo atrás, no nosso país, tínhamos como exemplo as centrais de energia elétrica, telecomunicações etc.

Uma outra estrutura bastante conhecida, nos dias de hoje, no campo da competição imperfeita é o **oligopólio***. Esse tipo de estrutura normalmente é caracterizada por um pequeno número de empresas que dominam a oferta de mercado. Pode-se caracterizá-la como um mercado em que há um pequeno número de empresas, como a indústria automobilística, ou, então, onde há um grande número de empresas, mas poucas dominam o mercado, como a indústria de bebidas.

O setor produtivo brasileiro é altamente oligopolizado, sendo possível encontrar inúmeros exemplos: montadoras de veículos, setor de cosméticos, indústria de papel, indústria de bebidas, indústria química, indústria farmacêutica etc. O oligopólio pode ser:

- ▶ **Puro:** quando os concorrentes oferecem exatamente os mesmos produtos homogêneos, iguais, substitutos entre si. Temos como exemplo, o cimento, da indústria de cimento; o alumínio, da indústria de alumínio; ou
- ▶ **Diferenciado:** quando o produto não é homogêneo. Por exemplo: indústria automobilística ou de cigarro. Ou seja, embora semelhantes entre si, esses produtos não são idênticos. Por exemplo, o Gol é diferente do Fiat Uno, etc.

O oligopólio apresenta como principal característica o fato de as firmas serem interdependentes. Isso decorre do pequeno número de firmas existentes na indústria, e significa que as firmas levam em consideração e reagem às decisões quanto a preço e produção de outras firmas.

No oligopólio, tanto as quantidades ofertadas quanto os preços são fixados entre as empresas por meio de conluios ou cartéis.

***Oligopólio** – forma de organização do mercado em que poucas empresas dominam com exclusividade a oferta de determinado produto ou serviço que não tem substituto próximo.
Fonte: Lacombe (2004).

O cartel é uma organização (formal ou informal) de produtores dentro de um setor que determina a política de preços para todas as empresas que a ele pertencem. Por exemplo: Cartel da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Este cartel estabelece o preço do petróleo no mercado mundial.

Será que existe formação de cartel entre os distribuidores de álcool no Brasil? E entre os distribuidores de gasolina? Pense nisso!

Além dos cartéis, existe um outro modelo de oligopólio, chamado de liderança de preço. Liderança de preço é a forma de conluio imperfeito em que as empresas do setor oligopolístico decidem, sem acordo formal, estabelecer o mesmo preço, aceitando a liderança de preço de uma empresa da indústria.

Esse modelo pressupõe que a liderança decorre do fato de que uma das firmas rivais possui estrutura de custos mais baixos que as demais. Por essa razão, impõe-se como líder do grupo.

Inicialmente, os preços podem ser diferenciados. Entretanto podemos observar que o mercado opta por produtos que estejam sendo oferecidos a preços mais baixos. Assim, restam às empresas que oferecerem o produto a preços mais elevados duas possibilidades: ou mantêm o preço e, como consequência, são banidas do mercado, ou, então, aceitam o preço praticado pela concorrências, que é mais baixo, e continuam no mercado, sem maximizar seus lucros.

Assim é que a firma líder de preço permanece no mercado, através de um acordo tácito (isto é, um acordo não formal), responsável pela determinação do nível de venda do produto, enquanto as firmas menos favorecidas, em termos de preços, tornam-se seguidoras dos preços fixados pela firma líder.

Temos ainda outra estrutura de mercado imperfeito, denominada de concorrência monopólica ou concorrência **monopolista**. Esta forma de mercado tem como característica

Esta estrutura de mercado, mais presente do que você imagina, está em vários setores da economia.

marcante empresas produzindo produtos diferenciados, embora sendo substitutos próximos. Notamos, então, que, na concorrência monopolística, a empresa tem determinado poder sobre a fixação de preços. A diferenciação do produto pode ocorrer por características físicas, de embalagem ou pelo esquema de promoção de vendas. Como exemplo, temos os laboratórios farmacêuticos, as indústrias alimentícias, automobilísticas etc.

A concorrência monopolista é uma estrutura de mercado que contém elementos da concorrência perfeita e do monopólio, ficando em uma situação intermediária entre essas duas formas de organização de mercado. Contudo não se confunde em nada com o oligopólio.

Agora que já conversamos um pouco sobre monopólio vamos conhecer as principais características da concorrência monopolista. São elas:

- ▶ margem de manobra para fixação dos preços não muito ampla, uma vez que existem produtos substitutos no mercado; e
- ▶ número relativamente grande de empresas com certo poder concorrencial, porém com segmentos e produtos diferenciados, seja por características físicas, seja por embalagens ou prestação de serviços complementares (pós-venda).

Observe que diante dessas características acabamos dando um pequeno poder monopolista sobre o preço do produto, embora o mercado seja competitivo – daí o nome de concorrência monopolista.

Agora que já discutidos os principais aspectos ligados à Microeconomia, vamos passar à Macroeconomia? Você está pronto?

No início do Século XXI, a abordagem dos economistas tem-se dirigido à Nova Economia, à tecnologia da informação, ao ajuste externo e interno, à globalização dos mercados etc. Assistimos às evidências do impacto dessas mudanças no nosso dia a dia, às vezes, sem nos preocuparmos muito com as consequências. Por isso, separamos algumas indagações:

- ▶ Quais são exatamente os efeitos dessas mudanças?
- ▶ Como elas podem afetar os padrões de vida e a taxa de crescimento da economia?
- ▶ Como estas mudanças na economia atingem o emprego e o desemprego, os preços e o equilíbrio do balanço de pagamentos?
- ▶ Por que razão as rendas são atualmente mais elevadas do que em 1970 e por que, em 1970, eram mais altas do que tinham sido em 1930?
- ▶ Quais as causas da recessão e da depressão, e como as políticas públicas podem evitá-las?

Todas as questões levantadas anteriormente estão no campo da Macroeconomia. Agora não estamos mais preocupados em compreender ou discutir as unidades de forma isolada. Estamos, sim, analisando algo sobre a economia como um todo: o sistema econômico completo (agregado). Ou seja, é na Macroeconomia que notamos os pontos principais da análise do equilíbrio parcial e geral, levando em conta a busca do pleno emprego.

Mas se a Macroeconomia se preocupa com a situação de pleno emprego, como podemos explicar taxas tão elevadas de desemprego no Brasil e no mundo?

Várias são as explicações para a questão do desemprego. Em muitos casos, a razão é atribuída ao próprio indivíduo, por não estar preparado para as exigências do mercado de trabalho ou por não aceitar reduções salariais. Mas na verdade, trata-se da “dança

das cadeiras”, conforme argumentou Souza (2000). Será que, por mais preparado que o indivíduo esteja, haverá local para ele sentar-se? Do ponto de vista individual, estar melhor preparado significa a possibilidade de primeiro sentar-se na cadeira.

Contudo, neste cenário precisamos considerar a questão na totalidade, ou seja, se a economia não é capaz de gerar cadeiras suficientes, inevitavelmente, pessoas ficarão de pé, por mais preparadas que estejam. Bem, mas aí temos algumas argumentações como, por exemplo, é a inovação tecnológica que destrói as cadeiras existentes na economia; o trabalho humano passa a ser substituído por máquinas.

Estaríamos vivendo a época do fim do emprego, ou seja, nada podemos fazer, e o desemprego é algo inevitável?

Novamente, ao observarmos a questão do ponto de vista individual, a inovação tecnológica causa desemprego. Contudo, ao mesmo tempo em que destrói, cria novos produtos, empresas, atividades econômicas e empregos. Em outras palavras, a inovação tecnológica, embora modifique o nível de emprego, não determina, *a priori*, seu resultado. Generalizando, os vários argumentos, tais como rigidez no mercado de trabalho, altos encargos trabalhistas, salários nominais rígidos etc., são facilmente refutáveis e não determinam, a princípio, o nível de emprego.

O que queremos argumentar é que estar ou não empregado não é uma mera escolha individual. O aumento do nível de emprego ocorre quando a taxa de expansão da economia supera o aumento da produtividade do trabalho (que significa um mesmo indivíduo passar a produzir mais no mesmo espaço de tempo, fruto de inovações tecnológicas).

Simplificando, podemos dizer que o aumento da produtividade dispensa cadeiras. Logo, o crescimento econômico deve ser capaz de gerar cadeiras suficientes para compensar as perdas e ainda absorver os jovens ingressantes no mercado de

trabalho. Contudo deparamo-nos, então, com duas variáveis que, de fato, determinam, *a priori*, a quantidade de cadeiras existentes na economia: o crescimento econômico e a produtividade do trabalho.

Mas você sabe quem são os “atores” que decidem sobre essas variáveis?


Como afirmamos, a inovação tecnológica, a princípio, não determina o nível de emprego. Essa é apenas uma faceta menos grave do problema. A outra é a questão do crescimento econômico. Vamos considerar como dada a variável produtividade. Caso não houvesse um crescimento da economia suficiente para absorver os entrantes no mercado de trabalho, inevitavelmente teríamos desemprego, pois não haveria emprego para os novos profissionais.

Dessa forma, a questão agora é entender o porquê de taxas tão medíocres de crescimento, como, por exemplo, o da economia brasileira, principalmente nos **anos 1990**. Agora, trata-se de uma escolha, principalmente, política. Em suma, a verdadeira explicação para o desemprego é justamente a estagnação do crescimento econômico.

Os conceitos mais abrangentes de política são úteis para definirmos política econômica, dado que esta não pode ser vista como um conjunto de procedimentos estanques e isolados. A política econômica abrange uma das partes integrantes da política pública. Situa-se no campo da Economia Normativa, por se sustentar não apenas no conhecimento positivo da Economia, mas também em juízos de valor, decorrentes de posições filosóficas e culturais assumidas pelos formuladores.

Para ser direto, podemos resumir os objetivos da política econômica em quatro, a saber:

- ▶ crescimento da produção e do emprego;
- ▶ controle da inflação;



Foi justamente nesta década em que assistimos a uma das maiores taxas de desemprego de nossa história.

- ▶ equilíbrio nas contas externas; e
- ▶ melhor distribuição da renda gerada no país.

Observe que os objetivos de política econômica são amplos. Segundo Lanzana (2002), “[...] é preciso ter consciência de que os objetivos de política econômica não são independentes, sendo, no mais das vezes, conflitantes”.

O crescimento econômico é expresso usualmente por intermédio do acompanhamento de algumas variáveis, traduzidas em indicadores. As análises macroeconômicas tomaram impulso com o desenvolvimento da chamada contabilidade nacional, ou seja, de um instrumental capaz de mensurar a totalidade das atividades econômicas praticadas em um determinado período de tempo. O crescimento econômico está entre as **metas*** dos formuladores da política econômica e refere-se à expansão da produção do país, uma quantidade maior de bens e serviços à disposição da sociedade.

O **Sistema de Contas Nacionais***, tal como é empregado no Brasil e no resto do mundo, deve-se aos trabalhos de vários economistas que se dedicaram à tarefa de homogeneizar a linguagem e definiram as principais variáveis como: consumo, investimento, renda, poupança, produto interno e nacional.

Se observarmos o comportamento da economia de um determinado país, facilmente notaremos que as atividades econômicas oscilam com o decorrer do tempo. Para medir as oscilações referidas, entre os vários tipos de indicadores, um dos mais representativos desta performance é o **Produto Interno Bruto (PIB)***, calculado trimestralmente e que deve ser acompanhado com atenção. O PIB faz uma radiografia de toda a atividade econômica.

Existem três formas de medir a atividade econômica de um país: a ótica da produção, que é o próprio conceito de PIB; a ótica da renda, que se refere à remuneração dos fatores que participam do processo de produção como salários, juros, aluguéis e lucro; e a ótica da despesa, que se refere aos agentes que compram a

***Meta** – está normalmente vinculada a uma data e geralmente se caracteriza por meio de realizações específicas e mensuráveis, isto é, quantificáveis. Fonte: Lacombe (2004).

***Sistema de Contas Nacionais** – segue o Manual de Contas Nacionais das Nações Unidas com o objetivo de evidenciar o processo produtivo e de melhor descrever todos os fluxos entre os agentes econômicos que ocorrem em uma economia. Fonte: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

***Produto Interno Bruto** – refere-se ao valor de mercado de todos os bens finais e serviços produzidos pelos residentes de um país em determinado período. Fonte: Lacombe (2004).

produção – como as famílias, o investimento das empresas, os gastos do governo e as exportações e importações.

Hipoteticamente, podemos dizer que, se a produção de bens e serviços de um país cresce mais rapidamente que a taxa de crescimento da população, em média, a produção por pessoa deve aumentar. Contudo, lembre-se de que o que importa para as pessoas é o valor real da moeda, traduzido no poder de compra da sua renda (salários, juros e aluguéis). Onde estiver ocorrendo um processo de mudança de preços (inflação ou deflação), vamos falar em **PIB** real. Portanto, o PIB real deve ser compreendido como uma medida de produto que leva em conta as alterações dos preços e não pode ser desprezada.

Se dividirmos o PIB pela população residente no país, temos a renda *per capita*.

Mas o que determina o crescimento?

Como já explicitado, a variação do PIB é a medida do crescimento econômico. Assim, precisamos saber quais são os componentes do PIB para saber o que realmente determina o crescimento econômico de um país.

Separamos para você uma equação que representa os condicionantes do crescimento econômico. Veja a Figura 9.

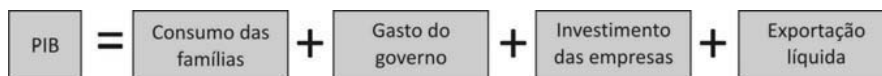


Figura 9: Condicionantes do crescimento econômico
Fonte: Elaborada pelos autores

Vamos analisar, agora, cada um dos componentes separadamente.

- **Consumo das famílias:** ao se apropriarem de suas rendas, as famílias destinam uma parte ao consumo de bens e serviços. Quanto mais as famílias consumirem, mais as empresas terão que produzir para suprir as demandas por bens e serviços das pessoas.

Vale ressaltar que famílias de baixa renda tendem a consumir proporcionalmente mais de suas rendas, pois não adquiriram todos os bens de que necessitam. Destaca-se, então, a importância de uma distribuição de renda equitativa no país, pois famílias de baixa renda consomem pouco e, caso tenham incrementos em seus ganhos, passarão a consumir mais, impulsionando o crescimento econômico.

- ▶ **Investimento das empresas:** é uma das mais importantes variáveis para o crescimento de um país. Ao investirem, as firmas elevam os níveis de emprego, produto e renda. As indústrias, na maioria das vezes, não possuem recursos suficientes para realizar seus planos de investimento e, com isso, precisam recorrer a empréstimos junto às instituições financeiras, pagando uma determinada taxa de juros pelo dinheiro que tomam emprestado. Ao fazerem seus planos de investimento, as empresas calculam, aproximadamente, a rentabilidade que tal investimento vai lhes proporcionar. Caso a lucratividade do investimento seja maior que os juros que deverão ser pagos pelo financiamento, a empresa realizará seus planos; caso contrário, tal investimento tornará inviável. Portanto, para que exista um nível de investimento elevado na economia, é necessário que se mantenha a taxa de juros baixa.
- ▶ **Gasto público:** ao fazer obras, construir, operar suas estatais etc., o governo está empregando mais pessoas, expandindo o nível de emprego e, ao mesmo tempo, dando condições para que as empresas produzam mais. Assim, ao comprar e produzir mais, o governo causa uma elevação da produção e do nível de emprego, e aumenta o nível de renda da economia.
- ▶ **Exportação líquida:** são as exportações menos as importações realizadas por um determinado país. Quanto maior o saldo, maiores o nível de emprego e o

crescimento econômico, já que a produção deve aumentar; quanto menor o saldo, menor o nível de emprego, pois produtos que eram produzidos aqui passam a ser comprados do exterior, piorando a produção da economia. É óbvio que nenhum país fica sem comprar e vender para o exterior, mas o ideal é aumentar o nível de exportações e diminuir o de importações. O Sistema de Contas Nacionais e a consequente mensuração dos agregados possibilitam uma avaliação quantitativa do produto que uma economia pode ser capaz de gerar num determinado período de tempo. Tal medida vem sendo considerada um importante indicador de desempenho econômico e mostra a capacidade de geração de renda das economias. Portanto, quando o objetivo da política econômica for de crescimento econômico, automaticamente se estará procurando expandir o nível de produção e, conseqüentemente, o nível de emprego da economia.

A mensuração das variáveis econômicas possibilita a avaliação quantitativa do produto que uma economia torna capaz de gerar num determinado período de tempo. Tal medida é considerada um importante indicador de desempenho econômico e identifica a capacidade de geração de renda da economia. Entretanto, se nos preocuparmos com a qualidade de vida da população iremos ver que o produto agregado será inadequado.

Na avaliação da qualidade de vida da população, é necessário considerarmos não apenas os aspectos econômicos, mas também aqueles ligados à oferta de bens públicos, como saúde e educação, que acabam afetando diretamente o nosso bem-estar. A utilização de indicadores sociais parte da avaliação da riqueza de uma região e insere-se na discussão entre crescimento e desenvolvimento econômico.

A preocupação com o bem-estar da sociedade nos remete ao confronto de dois importantes conceitos: **crescimento econômico*** versus **desenvolvimento econômico***. É possível observarmos nas sociedades em fase de desenvolvimento ou

***Crescimento econômico** – aumento real, de longo prazo, do produto nacional do país ou da região. Fonte: Lacombe (2004).

***Desenvolvimento econômico** – processo de melhorar o nível de vida e o bem-estar de uma população por meio do aumento da sua renda *per capita*. Fonte: Lacombe (2004).

subdesenvolvidas a ocorrência de crescimento sem desenvolvimento. Contudo, se o crescimento for muito concentrado, ou seja, mal distribuído, a maior parte da população não se beneficiará da elevação da renda gerada na economia.

Vale a pena observar que uma das formas de avaliar o desenvolvimento é acompanhar a evolução de alguns indicadores relativos à saúde e à educação, porque seu comportamento fornece uma boa aproximação do que está ocorrendo com a qualidade de vida da população.

Algumas instituições internacionais, como o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), vêm divulgando sistematicamente dados como os de expectativas de vida, mortalidade infantil, condições sanitárias, nível e qualidade da educação do país.

Tais estatísticas, além de permitirem avaliar a qualidade de vida de um país, possibilitam comparações entre os países e fornecem uma ideia mais precisa do que vem a ser caracterizado como um país desenvolvido. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), publicado nos Relatórios do PNUD, tem como objetivo avaliar a qualidade de vida nos países. O PNUD calcula o IDH desde o início dos anos 1990 e, atualmente, o estima para muitos outros países.

O IDH agrega em sua metodologia de cálculo três variáveis:

- ▶ **Indicador de renda:** é a renda *per capita*, ajustada para refletir a paridade do poder de compra (PPP) entre os países (portanto, renda avaliada em US\$ PPP);
- ▶ **Indicador das condições de saúde:** é a expectativa de vida (índice de longevidade); e
- ▶ **Indicador das condições de educação:** é uma média ponderada de outros dois indicadores, a taxa de alfabetização de adultos e a taxa combinada de matrícula nos Ensinos Fundamental, Médio e Superior.

Por fim é importante destacarmos que o IDH varia de zero a um, permitindo classificar os países em três grupos distintos:

- ▶ baixo desenvolvimento, quando o IDH for menor ou igual a 0,5;
- ▶ médio desenvolvimento, quando o IDH estiver entre 0,5 e 0,8; e
- ▶ alto desenvolvimento, quando o IDH for maior que 0,8.

Complementando.....

Amplie seu conhecimento através das indicações a seguir:

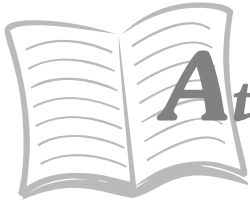
- 📌 Portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – onde você tem informações sobre como é calculado o PIB no Brasil e sua evolução durante os últimos anos. Para verificar consulte o site: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>.
- 📌 Portal Ipeadata – é uma base de dados macroeconômicos, financeiros e regionais do Brasil que oferece também catálogo de séries e fontes, dicionário de conceitos econômicos, histórico das alterações da moeda nacional e dicas sobre métodos e fontes utilizadas. Para conhecer acesse: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?65370046>>.
- 📌 Portal Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – aqui é possível conhecer mais sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e sua evolução nos principais países. Para tanto acesse: <<http://www.pnud.org.br/home/>> e <<http://www.pnud.org.br/idh/>>.

Resumindo



Esperamos que você, na presente Unidade, tenha entendido pelo lado da Microeconomia como se formam as curvas de demanda e oferta, no caso de uma economia em regime de concorrência perfeita, bem como a formação do preço de equilíbrio, com destaques para os excessos de procura e oferta, e os conceitos de bens elásticos e inelásticos; e no caso de uma economia em regime de concorrência imperfeita, o monopólio e o oligopólio.

Na Macroeconomia, centramos a atenção na formação das políticas econômicas, com vistas ao crescimento da produção, controle da inflação, equilíbrio das contas externas e melhor distribuição da renda gerada no país.



Atividades de aprendizagem

Chegamos ao final da Unidade 3, onde mensuramos a atividade econômica. Esses conhecimentos são importantes para o bom entendimento das estruturas de mercado e da importância do Produto Interno Bruto. Caso tenha ficado alguma dúvida em algo que lhe foi apresentado, volte, releia e, se necessário, entre em contato com seu tutor para esclarecer.

1. Que problemas microeconômicos e macroeconômicos têm sido destacados pelos noticiários nos últimos dias?
2. O turismo pode ser considerado um bem supérfluo? Justifique sua resposta.
3. Escreva um texto sobre o significado de monopólio, apresente mais exemplos dessa estrutura de mercado e discuta as implicações para o desenvolvimento de uma região, com destaque para a sua.
4. Explique o significado de oligopólio e de concorrência monopolística.
5. Discuta as características do mercado do principal produto comercializado em sua região.
6. Quais são a elasticidade-preço e a elasticidade-renda desse produto? Elástico ou inelástico? Explique a sua resposta.
7. Identifique alguns aspectos do crescimento econômico na sua cidade, região e Estado.

UNIDADE 4

INTRODUÇÃO À TEORIA MONETÁRIA

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Ao finalizar esta Unidade você deverá ser capaz de:

- ▶ Conhecer o funcionamento do sistema monetário;
- ▶ Compreender a importância da moeda como meio de troca, unidade de conta e reserva de valor para o funcionamento das teorias monetárias;
- ▶ Discutir a política monetária como instrumento de controle da liquidez; e
- ▶ Identificar as funções do Banco Central.

INTRODUÇÃO À TEORIA MONETÁRIA

Estamos iniciando uma nova Unidade. Convidamos você para refletir sobre o funcionamento do sistema monetário. Mas, para entender como o sistema monetário funciona, precisamos saber o papel da moeda na Economia, o funcionamento do mercado monetário, ou seja, oferta e demanda da moeda. Compreendendo como funciona, fica mais claro entendermos como ele pode sofrer intervenções através da política monetária. Vamos apresentar ainda, os instrumentos de política monetária.

PRINCÍPIOS DE TEORIA MONETÁRIA

Você, como bom observador, já deve ter notado que, no mundo moderno, a moeda está presente em praticamente todos os momentos de nossa vida. Diante disso, podemos afirmar a importância do estudo da moeda.

De maneira corriqueira, as pessoas no seu dia a dia usam a palavra “dinheiro” para significar riqueza. Se alguém tem muito dinheiro, entendemos que essa pessoa tem muita riqueza ou é rica. Mas estamos falando do valor das ações, dos imóveis ou de outros bens dessa pessoa.

Os economistas normalmente definem dinheiro ou moeda não como a única forma de riqueza. Temos outras formas de riqueza, tais como carros, casas etc.

Você já parou para pensar como deve ser uma cidade, uma região, um país sem a presença do dinheiro, da moeda? Estamos falando do real (R\$). Imaginou? Quais são suas observações? Para você o que distingue o dinheiro ou moeda de outras formas de riqueza?

*Ativo – tudo que tem valor de mercado, seja legalmente propriedade de uma organização e apareça nos seus demonstrativos financeiros. Fonte: Lacombe (2004).

O que distingue a moeda das outras formas de riqueza é sua característica de ser o mais líquido dos **ativos***. Liquidez, aqui, quer dizer sua capacidade de se transformar em dinheiro vivo ou facilidade com que o bem pode ser convertido em meio de troca na economia.

Para considerarmos um bem como uma moeda, ele precisa desempenhar basicamente três funções:

- ▶ ser meio de troca, ou seja, ser exatamente aquele elemento que vai viabilizar a ocorrência de milhares de trocas a cada momento;
- ▶ servir como unidade de conta, o que implica ser uma medida que as pessoas usam para estabelecer os preços de seus serviços e bens, e fazer seus cálculos econômicos; e
- ▶ funcionar como reserva de valor já que a moeda precisa guardar poder de compra ao longo tempo. Guardar poder de compra de hoje para amanhã.

Carvalho *et al.* (2000, p. 2) definem a moeda como sendo “[...], um objeto que responde a uma necessidade social decorrente da divisão do trabalho”, enquanto Mankiw (2005, p. 628) define moeda como sendo “[...] o conjunto de ativos da economia que as pessoas usam regularmente para comprar bens e serviços de outras pessoas”.

TIPOS DE MOEDA

Temos basicamente dois tipos de moeda circulando nas economias. Veja a seguir:



- ▶ **Moeda-mercadoria:** é aquela que toma a forma de uma mercadoria com valor em si. Mesmo sem ser

moeda, tem valor, ou seja, é aceita naturalmente. O exemplo clássico desse tipo de moeda é o ouro, mas existem outras mercadorias que podem ser consideradas moeda-mercadoria, como, por exemplo, alimentos em época de guerra.

- ▶ Por fim temos a moeda de curso forçado, aquela que não tem valor em si mesma. Isto quer dizer que o meio utilizado para garantir sua circulação é por decreto governamental. Note que a aceitação desse tipo de moeda depende tanto da força de um decreto governamental como das expectativas e das convenções de uma sociedade.

Para você pensar: podemos considerar o cigarro no sistema prisional brasileiro uma moeda-mercadoria?

POLÍTICA MONETÁRIA

Quando falamos de política monetária, estamos nos referindo às ações do governo no sentido de controlar as condições de liquidez da economia. Diante disso, a política monetária pode ser definida como o controle da oferta de moeda e das taxas de juros, no sentido de que sejam atingidos os objetivos da política econômica global do governo.

Alternativamente, também podemos definir a política monetária como sendo a atuação das autoridades monetárias, por meio de instrumentos de efeitos diretos ou induzidos, com o propósito de controlar a liquidez global do sistema econômico.

A política monetária diz respeito à atuação do Banco Central para dimensionar os meios de pagamento e os níveis das taxas de juros, adequando essas variáveis aos objetivos de crescimento da

produção e do emprego, com estabilidade de preços. A atuação do Banco Central opera-se pela determinação do volume de reservas obrigatórias dos bancos, dependendo do comportamento do público e dos bancos em relação às quantidades de moedas que desejam reter.

DEMANDA DE MOEDA

A moeda, como meio de troca, é a maneira mais eficaz de um indivíduo adquirir os bens e serviços de que necessita. Entretanto, como uma pessoa não gasta toda sua renda no momento em que a recebe, podemos perguntar: por que esse indivíduo não aplica parte dela – a que não é consumida imediatamente – em títulos, que rendem juros?

Vamos ver quais as razões que levam as pessoas a demandar e reter moeda?

São três as razões fundamentais que levam as pessoas a demandar e reter moeda em seu poder:

- ▶ A primeira, refere-se ao fato dos pagamentos e dos recebimentos não serem perfeitamente sincronizados. A maior parte dos trabalhadores recebe seus salários no início do mês, mas os gastam, no decorrer do mesmo mês, com as despesas comuns de uma família, como aluguel, condução, alimentação etc. Portanto, essa pessoa precisa reter moeda ou dinheiro em seu poder durante todo o mês. A essa razão para a retenção de moeda, damos o nome de demanda da moeda para transações;
- ▶ A segunda, chamamos isso de demanda de moeda para precaução. Isto significa que as pessoas previdentes sempre têm certa soma em seu poder, reservada para

um imprevisto, como problemas de saúde, uma batida de automóvel etc.; e

- ▶ A terceira, diz respeito a demanda de moeda para especulação ou demanda especulativa. Essa razão está associada ao fato de a moeda funcionar como reserva de valor. Se um indivíduo já separou de sua renda aquelas parcelas destinadas às transações e à precaução, o procedimento mais razoável seria aplicar o restante em títulos, que rendem juros, pois nada acontece com o dinheiro quando está simplesmente em casa ou depositado em um banco, em conta-corrente.

É importante primeiramente conceituarmos **taxa de juros*** pois este conceito precisa ser entendido antes de seguirmos. Em 2005, foi publicado o livro *O valor do amanhã*, que discute a questão dos juros na sua concepção mais ampla. Segundo Giannetti (2005, p. 10),

[...] o fenômeno dos juros é, portanto, inerente a toda e qualquer forma de troca intertemporal. Os juros são o prêmio da espera na ponta credora - ganhos decorrentes da transferência ou cessão temporária de valores do presente para o futuro; e são o preço da impaciência na ponta devedora – o custo de antecipar ou importar valores do futuro para o presente.

*Taxa de juros – valor da remuneração que o tomador de um empréstimo deve pagar ao proprietário do capital emprestado, geralmente expressa sob a forma de porcentagem do valor tomado emprestado por período definido no contrato de empréstimo.
Fonte: Lacombe (2004).

Assim podemos afirmar que taxa de juros é o preço cobrado pelos credores aos devedores pelo uso de suas poupanças durante certo período de tempo.

Agora voltemos à nossa discussão. Se a taxa de juros do mercado está baixa, essa pessoa prefere esperar um aumento para aplicar seu dinheiro e obter, assim, uma remuneração maior, certo?

Nesse caso, é importante ressaltarmos que a moeda cumpre melhor seu papel de reserva de valor em economias onde não há **inflação** ou quando ela baixa. Isso tudo nos permite estabelecer

Altos índices inflacionários corroem o poder aquisitivo da moeda, reduzindo seu valor com o passar do tempo.

uma relação inversa entre a taxa de juros do mercado e a demanda especulativa da moeda. Realmente, quanto maior a taxa de juros, menor a quantidade de moeda demandada e retida para especulação, e vice-versa.

O que foi visto nos leva a concluir que a demanda por moeda tem um componente influenciado pela taxa de juros – a demanda especulativa – e um componente que não depende de juros – as demandas para transações e por precaução.

Para entendermos perfeitamente a demanda por moeda, basta lembrarmos que a taxa de juros é o preço da moeda, ou seja, o preço do dinheiro no mercado financeiro. Assim, no mercado financeiro, onde se encontram a oferta e a demanda por dinheiro, o dinheiro se transforma numa mercadoria, cujo preço é a taxa de juros.

OFERTA DE MOEDA

Nas economias modernas, quem oferece moeda ao público são as autoridades monetárias como, por exemplo, o Banco Central, em função das necessidades dos agentes econômicos.

O conjunto de moeda manual (ou moeda corrente), depósitos à vista (moeda escritural ou bancária) e quase-moedas forma os meios de pagamento de uma economia. Veja a Figura 10.



Figura 10: Meios de pagamento
Fonte: Elaborada pelos autores

Assim, podemos chamar também a oferta de moeda de meios de pagamento. Meios de pagamento constituem o total de moeda à disposição do setor privado não bancário, de liquidez imediata, ou seja, que pode ser utilizada imediatamente para fazer transações.

Os meios de pagamento, em sua forma tradicional, são dados pela soma da moeda em poder do público, mais os depósitos à vista nos bancos comerciais. Ou seja, pela soma da **moeda escritural*** e da **moeda manual***.

Diante do exposto podemos afirmar que os meios de pagamento representam o quanto a coletividade tem de moeda física – papel e metálica – com o público ou no cofre das empresas somado a quanto ela tem em conta-corrente nos bancos. Enfim, é aquela moeda que não está rendendo juros, que não está aplicada em contas ou ativos remunerados.

Os meios de pagamento, conceituados como moeda de liquidez imediata, que não rendem juros, também são chamados, na literatura mais específica, de **M1**.

Alguns economistas admitem também como moeda a chamada quase-moeda. Você já ouviu este termo? Sabe o que significa?

Quase-moeda são ativos que têm alta liquidez – embora não tão imediata – e que rendem juros, como os títulos públicos, as cadernetas de poupança, os depósitos a prazo e alguns títulos privados, letras de câmbio e letras imobiliárias.

Na verdade, existem vários conceitos de meios de pagamento, dependendo das quase-moedas incluídas, como podemos verificar na classificação a seguir:

- ▶ **M1**: como já falamos, o M1 inclui o dinheiro (papel-moeda) em poder do público e os depósitos à vista (ou moeda escritural). Este é o mais tradicional dos conceitos existentes sobre moeda. Quanto aos depósitos à vista (moeda escritural), estes constituem

*Moeda escritural – total de depósitos à vista nos bancos. Fonte: Lacombe (2004).

*Moeda manual – é o papel-moeda emitido pelos governos e carregado pelos indivíduos. Fonte: Lacombe (2004).

M1 inclui o dinheiro (papel-moeda) em poder do público e os depósitos à vista (ou moeda escritural).

a maior parte do volume de meios de pagamento no mundo moderno, perfazendo um total de aproximadamente 80%, em média. Aqui a liquidez é plena;

- ▶ **M2**: M1 + fundos do mercado monetário + títulos públicos;
- ▶ **M3**: M2 + depósitos de poupança; e
- ▶ **M4**: M3 + títulos privados.

Cabe destacar que tanto o papel-moeda quanto os depósitos à vista são considerados ativos monetários, ou seja, ativos que não rendem juros. Já os títulos públicos, cadernetas de poupança e certificados de depósitos bancários correspondem aos ativos não monetários, pois são ativos que rendem juros.

FUNÇÕES DO BANCO CENTRAL

O Banco Central – BACEN – é o órgão responsável pela política monetária que tem como objetivo regular o montante de moeda e de crédito, e as taxas de juros, de forma compatível com o nível de atividade econômica.

O Banco Central tem como propósito manter a liquidez da economia, atendendo às necessidades de transações do sistema econômico. Diante disso podemos apontar como funções do Banco Central:

- ▶ banco dos bancos;
- ▶ banco do governo;
- ▶ controle e regulamentação da oferta de moeda;

- ▶ controle dos capitais estrangeiros e das operações com moedas estrangeiras;
- ▶ fiscalização das instituições estrangeiras; e
- ▶ executor da política monetária.

Para exercer suas macrofunções, o Banco Central utiliza os instrumentos de política monetária. O Banco Central é, também, a instituição responsável pela emissão de moeda.



Saiba mais

Banco Central

São duas as justificativas para a existência de um banco central. Uma é de ordem macroeconômica, relativa às políticas monetária e cambial, e a outra, de ordem microeconômica, está ligada à estabilidade do sistema financeiro. Para saber mais acesse: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 30 jun. 2009.



INSTRUMENTOS DE POLÍTICA MONETÁRIA

Podemos considerar como instrumentos de política monetária todas as variáveis que o banco central controla diretamente. Estes estão divididos em quatro instrumentos clássicos de política monetária:

- ▶ **Controle das emissões de moeda:** o Banco Central controla, por força de lei, o volume de moeda manual da economia, cabendo a ele as determinações das necessidades de novas emissões e respectivos volumes.
- ▶ **Depósitos compulsórios ou reservas compulsórias (obrigatórias):** processo no qual os bancos comerciais, além de possuírem os chamados encaixes técnicos (o caixa dos bancos comerciais), são obrigados a depositar no BACEN um percentual determinado por este sobre os depósitos à vista.
- ▶ **Operações com mercado aberto (*open market*):** consistem na compra e venda de títulos públicos ou obrigações pelo governo. Quando o governo coloca os seus títulos junto ao público, o efeito esperado é reduzir ou enxugar os meios de pagamento, já que parte da moeda em poder do público retorna ao governo como pagamento desses títulos. Ao contrário, quando o governo compra os títulos, efetua pagamento em moeda aos seus portadores, o que aumenta a oferta de moeda, e conseqüentemente, dos meios de pagamento.
- ▶ **Política de redesconto:** implica na liberação de recursos pelo BACEN aos bancos comerciais, que

podem ser empréstimos ou desconto de títulos. Trata-se, na verdade, de uma fonte acessível de empréstimo do BACEN para os bancos comerciais. Existem os descontos de liquidez, que são os empréstimos para os bancos comerciais cobrirem um eventual débito na compensação de cheques, e os descontos especiais ou seletivos, que são empréstimos autorizados pelo BACEN visando a beneficiar setores específicos. Por exemplo, para estimular a compra de máquinas agrícolas, o Banco Central abre uma linha especial de crédito, pela qual os bancos comerciais emprestam (descontam) aos produtores rurais e descontam o título junto ao BACEN.

O Sistema Bancário Comercial é formado por agentes que estão autorizados a receber depósitos à vista. Os principais agentes incluídos nessa definição são:

- ▶ Bancos comerciais;
- ▶ Banco do Brasil; e
- ▶ Caixa Econômica Federal.

Neste ponto, surge uma pergunta central: quem é o responsável pela oferta de moeda?

A oferta ou emissão de moeda é uma atribuição exclusiva do governo, através das autoridades monetárias. Portanto, não depende da taxa de juros, mas da política econômica do governo, que determina a quantidade de moeda emitida por período de tempo.

Mas atenção! Apesar de a emissão de moeda não depender da taxa de juros, existem critérios bem definidos que regulamentam a oferta monetária. Basicamente, a emissão de moeda é condicionada pelo crescimento do produto da economia. Diante deste cenário podemos destacar duas situações específicas:

- ▶ se a emissão de moeda for superior à produção, ou seja, se houver excesso de liquidez no mercado, podemos ter a elevação sistemática dos preços, também conhecida como inflação; ou
- ▶ caso o aumento de moeda seja menor que o crescimento do produto podemos ter, entre outras consequências, crise na economia, porque a falta de moeda – fenômeno que recebe o nome de crise ou falta de liquidez – dificulta as transações e prejudica o sistema econômico, ocasionando queda do produto.

Mas como a taxa de juros pode influenciar no seu dia a dia?

Para responder este questionamento vamos recorrer a um exemplo bem simples. Imagine que o Sr. Silva queira abrir uma fábrica de confecções. Ele não tem dinheiro, mas tem um apartamento que está à venda. Como ele tem urgência de abrir a fábrica e não consegue vender o apartamento, então, ele vai pedir emprestado a um banco. Lá, o Sr. Silva consegue um empréstimo ao vender um título de dívida para o banco, dando seu apartamento como garantia. Agora, ele pode comprar as máquinas, os insumos, contratar mão de obra etc., e montar sua fábrica de confecções.

Neste caso perceba que o apartamento é uma mercadoria que tem uma capacidade de pagamento muito baixa, ou seja, quando você vai a uma loja comprar máquinas, você não pode pagar suas compras com, por exemplo, a pia da cozinha. Você tem de pagar com dinheiro, certo?

O dinheiro é uma mercadoria vendida pelo banco. Assim como qualquer loja vende suas mercadorias (roupas, calçados etc.), o banco também vende a sua (dinheiro). Entretanto, o dinheiro é uma mercadoria que possui alta capacidade de pagamento, ao contrário de roupas, sapatos etc. Essa capacidade de pagamento é chamada de **liquidez***. Uma mercadoria é muito líquida quando todos a aceitam como pagamento. Como o dinheiro tem uma

*Liquidez – disponibilidade em moeda corrente e em títulos e valores que são fácil e rapidamente conversíveis em dinheiro. Fonte: Lacombe (2004).

aceitação geral (por toda a sociedade), ele é considerado a liquidez por excelência. Dessa forma, a taxa de juros é o pagamento para obtenção da liquidez, é o pagamento pelo uso do dinheiro.

Bem, agora que você já sabe o que é a taxa de juros, reflita: por que o seu valor varia tanto? Para umas pessoas, a taxa é mais baixa; para outras, é mais alta. Em um dia, ela está em certo patamar; no outro, já se modificou. Por que há tantas variações?

O valor da taxa de juros varia muito, porque ela depende de um fator muito importante: a expectativa dos empresários, banqueiros, governo etc., quanto ao futuro da economia. Por exemplo, à medida que as expectativas de chuva no ano são boas, ou seja, as condições ambientais são favoráveis, um agricultor fica menos preocupado com a colheita. Pois, provavelmente, ele terá uma boa colheita e assim poderá saldar todos os seus compromissos.

Entretanto, se as expectativas de chuva para o ano são ruins, esse mesmo agricultor não terá boas expectativas quanto à colheita e, conseqüentemente, ficará em dúvida se poderá saldar suas dívidas. Dessa forma, para melhorar as expectativas, o agricultor vai, por exemplo, reforçar a adubação do solo, aumentando seus gastos, o que imediatamente implicará em maiores custos de produção.

O mesmo acontece com a taxa de juros. À medida que as expectativas sobre o ambiente econômico futuro são boas, ou seja, as expectativas de vendas das empresas são favoráveis, os bancos cobrarão uma taxa de juros menor; num caso específico, à medida que estejam emprestando para uma empresa muito grande e sólida no mercado, as expectativas de receber a dívida são muito maiores do que quando emprestam para a padaria da esquina. Dessa forma, a taxa para umas empresas é menor do que para outras. O valor depende das expectativas da capacidade de pagamento.

No entanto, quando as expectativas sobre o ambiente futuro são ruins – redução do montante de vendas das empresas, diminuição dos salários etc. –, os bancos cobram uma taxa de juros maior para emprestar dinheiro, aumentando os custos das empresas. Essa taxa mais alta é devida à expectativa de que as empresas venderão menos e, conseqüentemente, terão mais dificuldade de pagar o empréstimo. Assim, como o risco de não receber o empréstimo é maior, os bancos exigirão uma remuneração maior.

Dessa forma, percebemos que, quando as expectativas das pessoas (principalmente as do setor financeiro) quanto ao futuro são boas, os juros tendem a baixar; em caso contrário, os juros tendem a subir. Mas também há uma variação de empresa para empresa ou de pessoa para pessoa, de acordo com a respectiva capacidade de pagamento e o resultado da análise do projeto.

As expectativas, então, vão influir diretamente no valor das taxas que um banco vai cobrar para fazer um empréstimo, principalmente, num item que conhecemos como **inadimplência***.

*Inadimplência – falta de cumprimento de cláusulas contratuais no prazo previsto, especialmente o não-pagamento de valores devidos na data do vencimento.
Fonte: Lacombe (2004).

Resumindo



Ao final desta Unidade, você já deve estar sabendo distinguir a moeda como meio de troca, unidade de conta e reserva de valor, por que as pessoas, em alguns momentos, demandam moeda, e noutros, a retêm, e assimilado o significativo papel desempenhado pela taxa de juros no estabelecimento do equilíbrio macroeconômico.



Atividades de aprendizagem

Chegamos ao final de mais uma Unidade, na qual você conheceu ou lembrou a Teoria Monetária. É muito importante que você tenha compreendido como o sistema monetário funciona, para entender como ele pode sofrer intervenções da política monetária. Caso tenha ficado com dúvidas, faça contato com o seu tutor!

1. O que você entendeu por liquidez?
2. O que diferencia a moeda de outros ativos existentes na economia?
3. Quem é responsável por definir os rumos da política monetária no Brasil?
4. Explique como a política monetária anda afetando a sua vida e a de sua família.
5. Por que os bancos comerciais mantêm recursos financeiros depositados no Banco Central?
6. Qual o efeito da contração monetária na taxa de juros?
7. Qual o efeito da expansão monetária na taxa de juros?
8. Por que a taxa de juros no Brasil é alta?

UNIDADE 5

NOÇÕES DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Ao finalizar esta Unidade você deverá ser capaz de:

- ▶ Descrever os determinantes do comércio internacional, seus ganhadores e perdedores, bem como os argumentos a favor da restrição ao comércio;
- ▶ Identificar as noções de balanço de pagamentos e o papel da taxa de câmbio na alteração da economia; e
- ▶ Mapear a compreensão que se tem de desenvolvimento econômico, tendo em conta os condicionantes locais e regionais, que formam o nacional.

NOÇÕES DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

Após tomarmos conhecimento sobre o papel da política monetária na economia, vamos conhecer como se desenvolve o comércio internacional, cujo objetivo é a ampliação da economia, estudando a regulação das transações comerciais entre os países.

Vimos, na Unidade 1, que o comércio pode ser bom para todos. Comércio entre países não é como competição esportiva, em que um lado ganha e o outro, necessariamente, tem que perder. Na realidade, o que pode acontecer é que o comércio entre os países pode ser bom para ambas as partes. O comércio permite que os países ou regiões se especializem naquilo que fazem melhor e possam desfrutar, assim, de uma maior quantidade de produtos e serviços.

OS DETERMINANTES DO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Você já percebeu que a maioria dos objetos que adquirimos para o nosso consumo e bem-estar do dia a dia foram produzidos em um lugar distante, isto é, em um outro país?

Observe que consumimos automóveis fabricados no Japão, eletroeletrônicos e brinquedos da China, produtos farmacêuticos da Europa e petróleo da Argélia, na África. Claro que em

contrapartida, exportamos para as populações residentes nessas e em outras regiões uma variedade de produtos como aviões, madeira, frutas, soja etc.

Diante desta citação podemos definir o comércio internacional como sendo todas essas trocas de bens e serviços que ocorrem através de fronteiras internacionais.

As dimensões dadas algumas vezes ao tratamento do comércio entre países podem sugerir que apenas os governos tomam decisões a respeito do comércio. Em se tratando das economias de mercado, cabe sinalizar que a maior parte das decisões que determinam a magnitude, o conteúdo e a direção do comércio são tomadas pelas famílias e empresas. Contudo, é claro que, em alguns momentos, os governos podem, evidentemente, agir através de mecanismos de política econômica (incentivos fiscais, subsídios, política cambial etc.) e políticas protecionistas (taxação na

importação de alguns bens, fixação de quotas de importação e até barreiras fitossanitárias. A importância despertada pelas relações comerciais e o ganho obtido do comércio mundial geraram teorias econômicas próprias. Foi neste cenário que economistas como Adam Smith e David Ricardo foram considerados os precursores em questões relativas às trocas no comércio internacional, sendo que Adam Smith concebeu a ideia de “vantagens absolutas” de comércio e tornou bem mais explícitas as razões pelas quais a participação nas trocas internacionais seria interessante a uma nação. Smith (1981) acreditava que o comércio internacional somente seria possível quando o tempo de trabalho necessário para produzir um determinado produto fosse inferior ao do outro país.

Em outras palavras, podemos afirmar que cada nação deve se especializar na oferta de mercadorias cujos custos de produção sejam menores que os das outras nações. Como exemplo,



Saiba mais

Barreiras fitossanitárias

Fazem parte do grupo de barreiras não tarifárias envolve a adoção de medidas para proteger a saúde humana e as sanidades animal e vegetal durante o comércio de produtos. Fonte: <<http://www.embrapa.br/imprensa/artigos/2002/artigo.2004-12-07.2614135125/>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

Vantagem absoluta

Conceito aplicado à teoria do comércio internacional. Um país possui vantagem absoluta na produção de um bem ou serviço com relação a um segundo país quando pode produzir aquele bem com uma menor quantidade de insumo. Fonte: <<http://www.iconebrasil.org.br/pt/?actA=16&areaID=14&secaoID=29&letraVC=V>>. Acesso em: 30 jun. 2009.

Adam Smith valeu-se das relações comerciais entre Portugal (tradicional país produtor de vinhos) e Inglaterra (tradicional país produtor de tecidos).

Pela teoria proposta, se Portugal tivesse que deslocar parte de seu capital, empregado na produção de vinhos, para produzir tecidos, certamente obteria menos tecidos e com qualidade inferior aos tecidos ingleses. Logo, concluímos que a contribuição de Smith para a teoria do comércio exterior provocou muitos debates e contribuiu, principalmente, para o surgimento de outras novas proposições.

Detentor de uma nova formulação à proposta apresentada por Adam Smith sobre o comércio entre nações, Ricardo desenvolveu sua principal contribuição ao pensamento econômico: a Teoria das Vantagens Comparativas. Para expor sua teoria, Ricardo também partiu do exemplo do comércio entre Portugal e Inglaterra, usado por Adam Smith que tem como pressuposto a especialização de cada país na exportação do produto do qual tem vantagem comparativa melhor.

Esta teoria foi abordada na Unidade 3. Em caso de dúvida faça uma releitura atenciosa do tema.

Um país tem vantagem comparativa na produção de um bem se tiver um custo de oportunidade menor que outro país na produção deste mesmo bem.

A comparação do preço interno com o preço praticado internacionalmente para o mesmo produto, portanto, com a mesma qualidade, indica que, se houver diferença entre eles (computado o custo de transporte), a região que tem menor preço tem vantagem comparativa na produção desse bem. Isto significa que o preço praticado lá fora reflete o custo de oportunidade do produto internamente. Portanto, o comércio entre os países se baseia, em linhas gerais, na vantagem comparativa. Segundo Mankiw (2005, p. 177), “[...] o comércio é benéfico, porque permite que cada país se especialize em produzir aquilo que faz melhor”.

Você já ouviu falar que a atividade comercial pode vir a ser uma via de mão dupla?

Isso mesmo, a atividade comercial pode ser uma via de mão dupla, pois o comércio aumenta o nível do bem-estar econômico do país quando os ganhos dos beneficiados superam as perdas dos prejudicados. Logo, quando formos analisar quem ganha e quem perde com o comércio internacional, precisamos levar em conta essa realidade. Isto torna o debate sobre o tema bastante entusiasmado, pois a definição da melhor política comercial para um país precisa considerar efetivamente quem vai ganhar e quem vai perder, o que não é fácil, pois quando isto ocorre, sempre temos uma disputa política.

Apesar de importante para os países, o comércio internacional é realizado, na prática, seguindo-se uma série de restrições, que variam de intensidade de acordo com o país. Tais restrições são necessárias, pois visam a proteger certos setores considerados estratégicos para a indústria nacional, impedindo, dessa forma, por exemplo, o avanço do desemprego no país e o aumento da dependência externa. Outros argumentos que podemos destacar são aqueles ligados aos setores da segurança nacional, proteção à indústria nascente e competição desleal. E, por fim, aqueles ligados à proteção como estratégia para melhorar a barganha com os parceiros comerciais.

Diante desta situação os governos adotam políticas protecionistas para protegerem seus produtos, suas indústrias, enfim, sua economia. Estas práticas visam o favorecimento do produtor nacional frente aos concorrentes estrangeiros. Assim podemos afirmar que as medidas protecionistas são tomadas para proteger o mercado nacional. Buscando oferecer este amparo contamos com alguns instrumentos:

- ▶ **Impostos de importação (tarifas):** valor adicional cobrado sobre as importações.

- ▶ **Quotas à importação:** estabelecimento de quantidades fixas de importação.
- ▶ **Subsídios à exportação:** benefícios concedidos aos produtores nacionais com vistas a ampliar o volume exportado.
- ▶ **Política cambial:** envolve a administração monetária realizada pelas autoridades para a taxa de câmbio do país; e
- ▶ **Regulamentações administrativas:** imposição de normas a produtos importados, com o objetivo de se restringirem as importações, como barreiras sanitárias, padrões de qualidade etc.

Por fim podemos dizer que o comércio internacional deve ser o objetivo das nações, num cenário de competições igualitárias entre as indústrias nacionais e estrangeiras. É fundamental, nesse sentido, a ação do governo, promovendo uma política industrial de longo prazo e abertura econômica graduada, que não venha a trazer perdas, e sim benefícios para a nação.

TAXA DE CÂMBIO

Dentro de uma nação, as transações realizam-se com a mesma moeda. No entanto, no comércio internacional utilizamos moedas diferentes. Daí surge a necessidade de convertermos uma moeda em outra, como forma de facilitar os intercâmbios comerciais.

Mas o que é taxa de câmbio? Você já ouviu este termo? Sabe defini-lo?

Exatamente, a taxa de câmbio é o mecanismo através do qual essa troca é possível, ou seja, é a expressão do número de unidades da moeda nacional por unidade de moeda estrangeira. Sua variação altera diversas variáveis econômicas, sobretudo aquelas relacionadas ao comércio exterior.

No comércio internacional não há apenas uma moeda a ser empregada para pagamento das transações, já que os países trocam entre si bens e serviços. Todavia, ao se fecharem as referidas transações, o saldo é contabilizado em uma única moeda. Em outras palavras, é necessário que exista alguma forma de conversão.

A operação conhecida como taxa de câmbio faz a conversão da moeda nacional em moeda estrangeira. O número de unidades necessárias, em moeda doméstica, para adquirir uma unidade em moeda estrangeira tem sido regulado pela taxa de câmbio. Por exemplo, considere que a atual taxa de câmbio do real em relação ao dólar seja equivalente a 2,20. Neste cenário podemos dizer que para obtermos US\$ 1,00 entregamos aproximadamente R\$ 2,20.

Assim, podemos observar que o governo, alterando a taxa de câmbio, ou seja, a relação entre as moedas interfere automaticamente na dinâmica das relações comerciais do país, uma vez que modifica a posição dos preços internacionais.

Para você entender melhor separamos outros exemplos:

- ▶ supondo-se que a taxa de câmbio seja: R\$ 1,00 = US\$ 1,00 → o Brasil consegue exportar 1.000 toneladas de aço;
- ▶ num segundo momento, o governo brasileiro altera a taxa de câmbio para: R\$ 2,00 = US\$ 1,00 → o Brasil, a essa nova taxa, consegue exportar 2.000 toneladas de aço, pois quem possuía dólares teve seu poder de compra ampliado.

Este fato ocorre porque a alteração da taxa de câmbio tornou a moeda brasileira desvalorizada, ou seja, mais “barata” em relação à estrangeira e, conseqüentemente, nossos produtos caíram de preço no mercado internacional, tornando-se mais “atrativos” no exterior, resultando no aumento das exportações.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

Como você já sabe, o comércio internacional gera um fluxo de transações econômicas, operações que envolvem movimentação de mercadorias e de serviços, bem como de pagamentos e recebimentos em moedas estrangeiras. O registro dessas transações econômicas, que o país realiza com o resto do mundo, num determinado período de tempo, ficou conhecido como **balanço de pagamentos***.

O balanço de pagamentos pode ser entendido, então, como sendo o registro sistemático estatístico-contabilista das transações de um país com as outras nações durante um determinado período de tempo. O resultado desse balanço é obtido através do somatório das contas:

- ▶ **Conta-corrente:** formada por três subcontas.
 - ▶ balança comercial: registra a movimentação de mercadorias. Seu saldo é dado pela diferença entre vendas de mercadorias efetuadas pelo país ao exterior e compras de mercadorias efetuadas pelo país no exterior. Se as exportações excedem as importações, temos um superávit, e ocorrendo o contrário, temos déficit na balança comercial;
 - ▶ balança de serviços: registra as transações com os serviços. Essas transações são consideradas intangíveis. Por exemplo, receita e despesa de transportes; receita e despesa de viagens internacionais; rendas de capital; **royaltie***; receitas e despesas com patentes, entre outros serviços; e
 - ▶ transferências unilaterais: refere-se ao resultado das doações, remessa de dinheiro feita ou recebida pelo país etc.
- ▶ **Movimentos de capitais autônomos:** formados pela entrada ou saída de capitais, sendo representados

*Balanço de pagamentos – registro de todas as transações entre as pessoas físicas e jurídicas de um país e o restante do mundo em determinado período. Fonte: Lacombe (2004).

**Royalty* – expressão da língua inglesa que significa o pagamento que se faz àquele que possui uma patente, *copyright*, marca registrada, um recurso natural ou qualquer direito de uso exclusivo que seja resultante de um trabalho intelectual ou criativo com a finalidade de obter uma licença para uso desse direito. Fonte: Lacombe (2004).

pelo capital de risco (investimento direto), de empréstimo ou especulativo.

- ▶ **Erros e omissões:** conta de ajuste devido às dificuldades de mensuração de algumas transações.
- ▶ **Reservas (capital compensatório ou induzido):** quando o balanço de pagamentos apresenta resultado negativo (deficitário), deve-se cobrir essa lacuna com as reservas. Do contrário, se o resultado for positivo, ampliam-se as reservas.

Os governos acompanham anualmente estas transações realizadas entre os países para saber o que acontece no campo dos pagamentos internacionais e para poder avaliar sua situação econômica. Um registro deficitário no balanço de pagamentos reflete que o país deve gastar suas reservas ou recorrer a empréstimos, com pagamentos de juros, no mercado financeiro internacional ou ao Fundo Monetário Internacional (FMI), para honrar seus compromissos. Esta é uma situação típica de quem gastou mais do que ganhou. Neste caso, o governo utiliza os instrumentos de política econômica (política cambial, monetária e fiscal etc.) com a finalidade de corrigir tais desequilíbrios.

No Brasil, a taxa de câmbio representa o preço, em moeda nacional, de uma unidade de moeda estrangeira. Uma elevação desta taxa representa uma desvalorização, e o oposto, uma valorização. O sistema cambial ou regime cambial é definido pela regra estabelecida para a formação da taxa de câmbio. Existem, fundamentalmente, dois tipos de taxa de câmbio:

- ▶ **Fixa:** é administrada pelo Banco Central (autoridade monetária) do país, que rege a oferta e a demanda de moedas estrangeiras. A autoridade monetária estabelece, assim, a taxa de câmbio que considera a mais conveniente para a economia.
- ▶ **Flutuante:** regime cambial flexível, no qual a autoridade monetária não tem compromisso algum

para apoiar determinada taxa. A oferta e a demanda de divisas determinam a taxa de câmbio praticada.

O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)

A OMC – Organização Mundial do Comércio – entrou em funcionamento em 1º de janeiro de 1995, com o objetivo de regular e ampliar o comércio internacional dos países membros. Esta organização é, na atualidade, o principal instrumento para o controle do comércio entre as nações, possuindo o poder de estabelecer normas e sanções aos países, quando necessário. Suas principais funções são:

- ▶ gerenciar os acordos multilaterais de comércio relacionados a bens, serviços e direitos de propriedade intelectual;
- ▶ administrar o entendimento sobre soluções de controvérsias;
- ▶ servir de fórum para as negociações;
- ▶ supervisionar as políticas nacionais; e
- ▶ cooperar com outras organizações internacionais.

Sempre que um país se julgar prejudicado pelas práticas (protecionistas) de seus parceiros comerciais, deve tentar negociações bilaterais. Se não for bem-sucedido nestas negociações, pode recorrer à OMC. Se essa julgar procedente a reclamação, procurará a melhor maneira de compensar o país prejudicado.

Deve-se salientar que a OMC, em princípio, condena as medidas **protecionistas*** por entender que o livre comércio é a melhor forma de se realizarem as transações comerciais.

***Protecionismo** – barreiras à importação de bens e serviços, mediante impostos, cotas, proibições, exigências burocráticas, exigências pseudo-sanitárias etc., com a finalidade de proteger as empresas estabelecidas no país mediante subsídios, prêmios, redução de impostos, etc. Protecionismo é o oposto do comércio livre. Fonte: Lacombe (2004).

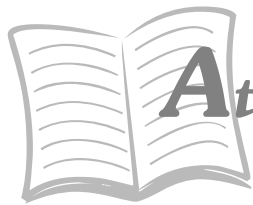
Resumindo



Nesta Unidade você conheceu os determinantes do comércio internacional, bem como o papel da taxa de câmbio na economia e noções sobre o balanço de pagamentos. Vimos que existem regras rigorosas a serem seguidas para que haja uma boa relação comercial entre os países, garantindo benefícios e minimizando prejuízos aos países envolvidos.

Esperamos que a partir dessas reflexões você consiga identificar o desenvolvimento do comércio internacional através da regulação das transações comerciais entre países.

Com relação ao registro das transações econômicas que um determinado país realiza com o restante do mundo, ressaltamos no texto o balanço de pagamentos, enfocando a balança comercial, a balança de serviços, as transferências unilaterais, os movimentos de capitais autônomos, os erros e omissões, e as reservas (capital compensatório ou induzido).



Atividades de aprendizagem

Vamos conferir se você teve um bom entendimento do que abordamos neste tópico? Para saber, realize as atividades propostas. Caso tenha alguma dúvida, faça uma leitura cuidadosa dos conceitos ainda não entendidos ou, se achar necessário, entre em contato com seu tutor.

1. Qual medida protecionista, na administração pública, você adotaria para proteger o mercado interno de seu país? Justifique sua resposta.
2. Quais são as vantagens das taxas de câmbios flutuantes e das taxas de câmbio fixas?
3. O que aconteceu com a taxa de câmbio do Brasil nos últimos três anos? Valorizou ou desvalorizou?
4. Pesquise na internet, nos *sites* do Banco Central <www.bcb.gov.br>; IBGE <www.ibge.gov.br> ou do IPEA <www.ipea.gov.br>, os números sobre o comportamento do balanço de pagamentos do Brasil de 2000 a 2006. O que lhe chamou mais a atenção? Analise a evolução das principais contas.
5. O Estado da Federação onde você reside exporta o quê? Importa o quê? O que você acha disso para o desenvolvimento do Estado?
6. Explique a influência de valorizações e desvalorizações sobre o desempenho do balanço de pagamentos.
7. Procure avaliar os possíveis impactos de uma expectativa de desvalorização cambial sobre o movimento de capitais.
8. Como você vê o desempenho da OMC nesses últimos anos?

UNIDADE 6

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E FUNÇÕES DO SETOR PÚBLICO

OBJETIVOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM

Ao finalizar esta Unidade você deverá ser capaz de:

- ▶ Conhecer os principais debates a respeito do que vem a ser desenvolvimento econômico;
- ▶ Saber as razões da regulação na economia, os mecanismos de intervenção do setor público e o papel desempenhado pelo Estado na atualidade;
- ▶ Debater o papel da tributação; e
- ▶ Observar a relação qualidade de vida *versus* distribuição de renda.

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: TÓPICOS INTRODUTÓRIOS

Caro estudante!

Nosso objetivo nesta Unidade é levar você a conhecer o que vem a ser desenvolvimento econômico além de ampliar seus conhecimentos sobre as funções do setor público. Estes conhecimentos são fundamentais para o sucesso desta disciplina. Procure estar sempre atualizado, pois isto é fundamental para um bom profissional em Administração Pública. Não se assuste! Vamos dar um passo de cada vez, de maneira que você possa acompanhar a caminhada. Para tanto, é muito importante que você dedique-se ao estudo da Unidade, aproveitando-se do momento que é fundamental para sua formação pessoal e profissional. Bons estudos!

Foram vários os temas que abordamos neste livro de Introdução à Economia, mas um deles chama atenção de todos nós, e por isso foi destacado neste tópico, embora esteja presente em todas as abordagens realizadas. Trata-se, no caso, do desenvolvimento econômico, e das suas fontes de crescimento, financiamento e modelos.

Antes de tentarmos definir desenvolvimento econômico, veja você que, para Antônio Houaiss (2001, p. 989), o termo desenvolvimento significa, “aumento da capacidade ou das possibilidades de algo; crescimento progresso, adiantamento”, e o termo desenvolvimento sustentável, “desenvolvimento econômico

planejado com base na utilização de recursos e na implantação de atividades industriais, de forma a não esgotar ou degradar os recursos naturais”.

A origem da discussão sobre o desenvolvimento econômico surgiu no Século XX, mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial, tendo em vista que anteriormente as preocupações encontravam-se mais ligadas ao problema da acumulação de capital, sem ter no bojo a questão da redistribuição.

Você sabia que após 1870, o mundo sofreu uma grande transformação, o sistema capitalista aperfeiçoou as suas formas de reprodução, e com o processo de desenvolvimento industrial instalado, ficou ainda mais visível a situação posta entre países pobres e ricos?

O período de 1870 a 1930, no mundo inteiro, inaugurou uma nova fase de crescimento, seguida de depressão, que culminou na depressão de 1930, devido à queda da bolsa de Nova Iorque, com fechamento de fábricas e desemprego desenfreado.

Os estudos de John Maynard Keynes, não só salvaram o capitalismo, como influenciaram o debate acerca das contas nacionais, e também acabaram possibilitando o acompanhamento permanente da situação instalada, através da Contabilidade Social.

Foi a partir desse momento que surgiu a expressão **subdesenvolvido***, em relação a desenvolvido, para designar países que se apresentavam em condições de dificuldades demonstradas nos índices de analfabetismo, mortalidade, natalidade etc.

A luta dos países subdesenvolvidos para superarem as dificuldades colocadas se fez presente em muitos debates, que chegou a culminar na busca, por alguns, de mudança do sistema econômico, de capitalista para socialista, ao atribuírem ao processo do capital as responsabilidades pela situação vivenciada.

*Subdesenvolvimento –
aquém do existente nos
países mais desenvolvi-
dos economicamente. O
subdesenvolvimento
econômico está, mais
vezes, relacionado a ou-
tros tipos de subdesen-
volvimento, como cultu-
ral, social, político etc.
Fonte: Lacombe (2004).

Esse período ficou conhecido na história como o da Guerra Fria, devido às disputas entre países capitalistas e socialistas na economia mundial, e que ao final evitou um confronto nuclear que poderia ter ocorrido.

Na América Latina o debate sobre as questões de países desenvolvidos em relação a países subdesenvolvidos aflorou no final da década de 1940, e levou a criação da Comissão Econômica de Planejamento para a América Latina, que ficou conhecida como CEPAL.

Com relação ao significado de desenvolvimento econômico, muitas são as concepções, muitos são os juízos de valor, sendo realmente difícil uma definição precisa. Para Nali de Jesus de Souza (2005, p. 5),

Não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. No primeiro grupo, enquadram-se os modelos de crescimento de tradição neoclássica, como os de Meade e Solow, e os de inspiração mais keynesiana, como os de Harrod, Domar e Kaldor. Na segunda corrente, economistas como Lewis (1969), Hirschman (1974), Myrdal (1968) e Nurkse (1957), embora com raízes ortodoxas, realizaram análises e elaboraram modelos mais próximos da realidade das economias subdesenvolvidas. Para os economistas que associam crescimento com desenvolvimento, um país é subdesenvolvido porque cresce menos do que os desenvolvidos, embora apresente recursos ociosos, como terra e mão de obra. Ele não utiliza integralmente os fatores de produção de que dispõe e, portanto, a economia expande-se abaixo de suas possibilidades.

É preciso que você observe que a nossa concepção de desenvolvimento econômico leva em conta inicialmente o conhecimento da localidade e da região, para, então, chegar ao nacional.

Cabe observar, ainda, que da fase da discussão, desenvolvimento *versus* subdesenvolvimento (final da década de 1940), passou-se ao debate Centro *versus* Periferia, com a formulação da teoria da dependência (a partir da década de 1950), e mais recentemente foi que a questão do desenvolvimento sustentável começou a ser estimulada para valer.

GUERRA FRIA

O período da Guerra Fria centrou-se nas décadas de 50, 60 e 70, com a Revolução Chinesa (1949) e a Revolução Cubana, em 1959, e a descolonização da África (1960). O final dos anos 70 inaugura o declínio da Guerra Fria, com alguns pequenos ensaios rumo à abertura política, realizados por algumas das mais importantes economias socialistas com vistas à entrada nas economias de mercado, e que acabou consolidando as transformações pretendidas, nos anos 80. Fiel aos ideais socialistas, Cuba pode ser eleita como uma das suas grandes representantes, uma vez que a China passa por transformações econômicas fortes.

A ECONOMIA BRASILEIRA E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

É válido, nesta contextualização sobre desenvolvimento econômico, relembrarmos que após a abertura democrática, que o Brasil conquistou em 1984, tivemos um violento processo de

estagnação econômica, sendo conhecido, o período, como o da “década perdida”, devido ao esgotamento do modelo de desenvolvimento baseado no processo de substituição de importações que chegou ao seu final e, com isso, mesmo com a Constituição de 1988, que foi a mais cidadã de todas as constituições que tivemos, para que o espírito da conquista do desenvolvimento retornasse ao país, foi necessário o fortalecimento da concepção de desenvolvimento sustentável.



Saiba mais

Década perdida

Foi o nome dado ao período de tempo em que ficou clara a falência do velho desenvolvimentismo baseado em fechadura, intervencionismo estatal e keynesianismo inflacionista-estruturalista. Fonte: <<http://www.econ.puc-rio.br/gfranco/a48.htm>>. Acesso em: 2 jul. 2009.

FONTES DE FINANCIAMENTO

Embora o desenvolvimento competitivo seja a marca do nosso processo econômico, as ideias de desenvolvimento solidário, de desenvolvimento cooperativo, de desenvolvimento familiar, de desenvolvimento integrado, de desenvolvimento com parcerias e alianças estratégicas têm transformado bastante o rumo dos nossos negócios.

Na atualidade a articulação do governo com as empresas e as agências financiadoras, em busca do capital social e da formação do capital humano, é determinante para a obtenção de financiamento junto às organizações financeiras.

Um bom exemplo é o esforço que o Banco do Brasil vem fazendo nessa direção, e comprova o nosso argumento de que, ao capacitar seus funcionários com Cursos de Especialização em Desenvolvimento Regional Sustentável, em breve, deverá obter resultados positivos pelo empreendimento realizado, de abrangência tanto nacional quanto internacional.

No Brasil o projeto de Economia Solidária, em busca do compartilhamento do crescimento econômico para todos, deu ânimo e movimento à nossa economia em termos macroeconômicos.

Diante desta exposição podemos afirmar que, no caso brasileiro, o desenvolvimento econômico é um mito?

No livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico*, de Celso Furtado (1974, p. 13), há um recado sobre como nos posicionarmos diante dos desafios da realidade social:

Os mitos têm exercido uma inegável influência sobre a mente dos homens que se empenham em compreender a realidade social. Do *bom sauvage*, com que sonhou Rousseau, à ideia milenária do desaparecimento do Estado, em Marx, do “princípio populacional” de Malthus à concepção walrasiana do equilíbrio geral, os cientistas sociais têm sempre buscado apoio em algum postulado enraizado num sistema de valores que raramente chegam a explicitar. O mito congrega um conjunto de hipóteses que não podem ser testadas. Contudo, essa não é uma dificuldade maior, pois o trabalho analítico se realiza a um nível muito mais próximo à realidade. A função principal do mito é orientar, num plano intuitivo, a construção daquilo que Schumpeter chamou de *visão* de processo social, sem a qual o trabalho analítico não teria qualquer sentido. Assim, os mitos operam como faróis que iluminam o campo de percepção do cientista social, permitindo-lhe ter uma visão clara de certos problemas e nada ver de outros, ao mesmo tempo que lhe proporcionam conforto intelectual, pois as discriminações valorativas que realiza surgem ao seu espírito como um *reflexo* da realidade objetiva.

Um outro fator importante a ser estendido na verificação do estágio de desenvolvimento de um estado, de uma região e mesmo de uma nação é a situação da distribuição da renda. Para medir o grau de concentração da renda de um país tem sido muito usado o **Índice de Gini***, calculado pela curva de Lorentz, que aponta a participação da renda que se encontra acumulada entre ricos e pobres.

*Índice de Gini – mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita*. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima. Fonte: <http://www.pnud.org.br/pop/pop.php?id_pop=97>. Acesso em: 2 jul. 2009

Vale conferir o artigo *Distribuição da renda: aspectos teóricos e o debate no Brasil*, de Lauro R. A. Ramos e José Guilherme Almeida Reis, que se encontra publicado no livro *Distribuição de renda no Brasil*, organizado por Camargo e Giambiagi (1991, p. 22), que afirma:

No Brasil, a distribuição da renda foi objeto de um amplo debate durante a década de 70, tendo como ponto de partida a elevação comprovada dos índices de desigualdade entre 1960 e 1970. De um ponto de vista teórico, a controvérsia girou em torno da aplicabilidade da perspectiva de capital humano, *vis-à-vis* de análises baseadas em elementos da distribuição funcional da renda e de modelos de segmentação do mercado de trabalho para explicar a questão distributiva em economias em desenvolvimento. É importante frisar que os modelos teóricos ali desenvolvidos continuam a servir de base até hoje para análise do comportamento da desigualdade de renda no país.

O Brasil tem uma das mais perversas distribuições de renda do planeta. Você saberia citar que fatores explicam essa situação?

Realmente, são vários os fatores, destacando-se a fase herdada do período colonial. A grande propriedade, a presença da monocultura e o trabalho escravo deixaram cicatrizes que permanecem de alguma forma ainda presentes na nossa sociedade. Daí a luta pela reforma agrária, o movimento dos sem-terras e dos sem-teto.

Segundo Furtado (2001, p. 39),

A análise da economia colonial é tão importante para a compreensão da atual sociedade brasileira quanto a da formação histórica de Portugal para compreender-se a razão de ser das grandes expedições e o sentido que tomou a empresa de colonização.

Podemos observar que tanto na área urbana quanto na rural temos a necessidade de uma “revolução”. No momento, acreditamos que uma reforma urbana seja bem-vinda. Não podemos continuar adiando para o futuro a cicatrização definitiva dessas dificuldades da época colonial. Os Planos Diretores das cidades brasileiras com mais de 20.000 habitantes precisam ser revistos e em alguns casos elaborados.

Apesar de alguma coisa ter sido feita para aliviar a desigualdade, precisamos mesmo é eliminá-la de uma vez por todas. Para Rodolfo Hoffmann, no artigo *Distribuição da renda na agricultura*, que encontra-se publicado no livro *Distribuição de renda no Brasil*, organizado por José Camargo e Giambiagi (1991, p. 1991),

De 1968 a 1973 o Brasil se destacou internacionalmente pelas suas elevadas taxas de crescimento econômico. [...] o Brasil iniciou a década de 70 como um dos países do mundo com mais desigualdade na distribuição de renda.

No processo de industrialização brasileira, muitas das tecnologias que foram empregadas eram poupadoras de mão de obra, redundando em baixa ocupação da nossa força de trabalho, entre outros aspectos.

Você já percebeu que, na maioria das vezes, quando vamos a um banco para fazermos alguma transação financeira, deparamo-nos com pessoas que têm grande dificuldade em operar com a máquina e que chegam inclusive a pedir auxílio a algum funcionário?

Pois bem, assim acontece no nosso dia a dia, fruto do processo de modernização almejado. Buscamos a modernização a qualquer preço, embora não tenhamos alcançado a modernidade;

aliás, com relação à modernidade, temos alguns pequenos nichos, fruto da elevada concentração da renda em nosso país.

A industrialização brasileira, que obteve grande importância a partir dos anos 30, apoiou-se fortemente no **Processo de Substituição de Importações***, um modelo de desenvolvimento que perdurou por quase cinquenta anos na nossa economia.

Contudo, com o esgotamento desse processo, entramos numa nova fase de dificuldades, marcada pela aceleração da inflação e pelo aumento do endividamento. A estabilização econômica ocorreu na economia brasileira após a consolidação do **Plano Real**, na década de 90, um plano formulado com vistas a tentar eliminar do cenário nacional o risco Brasil e restabelecer a confiança perdida do investidor interessado.

Você precisa saber que, no auge do processo inflacionário brasileiro, apenas os mais ricos conseguiam se proteger das dificuldades, uma vez que os mais pobres eram os mais atingidos. Da concepção criada no início da década de 1970 de que, para desenvolver o nosso país primeiro era preciso fazer crescer o “bolo” para somente depois realizar a sua distribuição, nem um pedacinho do “crescimento do produto” foi dirigido aos que encontravam-se excluídos.

Isso é tido como um episódio lamentável com relação à distribuição da renda no Brasil. Paul Singer, no livro *A Crise do Milagre*, que foi publicado pela Paz e Terra, do Rio de Janeiro, em 1982, aborda essa fase da nossa economia de forma minuciosa. Vale à pena você conferir!

***Processo de Substituição de Importações** – termo empregado para designar a mudança na pauta das importações brasileiras com vistas a incrementar o processo de industrialização nacional. Fonte: elaborado pelos autores.



Plano Real de Estabilização Econômica, implementado na economia.

FONTES DE CRESCIMENTO

A **inflação*** surgiu com maior intensidade na segunda metade da década de 1990, a pobreza existente em nosso país passou a ter acesso melhor à renda. Isso não quer dizer de modo algum que de uma hora para outra, como num passe de mágica,

***Inflação** – expansão exagerada de moeda, causando um aumento contínuo, generalizado e sistemático dos preços da economia de um país. Fonte: Lacombe (2004).

tivéssemos conseguido superar a todos os impasses, pois, conforme dissemos somos herdeiros de uma relação colonial perversa.

É interessante lembrar a você que, nos dias de hoje, a construção do desenvolvimento precisa continuar acontecendo de forma sustentável e com a participação de todos. Na gestão de uma cidade, de um estado e de uma nação as pessoas têm de se fazerem representar.

A cidadania econômica clama por democracia, e a defesa dos direitos humanos deve ser a primeira manifestação a ser levada em conta. Também, a preservação do meio ambiente precisa ser apoiada, uma vez que o crescimento econômico desequilibrado pode ocasionar desastres ambientais inimagináveis. A água, por exemplo, em breve se tornará escassa, devendo se transformar em objeto de disputa. Em outras palavras, os recursos não renováveis

do planeta precisam estar contemplados nas propostas de desenvolvimento sustentável. Temos esperanças de que o Brasil conquistará o desenvolvimento econômico, contudo, muito depende de todos nós na tessitura dessa rede, ou seja, cada um deve fazer a sua parte cobrando, participando e construindo o que tem para ser construído, pois, como disse Cazusa e Arnaldo Brandão, *O tempo não pára. Não pára, não, não pára*. E, também, se lembrar sempre

do que disse Sérgio Buarque de Holanda (1971, p. 101):

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição.



Saiba mais Desenvolvimento econômico

Para saber mais sobre os temas relacionados com desenvolvimento econômico e crescimento econômico visite o *site*: <http://www.eclac.cl/brasil/> e para obter dados estatísticos sobre desenvolvimento econômico consulte <http://www.pnud.org.br/home/>.

FUNÇÕES DO SETOR PÚBLICO

Agora que você já sabe que o desenvolvimento implica no aumento da capacidade falaremos sobre os mecanismos de intervenção do setor público na economia, a partir do estudo das principais doutrinas econômicas: Clássica, Marxista, Neoclássica, Keynesiana e da Escola da Regulação. Vamos conhecer, ainda, o porquê da necessidade da regulação da economia. É praticamente impossível, nos dias de hoje, procurar entender o funcionamento da economia sem considerar o papel do setor público nesse contexto.

Vimos, anteriormente, que o setor público é fundamental na organização do sistema econômico. Portanto, torna-se necessário compreendermos algumas questões relativas à sua dinâmica.

INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL

É comum ouvir a tese de que o setor privado é mais eficiente do que o governo, que uma economia em que as empresas operam mais livremente funciona com maior eficiência do que uma economia onde ocorre uma forte atuação governamental. Como defender a participação do governo numa determinada economia diante da defesa do Estado mínimo, que influencia boa parte da sociedade em quase todos os países?

A regulação econômica está intrinsecamente ligada à ação do Estado na economia. Quando se fala em regulação econômica, vem à tona a necessidade da intervenção do Estado na economia.

Para conhecer este artigo acesse <http://www.ie.ufrj.br/grc/pdfs/teoria_da_regulacao_economica.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2009.

Para o professor Ronaldo Fiani, **no artigo** *Teoria da regulação econômica: Estado atual e perspectivas futuras*, econômica, a ação do Estado tem por finalidade limitar os graus de liberdade dos agentes econômicos no seu processo de tomada de decisões.

A discussão sobre regulação econômica começou a tomar maior expressão na agenda nacional a partir dos anos 1980 e tornou-se, hoje, questão essencial no processo de tomada de decisão em todos os cantos do mundo. Para melhor situar o debate, é necessário observar que essa contradição entre regulamentação e desregulamentação reflete bem o nível e a amplitude que o tema assumiu na contemporaneidade. Para Ronaldo Fiani (1998, p. 2):

[...] na verdade, a antinomia regulamentação *versus* desregulamentação, que vem presidindo até aqui a maior parte do debate, reflete em maior medida as vicissitudes da controvérsia política do que exatamente a natureza dos processos econômicos envolvidos no tema. Com efeito, esta polaridade só existe a partir da noção de mercado como instituição distinta e de comportamento autônomo frente às demais instituições sociais. Esta noção de mercado como um elemento que pode ser percebido como “isolado” do restante da sociedade, ainda que em vários contextos de análise possa se revelar um artifício simplificador bastante útil, quando se trata de discutir qualquer tema que envolva as relações entre economia e Estado, quase sempre conduz a um reducionismo equivocado, cujo efeito empobrecedor sobre o debate acaba produzindo conclusões que avançam muito pouco além do mero aperfeiçoamento de teses político-partidárias.

Nessa mesma linha de argumentação, o professor Ha-Joon Chang (2002) escreveu o artigo *Rompendo o modelo: uma economia política institucionalista alternativa à teoria liberal do mercado e do Estado*, que foi publicado em 2002 no livro *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois*, da EDUnesp. Segundo o autor, o debate iniciado entre os intervencionistas e os defensores do livre mercado a partir dos anos

1970 marca, de forma mais categórica, um novo processo de intervenção do Estado na economia.

Sem querermos entrar no debate do que vai ocorrer em consequência dessa polêmica, o certo é que uma nova onda de desenvolvimento começou a ocorrer nas economias capitalistas mais desenvolvidas, se espalhando, em seguida, para a periferia do sistema, através do que ficou conhecido como neoliberalismo, a partir dos anos 1990.

O elemento central e norteador desse debate se refere ao novo papel do Estado na economia. Milton Friedman, Friedrich Von Hayek, George Stigler, James Buchanan, Gordon Tullock e Anne Krueger destacam-se entre os nomes que defendem uma menor participação do Estado na economia.

Sem a pretensão de esgotarmos o assunto, prosseguimos com uma pequena reflexão sobre o Estado na economia. Neste cenário o Estado é elemento fundamental na análise, quando se quer estudar a problemática da regulação econômica. Torna-se também o elo principal na modelação da relação, e influencia o sentido, a direção e o próprio conteúdo que dá substância a esse conjunto de preocupações.

Considerando a Economia como a ciência das relações de produção dentro de condições historicamente determinadas, a não inclusão do Estado como tema da Economia se evidencia como uma omissão injustificável. É importante saber que a própria gênese do capitalismo, na fase de acumulação primitiva, está relacionada a uma forma de Estado, e à medida que a indústria nascente foi se desenvolvendo, o Estado **Absolutista*** e as classes que o garantiam abriram caminhos para o Estado liberal, cuja entrada em cena foi correspondida por mudanças na forma de funcionamento dos princípios econômicos.

No transcorrer da evolução do capitalismo, o Estado acompanhou de maneira ordenada a própria maturação do sistema. O Estado existente no capitalismo competitivo, que foi dominante no Século XIX, se desenvolveu, passando do Estado liberal do capitalismo competitivo para o Estado regulador e autoritário do

*Absolutismo – doutrina política que prega a concentração de todos os poderes na autoridade de máxima. Originou-se da necessidade de implantar o Estado-nação e da crise do feudalismo. Fonte: Lacombe (2004).

capitalismo de Estado. O caráter da influência exercida pelo Estado na economia muda, portanto, conforme a fase histórica.

É importante esclarecer para você a influência que tem o Estado no desempenho da economia, através das principais doutrinas econômicas. Tal esclarecimento procede, tendo em vista o grau de relacionamento que teve e tem o Estado, em momentos de crise, com os principais setores da economia.

O SETOR PÚBLICO NAS CORRENTES DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Vamos, conversar agora sobre às diferentes contribuições das correntes do pensamento econômico junto ao setor público.

Os teóricos clássicos acreditavam que o Estado não deveria se opor ao livre funcionamento das forças que operavam no mercado. O próprio mercado seria o mecanismo auto-regulador do processo econômico, ao mesmo tempo em que controlaria possíveis eventualidades decorrentes de desequilíbrios temporários do sistema capitalista.

Neste cenário o Estado deveria, fundamentalmente, proteger o mercado de qualquer tipo de intervenção. Estas limitações impostas ao Estado se fundamentam na crença de que o próprio sistema econômico de livre mercado se encarregaria de realizar a alocação ótima dos recursos. Ou seja, o Estado estaria a serviço de toda a sociedade, portanto, limitando-se a mediar e reconciliar os antagonismos naturais da sociedade competitiva, através de sua atuação como aglutinador do poder político. É a corrente **liberal***.

***Liberalismo** – doutrina política e econômica que privilegia a liberdade, visando, sob o prisma econômico, criar condições para maximizar o desenvolvimento. Fonte: Lacombe (2004).

Em contraposição a esta concepção liberal, a corrente marxista criticou sistematicamente a índole do sistema capitalista. Para isto, mostrou que o modo de produção capitalista está fundado na exploração do trabalho assalariado. Foi a partir desta constatação que se procurou demonstrar que o Estado liberal se constituía em um único Estado dominado pela classe que detinha a propriedade dos meios de produção. Em adição ao seu papel político de garantir a dominação de classe e a própria função ideológica de racionalizar a subordinação existente no sistema capitalista, o Estado desempenharia uma função econômica de fundamental importância no pensamento marxista, qual seja, a de assegurar as condições exteriores de produção e reprodução social.

O Estado passaria a ser o guardião protetor da reprodução do capital, guardião que, em certos momentos, chegaria mesmo a impor à própria classe dominante os limites da exploração da força de trabalho. Foi na doutrina marxista que o Estado tornou-se a expressão mais acabada das relações que caracterizam o capitalismo, em razão da institucionalização dos interesses comuns dos capitalistas, e mais, devido ao fato de que propriamente o Estado se constitui, por sob as aparências, em instrumento da classe dominante.

Contudo, em flagrante oposição ao pensamento marxista, a corrente neoclássica observou a sociedade como um conjunto de indivíduos cuja natureza seria inteiramente independente dos fenômenos sociais em consideração. A realidade social consistiria numa interação de indivíduos dotados de natureza invariável ou permanente. As relações de propriedade entrariam em cena apenas na medida em que se reconhecia que os resultados do processo distributivo dependiam das condições iniciais relativas à posse dos meios de produção. A doutrina neoclássica procurou fazer renascer o conceito do Estado liberal dos clássicos.

Assim, não deveria haver intervenção, a não ser de maneira muito limitada. Quando houvesse qualquer manifestação do Estado intervindo na economia, isto significaria uma situação **patológica*** que deveria ser urgentemente eliminada. À medida que o modo de produção capitalista continuou a ser preponderante, não restou

*Patológico – de patologia: desvio em relação ao que é próprio ou adequado ou em relação ao que é considerado como o estado normal de uma coisa inanimada ou imaterial. Fonte: Houaiss (2001).

alternativa aos simpatizantes desta corrente no pensamento econômico, senão a de apresentar, de modo bastante conveniente, o Estado como um poder ou força neutra na sociedade, que arbitraria entre as classes ou indivíduos.

Em contraste com a visão neoclássica, no paradigma keynesiano o Estado é chamado a desempenhar papéis e funções de suma importância para a manutenção do modo de produção capitalista. Dentro deste princípio, o Estado pode e deve intervir na economia de mercado com o propósito de diminuir o desemprego involuntário e aumentar a produção. O elemento-chave da intervenção reside na administração da demanda efetiva por parte do Estado, através da política fiscal e/ou monetária.

Nota-se que a ação do Estado preconizado por Keynes visaria a criar mecanismos de estabilização em uma economia essencialmente instável, tendente ao desemprego e às crises cíclicas. A intervenção do Estado se limitaria, neste sentido, a promover reformas capazes de preservar o capitalismo, e seu controle não devia interferir na iniciativa privada, com a sua atração aos lucros, pois era esta a força motriz da atividade econômica. A não-intervenção, em momentos de crise, por certo, tornaria o modo de produção presa fácil de suas próprias contradições.

A Escola da Regulação ou Teoria da Regulação é uma corrente de pensamento econômico de origem francesa, nascida nos anos 1970, de uma crítica severa à economia neoclássica, a qual procura ultrapassar, através de uma síntese eclética entre keynesianismo, marxismo, institucionalismo norte-americano, historicismo alemão e a Escola dos Annales.

A Escola da Regulação definiu como forma institucional ou estrutural toda codificação de uma ou várias relações sociais fundamentais à reprodução do sistema capitalista. De maneira geral, a combinação do regime de acumulação, modo de regulação e formas institucionais ou estruturais define um padrão de desenvolvimento.

Ao se considerar o modo de produção como dominante, temos três formas institucionais consideradas fundamentais pelos regulacionistas; são elas:

- ▶ moeda;
- ▶ relação salarial; e
- ▶ concorrência.

Para que essas três formas institucionais funcionem por completo, é necessária, basicamente, a existência do **estado-nação**.

Não se podemos conceber a existência de uma moeda sem imaginar a presença de um território nacional contrapondo-se ao internacional. Imaginar uma relação salarial acontecendo sem precisar um país e perceber as formas de concorrência sem a presença de centros de acumulação fracionados territorialmente é inconcebível. Portanto, a presença do Estado passa a ser considerada como uma importante forma de regulação.

É importante chamar aqui sua atenção para o fato de que vivemos a falência do modelo de desenvolvimento implantado pós-Segunda Guerra Mundial, qual seja, o modelo do bem-estar econômico praticado, principalmente, pelos países desenvolvidos. Quando os primeiros sinais de crise deste modelo se manifestaram, no final dos anos 1960 e 1970, o questionamento maior feito por aqueles que discordavam deste modelo se referia ao excesso de intervenção do Estado na economia, como a principal razão para a crise instalada. Desse modo, a superação das dificuldades que se avolumavam pareceu exigir alguma explicação, encontrada na mudança de postura em relação à maneira de o Estado intervir na economia. E foi assim que surgiu a presença menor do Estado na economia brasileira.

Observe, portanto, que não é por outra razão que se torna ponto central da discussão no meio político e acadêmico, a partir desta época, a oposição entre mercado e intervenção do Estado, destacando-se, então, os estudos sobre os processos de regulação. Segundo Ha-Joon Chang (2002), os economistas neoliberais centravam suas análises na natureza imperfeita da intervenção do Estado na economia. Essa imperfeição resultava em:

[...] falhas de governo, na forma de confisco regulatório, busca de vantagens, corrupção e assim por diante. E di-



A ideia de espaço do Estado-nação é incorporada no arcabouço teórico dos regulacionistas.

zem que o custo dessas falhas de governo é tipicamente superior ao das falhas de mercado, de modo que é melhor que o Estado não procure corrigir estas últimas, pois pode provocar um resultado ainda pior (CHANG, 2002, p. 101).

Em nossa opinião, essa intervenção se dá para corrigir as falhas do mercado e assegurar a cidadania. A crise econômica, independentemente da sua amplitude, significa, em última instância, uma ineficiência econômica. Embora os mercados competitivos funcionem teoricamente bem, na prática ocorrem falhas. Logo, o governo intervém na economia, porque os mercados não funcionam bem, distorcendo o processo de alocação de recursos.

POR QUE REGULAR?

A necessidade da regulação torna-se premente em função de que os mercados não estão funcionando a contento. Mesmo em situações de livre mercado, há ocasiões em que o mercado não é capaz de fazer de maneira eficiente o processo de alocação e distribuição dos recursos.

Enquanto a regulação assegura a correção das falhas, a desregulamentação deixa o mercado solto das amarras da regulação. Mas falhas não são apenas do mercado, em alguns casos os governos também cometem algumas falhas que não são fáceis de serem abordadas.

A discussão sobre as **falhas de mercado*** procura centrar suas análises sobre o ótimo de Pareto, segundo o qual ninguém consegue aumentar seu próprio bem-estar sem reduzir o de alguma outra pessoa, e faz uso teórico da análise do equilíbrio parcial ou geral.

Na concepção de Ha-Joon Chang (2002), se o mercado falha é porque não está funcionando na condição de “mercado ideal”. Na visão tradicional, o mercado ideal equivale ao mercado

*Falha de mercado – situação em que o mercado deixado por sua própria conta não é capaz de alocar eficientemente os recursos. Entre as principais razões para isso, encontram-se as informações assimétricas, as externalidades e os chamados bens públicos. Fonte: Lacombe (2004).

perfeitamente competitivo. O mercado perfeitamente competitivo baseia-se nas seguintes suposições:

- ▶ aceitação de preços; e
- ▶ homogeneidade de produto, com livre entrada e saída de empresas.

Em função da grande quantidade de empresas participantes do mercado, cada uma vende uma parte pequena do total da produção que vai para o mercado, e as suas decisões não influenciam no preço praticado. Isso normalmente ocorre em mercados nos quais as empresas produzem produtos idênticos ou quase idênticos.

Essa homogeneidade dos produtos é que assegura a existência de preço de mercado único e de modo consistente com a análise da oferta e procura. Como as empresas são pequenas, elas podem livremente entrar ou sair deste mercado sem incorrer em grandes custos adicionais. Contudo, há uma implicação - os compradores podem facilmente mudar de fornecedores.

É importante destacar que a economia neoclássica é a que mais vê importância no funcionamento do mercado, ou seja, o mercado é a essência da economia. Quando há falhas de mercado, há falhas na lógica do modelo de desenvolvimento, podendo ocorrer intervenções por parte do governo, com o intuito de reverter essas falhas que imobilizam a lógica da reprodução do modelo.

Segundo a economista Lúcia Helena Salgado (2003), em seu **artigo** *Agências regulatórias na experiência brasileira: um panorama do atual desenho institucional*:

[...] o grande desafio para regulamentação econômica é encontrar o ponto ótimo que viabilize a lucratividade, de

O referido artigo foi publicado em 2003 pelo IPEA e está disponível no site <<http://www.ipea.gov.br>> sob o número 941.

um lado, e o bem-estar dos consumidores, de outro, na forma de disponibilidade de bens e serviços de qualidade e a preços razoáveis (SALGADO, 2003, p. 2).

De maneira geral, as funções da regulação são:

- ▶ proporcionar o desenvolvimento econômico, através da promoção do bem-estar de consumidores e produtores;
- ▶ reproduzir as condições de competição; e
- ▶ garantir a existência do mercado como instituição capaz de assegurar regularidade de comportamento aos membros da sociedade.

Atente para a versão neoclássica do momento, que aponta algumas razões para justificar a ocorrência destas falhas, portanto, justificando a intervenção do Estado. São elas:

- ▶ **Poder de mercado:** ocorre quando algum empresário de algum fator de produção possui capacidade de influir no preço de seu produto. Enquanto, para uma empresa competitiva, o preço é igual ao custo marginal, para a empresa com poder de mercado o preço é superior ao custo marginal;
- ▶ **Informações incompletas:** significa que os consumidores (demanda do mercado) não possuem todas as informações a respeito dos preços ou da qualidade do produto. Isto pode levar o mercado a operar de forma não eficiente, gerando assimetria de informações; e
- ▶ **Externalidades:** são ações pelas quais um produtor ou um consumidor influencia outros produtores e consumidores, sem sofrer as consequências disto sobre o preço de mercado.

Quando o sistema de preços funciona de forma eficiente, isso não acontece. Assim sendo, quando há externalidades (positivas ou negativas), significa que está ocorrendo alguma falha de mercado. A existência de externalidades implica em dizermos que o funcionamento do mercado não é mais eficiente:

- ▶ **Bem público:** é aquele que não apresenta rivalidade em seu consumo, é exclusivo e disputável. Dentro dessas características, o mercado não consegue ofertar com frequência e quantidade suficiente esse tipo de produto aos consumidores, e com isso o mercado se torna ineficiente. Isto significa que o custo marginal de oferecê-lo para um consumidor adicional é zero, e as pessoas não podem ser excluídas de seu consumo. Exemplo: utilização de uma praça pública; segurança pública; e
- ▶ **Ocorrência de desemprego e inflação:** quando há desemprego, podemos dizer que os recursos humanos disponíveis não estão sendo bem utilizados, portanto, há uma falha de mercado na alocação destes recursos. O mesmo acontece com o fenômeno da inflação. Quando ocorre inflação existe algum desequilíbrio na economia, e desta forma, uma falha de mercado.

Podemos notar que o livre funcionamento do mercado não garante a solução de problemas como a existência de altos níveis de desemprego e inflação. Assim, há espaços para a intervenção do Estado, no sentido de se implementarem políticas econômicas, objetivando-se a manutenção da estabilização, através do maior controle do desemprego e da estabilidade de preços.

Uma das questões centrais em economia, muitas vezes desconsiderada pelos críticos, se refere à existência de conflitos entre os objetivos perseguidos pela autoridade governamental através do uso da política

econômica. É preciso ter clareza de que os objetivos de política econômica não são independentes, sendo, no mais das vezes, conflitantes. Afinal, a economia é uma ciência social.

Para alcançar os objetivos de política econômica, tais como crescimento da produção e aumento do emprego, controle da inflação, equilíbrio das contas externas e distribuição de renda, o governo dispõe de alguns instrumentos, e entre eles podemos destacar a:

- ▶ política fiscal;
- ▶ política monetária;
- ▶ política cambial e de comércio exterior; e
- ▶ política de rendas.

O QUE É POLÍTICA FISCAL?

Já falamos sobre a política monetária e a política cambial e de comércio exterior. Agora, chegou o momento de entender um pouco mais a política fiscal. Vamos lá?

O termo política fiscal refere-se ao comportamento e à administração das receitas e despesas do setor público.

As despesas do governo derivam da prestação de serviços e/ou da produção de bens pelo setor público, tais como o pagamento de salários de funcionários públicos, obras, aposentadorias etc., além do pagamento de juros, o que, atualmente, é o mais pesado, correspondendo a gastos improdutivos, ou seja, gasto que não traz nenhum bem-estar para a sociedade. Enquanto as receitas resultam,

basicamente, da arrecadação de impostos e contribuições, cuja finalidade principal é financiar as despesas.

DÉFICIT E SUPERÁVIT

Superávit*, apesar de comumente ser considerado um bom resultado, nem sempre o é, pois vai depender do contexto macroeconômico em que ocorre e os fatores que o geraram. Se, por exemplo, for fruto de uma carga tributária excessivamente elevada, podendo, futuramente, haver sonegação de impostos, não é considerado um bom resultado. Podemos citar um outro exemplo: se for fruto de uma redução dos gastos públicos essenciais à economia, também não pode ser considerado um bom resultado.

Da mesma forma, o **déficit*** nem sempre é o vilão da economia. Se puder ser facilmente financiado e tiver sido provocado pelo governo, visando, incentivar um aumento do nível de produção e emprego na economia, passa a ser um bom resultado.

Podemos falar ainda em déficit ou superávit primário e nominal, através de dois conceitos:

- ▶ **Primário:** seja ele déficit, seja superávit, quando nos referimos ao conceito primário estamos levando em consideração as contas do governo sem incluir pagamentos de juros da dívida (externa ou interna) e sem incluir ajustes financeiros. Então, Resultado Primário: receitas – despesas (sem incluir pagamentos de juros); e
- ▶ **Nominal:** seja ele déficit, seja superávit, inclui pagamento de juros da dívida (interna ou externa), correção monetária e correção cambial. Então, Resultado Nominal refere-se a receitas – despesas (inclui pagamentos de juros).

*Superávit – diferença entre recebimentos e pagamentos em determinado período, quando os recebimentos superaram os pagamentos. Fonte: Lacombe (2004).

*Déficit – diferença entre pagamentos e recebimentos em determinado período, quando os pagamentos superaram os recebimentos, ou diferença entre os gastos e as receitas, quando os gastos superaram as receitas. Fonte: Lacombe (2004).

Agora é sua vez! Para verificar o entendimento do conteúdo até aqui, analise a frase: O governo gasta muito; há superávit primário, mas há déficit nominal.

Observe que o superávit primário está mostrando que o governo arrecadou mais do que gastou. O conceito “primário” indica não-pagamento de juros da dívida, como já vimos anteriormente. Significa que o que o governo gasta apenas com educação, saúde, segurança, transporte, saneamento básico etc., alcançou um resultado superavitário.

Por que, então, o déficit nominal indicado na frase?

Exatamente refere-se ao pagamento de juros da dívida. Dessa forma, observamos que, somando todas as receitas e descontando os gastos com saúde, educação etc., foi alcançado um resultado positivo. Ao pagarmos juros da dívida, verificamos déficit nas contas públicas.

Diante do exposto responda: o governo gasta muito? Justifique a sua resposta, compartilhe seu posicionamento com seu tutor e com seus colegas de turma no Ambiente Virtual de Ensino-Aprendizagem.

OPÇÕES DE POLÍTICA FISCAL

As políticas fiscais referem-se às regras governamentais a respeito de tributos e taxas, bem como do uso e do controle dos recursos assim obtidos pelas autoridades públicas e afetam o nível de atividade econômica do país (LACOMBE, 2004). O governo pode assumir duas posturas de intervenção na economia:

- ▶ **Sentido expansivo:** aumentar os gastos públicos e reduzir os impostos, com o objetivo de ampliar a produção e o emprego na economia.
- ▶ **caráter restritivo:** reduzir a produção, proporcionando o aumento do desemprego: os gastos públicos são diminuídos e os impostos são aumentados.

Normalmente, essas posturas são assumidas pelos governos em função dos seus objetivos de política econômica. Portanto, antes de qualquer crítica, é importante entendermos o que o governo deseja.

Para aplicação das políticas econômicas, principalmente a política fiscal, devemos verificar quais os resultados previstos. Se o alcance dos objetivos envolverem custos econômicos ou sociais elevados, ainda que a eficácia seja comprovada, a política pode não ser recomendável.

O governo pode provocar déficit através da política fiscal expansiva, visando a incentivar um aumento do nível de produção e emprego, ou melhor, elevar o nível de atividade da economia.

O aumento dos gastos públicos estimula um aumento da produção das firmas por duas vias:

- ▶ **Diretamente:** quando o setor público compra bens e serviços das empresas e famílias.
- ▶ **Indiretamente:** quando as famílias, de posse de uma renda maior, elevam a sua demanda por bens de consumo, e, portanto, aumentam as vendas das que atuam neste setor.

A redução de impostos também estimula a produção, visto que permanecerá maior renda no setor privado, mais reinvestimento mais, assim como um acréscimo da renda das famílias, podendo estas aumentar o consumo. Logo uma redução dos impostos altera

o nível de emprego e salário. Essa alteração no nível de emprego e salário dependerá da propensão dos contribuintes a poupar, ou seja, o quanto da renda disponível o contribuinte consegue poupar em determinado tempo.

Já o aumento dos impostos representa um vazamento da renda do setor privado, que poderia ser alocada na compra de bens e serviços no mercado. Dessa forma, age sobre a demanda agregada (todas as demandas do país) no sentido oposto ao de suas despesas, ou seja, reduz a produção.

Como você observou, o aumento dos gastos públicos estimula o nível de atividade econômica direta e indiretamente (através do consumo). Devido a esse estímulo indireto ao consumo, podemos dizer que os gastos do governo têm um “efeito multiplicador” sobre a atividade econômica, porque resultam em um aumento mais que proporcional na demanda agregada e também no PIB. Ou seja, um aumento dos gastos do governo provocará igual aumento da renda da economia. À medida que esse primeiro aumento da renda começa a estimular novos gastos de consumo, a demanda agregada por bens e serviços é novamente acrescida. Assim, esses novos gastos de consumo vão gerar um novo aumento da renda da economia.

Geralmente, essa maior tendência a consumir acontece nas economias menos desenvolvidas (países subdesenvolvidos), onde existe um alto grau de concentração de renda (ou número elevado de famílias de baixa renda em comparação com as de renda elevada). Nesses países, quando há um aumento na renda, a tendência maior é a de consumir, e não a de poupar. Assim, um pequeno aumento dos gastos do governo é capaz de produzir um grande impulso na demanda agregada e também no nível de atividade da economia.

Dessa forma, podemos concluir que um aumento de gasto público (G) gera aumento no emprego (E), que gera mais salários (W), o que faz aumentar a renda (Y) e aumentar o consumo (C). Aumentando o consumo, aumenta a receita (R) do governo, pois mais impostos serão recolhidos. E assim sucessivamente.

FINANCIAMENTO

Ao longo do Século XX, na maioria dos países, o setor público aumentou sua participação na atividade econômica, o que o fez incorrer em custosos déficits (particularmente com o pagamento de juros). Isso implica necessidades crescentes de financiamento.

Para atender a essas necessidades, podemos contar com três procedimentos:

- ▶ **Impostos:** ainda que apareçam como uma forma natural de financiar gastos públicos, apresentam uma série de limitações, pois, quando existe déficit, os impostos são insuficientes para atender aos gastos. Além disso, seria uma medida impopular o aumento dos impostos, e, em período de recessão, agravaria, ainda mais, a situação (pois inibiria a produção privada, por exemplo).
- ▶ **Emissão de moeda:** consiste na emissão de moeda (criação de dinheiro), pois, como já vimos, o setor público, por meio do Banco Central, é o responsável pela emissão do dinheiro. Com isso, poderíamos pensar que basta recorrer à emissão monetária para atender às necessidades de financiamento do déficit. No entanto, este procedimento implicaria o aumento da pressão inflacionária e a perda de valor do dinheiro.
- ▶ **Emissão da dívida pública:** quando o Estado põe à venda títulos públicos. Essa iniciativa também tem implicações monetárias, dado que os fundos financeiros não são ilimitados e que a emissão da dívida pública pode reduzir as possibilidades de financiamento da iniciativa privada, assim como contribuir para aumentar a taxa de juros.

POLÍTICA FISCAL E TAXA DE JUROS

Podemos dizer que a política fiscal influencia a taxa de juros em duas situações:

- ▶ quando se decide vender títulos no mercado, o que faz reduzir a quantidade de dinheiro no mercado que poderia ser destinado aos investimentos privados. Assim, quando ocorre procura de empréstimos por parte das empresas e famílias, para realizarem investimento, a taxa de juros tende a aumentar, pois a oferta de dinheiro para investimentos foi reduzida, já que foi destinada para compra de títulos; e
- ▶ quando se decide atrair capital especulativo, que pode ser através do aumento da taxa de juros, para financiar gasto público, pagar juros de dívida e amortizar a dívida.

TRIBUTAÇÃO

É a principal e a maior forma de receita do governo. Os impostos são uma imposição do Estado a indivíduos, unidades familiares e empresas, para que paguem uma certa quantidade de dinheiro em relação a determinados atos econômicos tais como consumo, salários, lucros etc.

Os impostos podem ser de diferentes tipos. Veja:

- ▶ **Diretos:** incidem sobre os indivíduos (contribuintes), e não sobre os bens. Exemplo: Imposto de Renda;
- ▶ **Indiretos:** incidem sobre bens e serviços adquiridos pelas pessoas. Exemplos: Imposto sobre Circulação de

Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS), e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI);

- ▶ **Progressivos:** é o caso do imposto direto, ou seja, quanto maior a renda, mais se paga de imposto;
- ▶ **Regressivos:** é o caso do imposto indireto, ou seja, independentemente da renda, todos pagam o mesmo imposto para adquirir os bens e serviços. Dessa forma, há uma incidência maior do imposto sobre as pessoas que têm menor renda; e
- ▶ **Proporcionais:** seu percentual permanece constante em relação à renda.

Vamos observar o Quadro 2, que mostra um exemplo de como é a participação dos impostos progressivo, regressivo e proporcional em relação à renda familiar:

RENDA FAMILIAR	IMPOSTO PROGRESSIVO	IMPOSTO REGRESSIVO	IMPOSTO PROPORCIONAL
R\$	20	20%	20
R\$	25	15%	25

Quadro 2: Participação dos impostos

Fonte: Elaborado pelos autores

No Brasil, a estrutura tributária é fortemente regressiva, em função da predominância de impostos indiretos, ao contrário do que se observa em outros países. Uma maior incidência de impostos indiretos penaliza mais a classe de renda baixa.

QUALIDADE DE VIDA X DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

A qualidade de vida da população está altamente associada à distribuição de renda. Esta depende do conjunto de impostos de um país, e também das transferências e dos pagamentos que o governo faz para a sociedade.

Se for feita uma política com base na tributação e no pagamento de transferências (pensões, aposentadorias, auxílio-remédios etc.), é possível termos vários tipos de renda.

Tributando as classes mais ricas, via modificações de impostos, pode-se aliviar as classes mais pobres. Essa mudança na incidência tributária pode ser feita pela modificação de impostos regressivos para impostos progressivos. Quando se reduz a carga regressiva (Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores – IPVA) e aumenta a carga progressiva, há distribuição de renda e melhora das condições de vida da população.

Podemos usar, ainda, a política fiscal para aumentar o pagamento de transferências da população mais pobre, ou seja, aumentar aposentadorias, criar auxílio-remédios etc. É possível ainda reduzir o pagamento de transferências da população com renda mais elevada cortando privilégios e reduzindo altas aposentadorias, por exemplo.

O governo pode, também, adotar uma política salarial favorável ao trabalhador. Ao ajustar ou estabelecer um salário mínimo corrigido periodicamente, permite que o ganho real dos trabalhadores não seja deteriorado e até mesmo elevado.

Com uma distribuição mais igualitária de renda, conseguimos uma melhor qualidade de vida da população. No entanto, essa não é a realidade brasileira. A má distribuição de renda no Brasil chama a atenção pela alta concentração nas mãos de poucos. Dessa forma, qualquer projeto de desenvolvimento para o país deve objetivar a reversão da desigualdade.

Complementando.....

Para ampliar seus conhecimentos consulte as leituras a seguir:

- ↳ Portal do Conselho Administrativo de defesa econômica – <<http://www.cade.gov.br/>> onde você encontra diferentes informações sobre regulação na economia brasileira.
- ↳ Portal do professor Gesner de Oliveira – onde você encontra temas sobre economia brasileira com ênfase em defesa da concorrência, regulação e comércio disponível em: <<http://www.goassociados.com.br/>>.
- ↳ Portal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – amplie seus conhecimentos sobre Política Fiscal no Brasil, visitando o *site* <<http://www.planejamento.gov.br/>>.
- ↳ Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai? – Livro de Reginaldo Moraes que fala sobre os modelos teóricos, as orientações políticas, as grandes escolas do pensamento liberal e o neoliberalismo.

Resumindo



Chegamos ao final da disciplina de Introdução à Economia (Uma Visão para Administradores Públicos). É evidente que numa disciplina de 60 horas, não podemos aprofundar a temática como gostaríamos, mas temos a certeza de que você tem agora os elementos básicos para compreender a importância da Economia para o profissional em Administração Pública e também para avançar no aprimoramento de sua capacidade para, quem sabe, atuar nessa área.

Abordamos os pensamentos das principais Escolas Econômicas sobre as intervenções do setor público na economia e a presença do Estado como regulador. No que diz respeito à indagação levantada no texto sobre por que regular, esperamos que você tenha percebido que é para corrigir as falhas no mercado.



Atividades de aprendizagem

Para que você possa verificar se entendeu o que foi abordado nesta Unidade, apresentamos alguns questionamentos. É importante que você procure respondê-los e, caso encontre dúvidas em alguma questão, volte, releia o texto e também conte com seu tutor para auxiliá-lo.

1. Por que as pessoas confundem tanto crescimento econômico com desenvolvimento econômico?
2. Se a discussão sobre a distribuição e renda no Brasil é tão antiga por que o problema ainda persiste?
3. Por que o bolo da década de 70 não foi distribuído? (Trata-se de uma alegoria que aborda uma determinada situação de crescimento do produto).
4. Levante informações sobre o processo inflacionário brasileiro.
5. Explique o que ficou conhecido como Milagre Brasileiro, e por que a década de 80 ficou conhecida como “década perdida”?
6. Faça um levantamento sobre a origem e o desenvolvimento da industrialização brasileira.
7. Por que o modelo de substituição de importações entrou em processo de esgotamento?
8. Escreva as suas impressões sobre a situação econômica dos continentes latino-americano e africano, e tente uma correlação com questões do desenvolvimento econômico.

9. Levante a participação do gasto público no PIB no Brasil, de 2000 a 2008.
10. A Constituição Federal de 1988 tornou o gasto público mais rígido no Brasil? Quais foram as principais vinculações da arrecadação que já têm destinação garantida para serem gastas?
11. Quais são as transferências constitucionais para Estados e Municípios existentes no Brasil?
12. Quais são as formas de financiamento do déficit público encontradas no Brasil?
13. Quais são os riscos para um país ter uma dívida pública elevada?

Referências



- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Série Perguntas mais Frequentes*. Disponível em: <<http://www.bc.gov.br>>. Acesso em: 14 jun. 2009.
- BATISTA JÚNIOR, Paulo Nogueira. *Brasil e a Economia Internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 2005.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro*. O Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.
- BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Economia Brasileira: posições extremas*. Cuiabá: Genus, 1992.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BRAGA, José Carlos de Souza. A contemporaneidade de O capital. In: (Org.) CARNEIRO, Ricardo. *Os clássicos da Economia*. São Paulo: Ática, 1997.
- BRUE, Stanley L. *História do Pensamento Econômico*. Tradução de Luciana Penteadó Miquelino. São Paulo: Thomson Learning, 2006.
- CANUTO, Otaviano; BAUMANN, Renato; GONÇALVES, Reinaldo. *Economia Internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 2004.
- CARNEIRO, Ricardo. *Os clássicos da Economia*. São Paulo: Ática, 1997.
- CARVALHO, Fernando; et al. *Economia Monetária e Financeira: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- CAMARGO, José Márcio e GIAMBIAGI, Fabio (Orgs.). *Distribuição de Renda no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- CHANG, Ha-Joon. Rompendo o modelo: uma economia política institucionalista alternativa à teoria neoliberal do mercado e do Estado. In: ARBIX, Glauco; COMIN, A.; ZILBOVICIUS, M.; ABRAMOVAY, R. (Orgs.). *Brasil, México, África do Sul, Índia e China*. São Paulo: Editora da Unesp, 2002.

CORAZZA, Gentil. (Org.). *Métodos da Ciência Econômica*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

DEANE, Phyllis. *A evolução das ideias econômicas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

_____. *Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Hucitec, 2001.

GALBRAITH, John Kenneth. *O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica*. São Paulo: Pioneira, 1989.

GASTALDI, José Petrelli. *Elementos de Economia Política*. São Paulo: Saraiva, 1999.

GIANNETTI, Eduardo. *O valor do amanhã*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2005.

HALL, Robert Ernest; LIEBERMAN, Marc. *Microeconomia: princípios e aplicações*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico*. Tradução de José Ricardo Brandão Azevedo e Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

_____. *História do Pensamento Econômico: uma perspectiva crítica*. São Paulo: Elsevier, 2005.

_____. *História do pensamento econômico*. 7. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KEYNES, John Maynard. *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*. São Paulo: Atlas, 1982.

KRUGMAN, Paul; OBSTFELD, Maurice. *Economia Internacional: teoria e prática*. São Paulo: Addison Wesley Bra, 2005.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. *Introdução à Economia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

LACOMBE, Francisco José Masset. *Dicionário de Administração*. São Paulo: Saraiva, 2004.

LANZANA, Antônio E. T. *Economia brasileira: fundamentos e atualidade*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LUQUE, C. A; SCHOR, S. M. Teoria Macroeconômica: evolução e situação atual. In: LOPES, Luiz Martins; VASCONCELOS, Marco Antonio. *Manual de Macroeconomia*. São Paulo: 2000.

MAGALHÃES, João Paulo de Almeida. *Brasil século XXI: uma alternativa ao modelo neoliberal*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à Economia*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____. *Introdução à Economia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. *O capital*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MIGLIOLI, Jorge. *Acumulação de capital e demanda efetiva*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Acesso em: <<http://www.fazenda.gov.br>>.

NAPOLEONI, Cláudio. *O pensamento econômico do Século XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista. O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAULANI, Leda Maria e BRAGA, Márcio Bobik. *A nova Contabilidade Social*. São Paulo: Saraiva, 2000.

_____. *A nova contabilidade social*. São Paulo: Saraiva, 2003.

PINDYCK, Robert S; RUBINFELD, Daniel L. *Microeconomia*. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval (Orgs.). *Manual de Economia*. Equipe de Professores da USP. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

_____. (Orgs.). *Manual de Economia*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

POCHMANN, Marcio. *A década dos Mitos*. São Paulo: Contexto, 2001.

RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

ROMER, David. *Macroeconomia Avançada*. 2. ed. Madrid: McGraw-Hill, 2002.

SALGADO, Lúcia Helena. *Agências regulatórias na experiência brasileira: um panorama do atual desenho institucional*. Rio de Janeiro, n. 941, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em: 10 abr. 2007.

SANDRONI, Paulo. *Dicionário de Economia*. 40 ed. São Paulo: Best-Seller, 1994.

SINGER, Paul. *A crise do milagre*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. Apresentação. In: RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

_____. *Aprender Economia*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SMITH, Adam. *Riqueza das nações*. São Paulo: Hemus, 1981.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Curso de Economia*. São Paulo: Atlas, 2000.

_____. *Desenvolvimento econômico*. São Paulo: Atlas, Edições de 1993 e de 2005.

SPOHR, Paulo Alexandre. Contabilidade Social. In: SOUZA, Nali de Jesus de (Coord.). *Introdução à Economia*. São Paulo: Atlas, 1996.

STIGLITZ, Joseph; WALSH, Carl. *Introdução à Microeconomia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

SZMERECÁNYI, Tamás (Org.). *Malthus*. São Paulo: Ática, 1982.

THOMPSON JR., Arhur; FORMBY, John. *Microeconomia da firma: teoria e prática*. 6. ed. Rio de Janeiro: Prentice-Hall, 1998.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. *Fundamentos de Economia*. São Paulo: Saraiva, 2004.

WHEEN, Francis. *Karl Marx*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro e São Paulo: Record, 2001.

MINICURRÍCULO

Carlos Magno Mendes

Natural de Juiz de Fora – Minas Gerais. Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1985), mestrado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (1989) e doutorado em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (2002). Atualmente, é professor adjunto II da Universidade Federal de Mato Grosso.



Cícero Antônio de Oliveira Tredezini

Natural de Patos de Minas – Minas Gerais. Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Viçosa (1981), mestrado em Economia pela Universidade Federal de Pernambuco (1987) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2000). Atualmente, é professor adjunto IV da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, departamento de Economia e Administração.



MINICURRÍCULO

Fernando Tadeu de Miranda Borges

Natural de Cuiabá – Mato Grosso. Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Mato Grosso (1980), mestrado em Economia pela FEA-USP (1991) e doutorado em História Social pela FFLCH-USP (2003). Atualmente, é diretor da Faculdade de Economia e professor associado II da Universidade Federal de Mato Grosso.



Mayra Batista Bitencourt Fagundes

Natural de Campo Grande – Mato Grosso do Sul. Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Católica Dom Bosco (1997), mestrado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (2000) e doutorado em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa (2002). Atualmente, é professora adjunta I da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

